

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**SÍLVIO ALBERTO RIBEIRO MELO**

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AGRICULTURA FAMILIAR NA  
CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO**

**UBERLÂNDIA**

**2017**

SÍLVIO ALBERTO RIBEIRO MELO

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AGRICULTURA FAMILIAR NA  
CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega

Co-Orientador: Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

UBERLÂNDIA

2017

1989.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M528e      Melo, Sílvio Alberto Ribeiro, 1989-  
2017          Estrutura de governança e agricultura familiar na cafeicultura do  
                cerrado mineiro / Sílvio Alberto Ribeiro Melo. - 2017.  
                126 f. : il.

                Orientador: Antonio César Ortega.  
                Coorientador: Clesio Marcelino de Jesus.  
                Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Economia.  
                Inclui bibliografia.

                1. Economia - Teses. 2. Governança - Teses. 3. Cerrados - Minas  
Gerais - Teses. 4. Cafeicultores - Teses. I. Ortega, Antonio César. II.  
Jesus, Clesio Marcelino de, 1975-. II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

---

CDU: 330

SÍLVIO ALBERTO RIBEIRO MELO

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AGRICULTURA FAMILIAR NA  
CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.  
Área de concentração: Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega  
Co-Orientador: Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 27 de julho de 2017

---

Prof. Dr. Antonio César Ortega  
(Orientador – IE/UFU)

---

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus  
(Co-Orientador – IE/UFU)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Michelle da Silva Borges  
(Examinadora – CGEN/UFU)

---

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus  
(Examinador – IE/UFU)

## AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no mestrado não imaginava que os próximos dois anos e meio seriam tão complicados em meio a muita expectativa, frustrações e ansiedade. Até aqui, foi uma caminhada muito cansativa, mas cheia de aprendizados, principalmente sobre me conhecer melhor e entender que nunca estamos prontos, sempre temos muito a aprender com o que está por vir, mas principalmente com o que já passamos.

Apesar de não me sentir nem perto de estar realizado ainda, eu valorizo muito que já fiz e o quem está comigo, pois são essas as pessoas que nos dão forças quando parece que não temos mais de onde tirar. E eu só tenho a agradecer sempre a todos e todas que de alguma forma fizeram e fazem parte da minha formação como economista e cidadão.

Primeiramente, gostaria de agradecer à principal força motriz para que eu pudesse seguir nessa caminhada, que é a minha família, onde tive o total apoio de todos os meus tios e tias, primos e primas. E principalmente às pessoas que mais amo nessa vida, meu pai, minha mãe e minha irmã, que não esteve presencialmente ao longo de todo o tempo, mas que mesmo longe sempre esteve me apoiando e lutando pelos seus sonhos.

Meus amigos da vida, que foram sempre fundamentais e que levo no coração para sempre, Guilherme ou Leite, Thais, Tamires, Mariana, Bárbara, Hugão, Hermano, Yasmin, Rachel, Michele, Danee e Tiago, para citar alguns, pois sou um sortudo por ter muitos amigos e amigas sensacionais.

Tenho que agradecer também aos meus colegas e amigos do PPGE/UFU, pelos bons e maus momentos que passamos juntos, pelas conversas sobre os mais variados assuntos, além das trocas de experiências, e conselhos dados e recebidos. Além disso, agradeço aos professores do curso, que sempre estiveram dispostos a colaborar com a nossa formação, e um muito obrigado também à coordenação pela ajuda, paciência e compreensão que tiveram comigo.

Um muito obrigado ao Grupo da Cris, que estamos juntos desde os estudos preparatórios para a prova da ANPEC e, de lá pra cá, continuamos fortalecendo essa parceria que se consolidou a criação do Blog da Cris, hoje Bloco Jota, numa oportunidade de podermos expressar nossas ideias a respeito dos mais variados assuntos, abrindo um canal de discussão com a comunidade externa, aproveitando o que aprendemos ao longo desses últimos anos. Vocês, Ludmila, Henrique, Douglas e Marcelo, presencialmente no mestrado, e Iago, Kel e Yasmine, a distância, mas não menos importantes.

Agradeço também, aos professores da banca avaliadora, Clesio e Michelle, pela disposição em avaliar minha dissertação e aos professores Ortega e Clesio, pela orientação, sempre solícitos a me ajudar no que eu precisei, contribuindo muito para meu crescimento como economista. Assim como o apoio financeiro da CAPES para que eu pudesse realizar mais essa etapa da minha formação.

E um agradecimento especial a todos às pessoas com as quais eu tive contato na Federação dos Cafeicultores do Cerrado, na EXPOCACCER e na APPCER e aos cafeicultores e cafeicultoras que entrevistei, pela paciência e disponibilidade em me receber em suas casas e por me fazerem me sentir tão bem acolhido e respeitado. Essas pessoas me mostraram como a atividade que elas realizam é difícil, mas feita com paixão, e como devemos sempre valorizar o rural, as pessoas e os produtos que são fruto da atividade agrícola familiar.

*“E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Que eu desorganizando posso me organizar  
Que eu me organizando posso desorganizar”*

Chico Science

## RESUMO

Nas últimas quatro décadas, a produção agrícola na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba passou por grandes mudanças e ganhou projeção nacional como produtora de soja, milho, cana-de-açúcar e café. Esse último tem particular importância na Economia regional e na estadual, cuja produtividade é maior que a média estadual e nacional, e tem participação expressiva no comércio exterior do Brasil, o maior produtor do grão no mundo. Mesmo com grande importância no cenário nacional, a cafeicultura passou por diversos momentos de prosperidade e de crise ao longo do tempo, como no começo dos anos 1990, com a desregulação que o Governo Federal promoveu no setor, levando vários cafeicultores a buscarem a melhoria da qualidade do grão, como alternativa à situação, diferenciando-o do grão *commodity*. Existem diversas certificações para todos os tipos de produtos e o café merece destaque, por ter tido um crescimento notável nesses mercados nas últimas décadas, merecendo destaque a região do Cerrado Mineiro, que produz café de alta qualidade e possui, entre diversas certificações, o selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro. Para que esse território fosse constituído, foi necessário criar uma estrutura de governança que pudesse garantir aos produtores o controle de qualidade, que vai desde o plantio do grão, até o consumidor final, e que essa estrutura pudesse ser desfrutada tanto pelos médios e grandes produtores, quanto pelos agricultores familiares. Entretanto, a conquista dessa certificação incorre em elevados custos que tornam esse processo excludente, como é o caso dos cafeicultores familiares. Assim, objetivo do presente trabalho, é caracterizar o perfil dos cafeicultores familiares do município de Patrocínio, como um reflexo para a cafeicultura familiar do Cerrado Mineiro, partindo da hipótese de que o processo de certificação seja excludente pelos custos financeiros incorridos nele. Para isso, foi feita uma pesquisa de campo com associados da APPCER, uma associação de cafeicultores familiares que possui a certificação *Fair Trade* (Comércio Justo), mas seus membros não possuem a Denominação de Origem majoritariamente, buscando entender quais são as dificuldades que eles enfrentam em se certificar, se esse é um interesse para eles e como a estrutura de governança na região tem impacto para a sua atividade produtiva. Conclui-se que, para os associados da APPCER, apesar do processo ser excludente, ele não o é pelos custos incorridos na certificação, e sim, pela falta de informações sobre o processo, mas que esse fator pode se alterar dentro de uma região tão vasta como é o Cerrado Mineiro, pois é necessário considerar como os produtores estão inseridos na estrutura de governança.

**Palavras-chave:** Estrutura de governança. Cerrado Mineiro. Cafeicultores familiares. Certificação.



## ABSTRACT

In the last four decades, agricultural production in Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba region has undergone great changes, gaining National prominence as a producer of soybeans, corn, sugar cane and coffee. The latter has been particularly important in the regional and State Economy, because its productivity is higher than the state and national average, and has significant participation in Brazilian foreign trade for this country is the largest grain producer in the world. Even with great importance in the national scenario, coffee cultivation went through several moments of prosperity and crisis over time, as in the early 1990s, with the deregulation promoted by the federal government in the sector, leading several coffee growers to seek quality improvement to the grain, as an alternative to the situation, differing from the grain commodity. There are several certifications for all types of products, and coffee is worth mentioning, since it has had a remarkable growth in these markets in the last decades, being worth highlighting the Cerrado Mineiro region, which produces high quality coffee and has, among several certifications, the Label of Origin Denomination Region of Cerrado Mineiro. For this territory to be constituted, it was necessary to create a governance structure that could guarantee producers quality control, from the planting of the grain, to the final consumer, and that this structure could be enjoyed by both medium and large producers, such as family farmers. However, the achievement of this certification incurs high costs that end up making this process exclusive, as is the case of family farmers. So, the purpose of this assignment is to characterize the profile of the family farmers of the municipality of Patrocínio, as a reflection for the family coffee production of Cerrado Mineiro, assuming that the certification process is exclusive for the financial costs incurred in it. For this, a field survey was carried out with members of APPCER, an association of family coffee growers that has Fair Trade certification, but its members do not have the Denomination of Origin in the majority, trying to understand what difficulties they face in making sure if this is in their interest and how the governance structure in the region has an impact on their productive activity. It is concluded that, for the APPCER members, although the process is exclusive, it is not for the costs incurred in the certification, but for the lack of information about the process, however this fact can be changed within such a region as it is the Cerrado Mineiro, because it is necessary to consider how producers are inserted in the governance structure.

**Key-words:** Governance structure. Cerrado Mineiro. Family coffee growers. Certification.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Produção exportável de café nos principais estados produtores do Brasil (1876-1930) .....	26
Tabela 2 Imigração para o Brasil – 1850-1889 .....	27
Tabela 3 Área média de lavouras por trator (ha) .....	33
Tabela 4 Indicadores de modernização da agricultura: São Paulo e Brasil, 1960 – 1970 – 1980.....	36
Tabela 5 Programa, área abrangida, público-alvo, recursos e procedência .....	40
Tabela 6 Estabelecimentos com mais de 50 pés de café arábica em grão (verde) e café canephora (conilon, robusta) existentes em 31/12/2006 .....	41
Tabela 7 Caracterização das propriedades dos cafeicultores no Cerrado Mineiro .....	47
Tabela 8 Tamanho do módulo fiscal por município .....	47
Tabela 9 Classificação oficial brasileira da bebida do café.....	59
Tabela 10 As principais categorias de cafés especiais.....	59
Tabela 11 Certificação entre os cafeicultores na região do Cerrado Mineiro .....	60
Tabela 12 Informações entre os cafeicultores que não certificaram na região do Cerrado Mineiro .....	61
Tabela 13 Características do café da região do Cerrado Mineiro.....	64
Tabela 14 Distribuição dos contratos e dos recursos do PRONAF por grandes regiões do País (1996-1998).....	70
Tabela 15 Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar (Lei nº 11.326) distribuídos por região.....	71
Tabela 16 Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por grandes regiões e ano fiscal. Brasil, 1999-2002.....	73
Tabela 17 Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio do PRONAF por Produto (café), Região e UF (Janeiro/2013 - Dezembro/2016).....	79

Tabela 18 Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio do PRONAF por Produto e Município (Janeiro/2013 - Dezembro/2016) .....	80
Tabela 19 Cafeicultores do Cerrado Mineiro que receberam o PRONAF .....	80
Tabela 20 Produção de Café Arábica (Brasil) - Agricultura Familiar e Não Familiar (2006) .....	85
Tabela 21 Breve descrição dos associados à APPCER.....	92
Tabela 22 Tamanho do estabelecimento e ocupação das terras com o café (ha) dos entrevistados associados à APPCER.....	94
Tabela 23 Produtividade para cada um dos entrevistados associados à APPCER em 2015 e 2016 .....	93
Tabela 24 Produtividade em 2015 e 2016 (sacas/ha) dos entrevistados associados à APPCER.....	95
Tabela 25 Uso de máquinas na produção de café pelos entrevistados associados à APPCER.....	96
Tabela 26 Contratação e mão de obra no estabelecimento rural pelos entrevistados associados à APPCER.....	97
Tabela 27 Número de trabalhadores temporários contratados ao longo do ano pelos entrevistados associados à APPCER.....	97
Tabela 28 Associados à APPCER filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado.....	99
Tabela 29 A relação dos entrevistados associados à APPCER com a Denominação de Origem.....	99
Tabela 30 Número de entrevistados associados à APPCER com financiamento em aberto.....	101
Tabela 31 Composição da renda dos entrevistados associados à APPCER.....	103

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa Representativo da Região do Café do Cerrado Mineiro .....	43
Mapa 2 Principais municípios produtores de café arábica não familiar – 2006.....	86
Mapa 3 Principais municípios produtores de café arábica familiar - 2006.....	87

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cadeia produtiva no território café da região do Cerrado Mineiro.....	51
Figura 2 Fluxograma do passo a passo para alcançar a denominação de origem.....	63
Figura 3 Ciclo de certificação.....	67
Figura 4 Linhas de crédito do PRONAF .....	76
Figura 5 Metodologia de delimitação do universo familiar .....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Assistências técnicas utilizadas pelos associados entrevistados .....	93
Gráfico 2 Período de contratação de funcionário temporário .....	98
Gráfico 3 Quais as vantagens com a certificação <i>Fair Trade</i> ?.....	101
Gráfico 4 Categoria de financiamento pelo PRONAF.....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIC	Acordo Internacional do Café
APPCER	Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACCER	Conselho das Associações do Café do Cerrado Mineiro
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Conselho Nacional do Café
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPA	Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda.
CPF	Certidão de Pessoa Física
CPR	Célula do Produtor Rural
CRB	Confederação Rural Brasileira
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DO	Denominação de Origem
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
EXPOCACCER	Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado
FLO-CERT	<i>Fair Trade Labelling Organizations International</i>
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GPS	<i>Global Positioning System</i> (Sistema de Posicionamento Global)

IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IG	Indicação Geográfica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
POLOCENTRO	Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro Para o Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRRC	Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SCA	<i>Specialty Coffee Association</i> (Associação de Cafés Especiais)
SCAA	<i>Specialty Coffee Association of America</i> (Associação Americana de Cafés Especiais)
SCAE	<i>Speciality Coffee Association of Europe</i> (Associação Europeia de Cafés)

Especiais)

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNPA	Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
TMAP	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (regiões do)
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UTC	Unidades de Trabalho Contratado
VBP	Valor Bruto de Produção

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 A VIAGEM DO CAFÉ PELO BRASIL ATÉ CHEGAR AO CERRADO MINEIRO.....</b>	<b>23</b>
1.1 Introdução e expansão da cafeicultura nacional .....	23
1.2 A chegada do café ao Cerrado Mineiro e o processo de organização representativa dos cafeicultores.....	37
1.2.1 As políticas de ocupação do Cerrado.....	38
1.2.2 A organização representativa dos cafeicultores do Cerrado Mineiro .....	42
<b>CAPÍTULO 2 A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO E A CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>48</b>
2.1 A cadeia produtiva da cafeicultura da Região Cerrado Mineiro.....	50
2.1.1 O setor a montante .....	51
2.1.2 Setor agropecuário .....	52
2.1.3 Setor a jusante .....	52
2.1.4 Consumo .....	53
2.2 A importância das filiações às entidades representativas.....	53
2.3 A importância da certificação do café para o produtor e a singularização do produto.....	57
2.3.1 A Denominação de Origem.....	61
2.3.2 <i>Fair Trade</i> (comércio justo).....	65
<b>CAPÍTULO 3 A AGRICULTURA FAMILIAR NA CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO.....</b>	<b>69</b>
3.1 Programas voltados para a Agricultura Familiar .....	69
3.2 A relação da agricultura familiar com a cafeicultura no Cerrado Mineiro.....	81
3.3 Pesquisa de campo com os agricultores familiares.....	88
3.3.1 Metodologia .....	88
3.3.2 Análise de dados da pesquisa de campo com os associados da APPCER.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>113</b>



ANEXO A Planilha de avaliação sensorial do café.....	113
Fonte: SCAA – Specialty Coffee Association of America.....	113
ANEXO B Questionário do produtor de café.....	114
ANEXO C Lista dos municípios da região demarcada do Cerrado Mineiro .....	116
ANEXO D Condições dos financiamentos para a agricultura familiar – histórico .....	117
ANEXO E Lista de cooperativas e associações filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado .....	118
ANEXO F Áreas de indicações geográficas nacionais reconhecidas .....	119
ANEXO G Principais cidades destino do café com o selo de denominação de origem região do Cerrado Mineiro .....	123
ANEXO H Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2013/2014 .....	124
ANEXO I Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2014/2015 .....	125
ANEXO J Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2015/2016 .....	126

## INTRODUÇÃO

A produção cafeeira sempre teve papel de destaque na Economia brasileira, mesmo tendo diminuído sua importância em relação ao PIB nacional após a crise de superprodução, no final da década de 1920, mas, em algumas regiões, o café ganhou importância e adaptou-se muito bem a solos que antes não eram utilizados para a sua produção em larga escala. Nessas áreas, como é o caso do Cerrado Mineiro<sup>1</sup>, ocorreram importantes inovações tecnológicas junto com novas variedades que transformaram aqueles solos em áreas de elevada produtividade, a ponto de ganharem destaque no cenário agrícola brasileiro.

Os processos de produção agropecuários possuem inúmeras especificidades que podem ser consideradas como entraves para seu desenvolvimento mais acelerado, diferentemente do que ocorre no setor industrial, que funciona em um ambiente com maior possibilidade de controle. E, sem dúvida, as inovações técnicas – mecânicas, físico-químicas, biológicas e agrônômicas – foram fundamentais para a consolidação da cafeicultura no Cerrado Mineiro.

Entre as políticas que foram aplicadas para a revitalização da cultura cafeeira no Brasil, vale destacar que, na década de 1960, foi eliminada uma quantidade gigantesca de pés de café, principalmente das regiões com maiores risco de geadas e consequente perda de produção, regiões de baixa produtividade, o que deu espaço a novas regiões produtoras. Aproveitando o avanço tecnológico, sobretudo com o marco da Revolução Verde, e a consequente transformação dos antigos Complexos Rurais nos Complexos Agroindustriais no Brasil, observou-se um acelerado desenvolvimento agrícola no estado de Minas Gerais, que se tornou, já na década de 1970, em líder na produção de café, ultrapassando os estados de São Paulo e o Paraná (ORTEGA; JESUS, 2012).

A nova política agrícola de renovação dos cafezais, desestimulando a produção em áreas de maior incidência de geadas e a busca de novas áreas para o cultivo, implementada no Brasil, já na segunda metade do século XX, sobretudo em Minas Gerais, beneficiou de maneira decisiva o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Assim, considerando o trabalho de Graziano da Silva (1999), a produção agrícola apresentou desenvolvimento notável, aumentando a produtividade do trabalho, agregando novas tecnologias, tornando a produção agrícola cada vez mais dependente do setor agroindustrial, tanto como demandante de

---

<sup>1</sup> A região do Cerrado Mineiro produtora de café é composta por 55 municípios (Anexo C) distribuídos pelas microrregiões de Pirapora, Uberlândia, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba, Patrocínio, Piumhi e Araxá, de acordo com dados da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

insumos produtivos, quanto como ofertador de matéria-prima. Essas mudanças visavam reduzir ao máximo a duração do tempo de produção, mesmo tendo em mente que a agricultura é uma atividade muito dependente de fatores da natureza e que não se pode reduzir o tempo de produção na mesma dimensão em que é possível fazê-lo no setor industrial.

Isso aconteceu igualmente no setor agrícola, por possuir diversas especificidades ligadas às características edafoclimáticas de cada local onde se produzem os gêneros agrícolas; essas características são responsáveis, por exemplo, pela maior produtividade e qualidade na produção. Essas diferenças, que, às vezes, podem parecer sutis são, na verdade, os condicionantes essenciais para um padrão produtivo específico e podem limitar a difusão de tecnologias para determinados tipos de relevos, solos, climas, criando uma heterogeneidade intrínseca a essa atividade econômica, mas que também cria condicionantes para a Indicação Geográfica.

A Indicação Geográfica tem a finalidade garantir ao consumidor, que o produto consumido por ele, está ligado a uma região específica, aproveitando as características e particularidades dessa localidade, tornando o produto vinculado à sua origem geográfica. Esse caminho é importante para a valorização do produto e do território e pode alcançar valores maiores na comercialização, com o acesso a novos mercados e melhor posicionamento do produto.

Nesse sentido, há a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem, duas formas diferentes de Indicação Geográfica, em que a primeira diz respeito ao nome geográfico, como a cidade, região e etc., que é reconhecida por produzir ou extrair um determinado produto ou serviço. Já a segunda, é o nome geográfico indicando o produto ou serviço com características exclusivas do meio geográfico, levando em consideração aspectos naturais e humanos, que tornam uma determinada região reconhecida por consumidores e produtores de quaisquer localidades.

Para tanto, os cafeicultores aspirantes à obtenção do selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, precisam atender a uma gama de exigências que assegurarão que o produto produzido mantém um determinado padrão de qualidade certificado por um órgão competente, por meio de um aparato institucional, atestando o posicionamento que o café da Região do Cerrado Mineiro deseja possuir no mercado. Para os produtores possuírem esse selo é necessário atender a diversas exigências, como estar em uma altitude mínima de 800 metros, atingir o mínimo de 80 pontos<sup>2</sup>, baseado na metodologia da Associação Americana de

---

<sup>2</sup> 80 é a pontuação de piso para um café especial, levando em consideração que, na avaliação, é dada uma nota de 0 a 100 pontos. No Anexo 1 se encontram os critérios considerados para a avaliação.

Cafés Especiais – SCAA<sup>3</sup>, termo de responsabilidade de boas práticas e respeito às leis brasileiras assinado, além de estarem filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado, por exemplo.

Levando em consideração as exigências retromencionadas, necessárias à Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, há diversos custos para adequação da produção às normas de certificação, de modo que, para alcançar melhores valores na comercialização do produto, o processo produtivo se torna mais oneroso. Assim, não são todos os agricultores que conseguem arcar com os custos financeiros para a certificação, o que torna esse processo excludente, e os agricultores familiares formam uma parcela muito grande desse total.

Ortega e Jesus, (2012), destacaram, que havia na região do Cerrado Mineiro, aproximadamente 3.500 produtores, distribuídos em 55 municípios abrangendo as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e noroeste de Minas Gerais. Os autores ressaltam que, entretanto, apenas 150 propriedades, possuíam a Certificação de Origem, indicando o caráter excludente desse processo. Em 2014, com a obtenção da Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, houve mudanças, como: na Certificação de Origem, a propriedade que era certificada, agora, na Denominação de Origem, o cafeicultor é certificado.

Levando em consideração o trabalho de Ortega e Jesus (2012), a justificativa para o presente trabalho, é que hoje a região do Cerrado Mineiro conta com 4.500 cafeicultores, sendo desses, 833 filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado, e apenas 150 produtores têm o selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, dando indícios de que esse processo ainda é excludente.

Assim, para o presente trabalho será importante apreender como os agricultores familiares estão inseridos nas organizações representativas (sindicato, cooperativa, associação) dentro da região da cafeicultura do Cerrado Mineiro. Os problemas identificados são: quais as vantagens que os cafeicultores familiares filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado percebem com a Certificação de Origem? E, como os cafeicultores familiares estão inseridos nas entidades representativas dentro da região do Cerrado Mineiro, levando em consideração que, na região, a maior parte desses agricultores que não possuem a Certificação de Origem, mas continuam filiados a alguma entidade representativa?

---

<sup>3</sup> Specialty Coffee Association of America – SCAA (Associação Americana de Cafés Especiais) passou por uma fusão no começo de 2017 com a Speciality Coffee Association of Europe – SCAE – (Associação Europeia de Cafés Especiais), passando agora a ser conhecida como Specialty Coffee Association – SCA – (Associação de Cafés Especiais). No Anexo A se encontra a planilha de avaliação sensorial do café.

Parte-se da hipótese de que o processo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro é excluyente, dado que essa certificação, por exigir algumas adequações na produção e na organização da propriedade, incorre diversos custos financeiros e é conquistada majoritariamente pelos grandes e médios produtores da região. Entretanto, há ainda agricultores de menor escala que continuam associados a alguma entidade representativa, mas não possuem o selo de Denominação de Origem. Mantêm-se vinculados, por se beneficiarem direta ou indiretamente dessa certificação, ou, pelo menos, das vantagens daquela filiação (diretamente: assistência, informação, certificações, como a *Fair Trade*, por exemplo, etc. e indiretamente se beneficiam dos preços estabelecidos para o café do cerrado que, na média, torna-se superior, em virtude do reconhecimento de sua qualidade, que é dado, em grande medida, por essas certificações).

Assim, o objetivo geral desta dissertação é identificar e caracterizar o perfil dos cafeicultores familiares do município de Patrocínio, como um reflexo para a cafeicultura familiar do Cerrado Mineiro, buscando compreender por que, apesar de não possuírem certificação, continuam filiados às associações representativas da cafeicultura daquela região.

Para identificar e caracterizar o perfil dos agricultores familiares da região estudada, é necessária a identificação desses produtores quanto a características das propriedades, força de trabalho utilizada, padrão tecnológico utilizado, acesso ao crédito, acesso à assistência técnica, entre outros. Essa caracterização leva em conta o aproveitamento dos dados adquiridos para a pesquisa de Ortega e Jesus (2012) com cafeicultores da região do Cerrado Mineiro e identifica a estrutura de governança em que os agricultores familiares estão inseridos, se conquistaram a Certificação de Origem ou se esperam ainda conquistá-la.

Para atingir o objetivo do presente trabalho, foi utilizada a metodologia quali-quantitativa, pois foram usados, como dados primários questionários semiestruturados aplicados a 20 cafeicultores associados à APPCER (Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado), e uma entrevista não estruturada com a Coordenadora de Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, e dados secundários (Pesquisa realizada por Ortega e Jesus (2012), Censo Agropecuário do IBGE e base de dados do PRONAF). O uso dessa metodologia foi importante, pois com ela foi possível a atualização dos dados e acompanhamento de diversas características de aspectos pesquisados.

Para a coleta dos dados primários, foi necessário trabalho de campo na zona rural do município de Patrocínio, sendo essa a principal dificuldade da pesquisa, pois houve como limitantes o tempo e o custo financeiro incorrido pela locomoção entre cidades e dentro do

município de Patrocínio, tanto na zona urbana, quando na zona rural, bem como o custo da estada no município e disponibilidade de cada produtor entrevistado.

O objeto da pesquisa foi escolhido de maneira intencional, por ser a APPCER uma associação de agricultores familiares, localizada no município de Patrocínio, cuja maior parte dos produtores não possui o selo de Denominação de Origem, mas têm a certificação *Fair Trade* (comércio justo). A pesquisa quantitativa tem como objetivo quantificar os dados conseguidos por meio dos dados primários e secundários. Já a pesquisa qualitativa é importante para a compreensão da subjetividade e interpretação dos dados que foram obtidos, buscando a melhor forma de caracterização dos cafeicultores familiares o município de Patrocínio, por meio dos associados da APPCER, que servem como base para a compreensão da estrutura de governança da agricultura familiar em que estão inseridos. Assim, “[...]a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20).

Os questionários aplicados tiveram o objetivo de caracterizar os cafeicultores quanto ao tamanho da propriedade, à condição do produtor (proprietário, assentado, arrendatário, posseiro, meeiro, entre outros); a participação ou não em algum Programa de financiamento do Governo; a quantidade produzida na safra nos dois anos anteriores para que fosse feita uma média mais precisa da produção, evitando a superestimação causada por um ano de boa safra ou a subestimação provocada por um ano de baixa produção; constituição da renda familiar; a produção ou não de outros produtos agropecuários na propriedade e diversas outras questões que buscam tornar mais precisa a descrição dos cafeicultores familiares no município de Patrocínio. Esses cafeicultores produzem com a certificação *Fair Trade*, de forma a ter uma amostra representativa de uma boa parte do conjunto desses agricultores familiares que produzem café com qualidade certificada, buscando confirmar ou contradizer a hipótese inicial, de que o processo de certificação com a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro é excludente para os cafeicultores familiares do município de Patrocínio.

Assim, o presente trabalho foi organizado em três capítulos e as considerações finais. No Capítulo primeiro, foi feito um breve histórico do café desde sua chegada ao Brasil, passando pelas diversas regiões; mostra-se de que modo ele influenciou a política dos estados e a federal, até chegar ao Cerrado Mineiro, na década de 1970; chega-se à década de 1990, quando o Estado brasileiro promove a desregulação do setor, dando origem ao que hoje é conhecido como a Cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro.

No Capítulo segundo, descreve-se a estrutura de governança do Cerrado Mineiro, passando pelos programas governamentais que introduziram a cafeicultura na região, os

programas voltados para a agricultura familiar, a importância das entidades de representação de interesses e o papel das certificações sobre o café.

No Capítulo terceiro, descreve-se a estrutura da agricultura familiar com a evolução da conceituação desse termo na Economia brasileira; mostra-se de que maneira ela se relaciona com a cafeicultura do município de Patrocínio; para tanto, utiliza-se a análise dos dados coletados por meio de questionários semiestruturados (Anexo B) aplicados em pesquisa de campo na zona rural do município de Patrocínio. Por fim, as considerações finais sobre o trabalho e suas implicações para a cafeicultura familiar no município de Patrocínio, como um possível indicativo para os cafeicultores em situação similar na região do Cerrado Mineiro.

## **CAPÍTULO 1 – A VIAGEM DO CAFÉ PELO BRASIL ATÉ CHEGAR AO CERRADO MINEIRO**

Na primeira seção deste capítulo, é apresentada uma breve revisão histórica da trajetória do café no Brasil, desde sua chegada aqui no ano de 1727, bem como o caminho que o grão fez pelo território nacional, o que fez com que nosso País atingisse a marca de maior produtor do grão no mundo já no século seguinte à sua chegada. Mesmo o café tendo forte influência sobre a política brasileira, na virada do século XIX para o século XX, enfrentou grandes percalços, como a crise no fim da década de 1920; foram elaboradas para ele diversas políticas de incentivo e de desincentivo, de acordo com a movimentação nos mercados, como forma de evitar o efeito danoso das flutuações, o que culminou na transferência das lavouras de café das regiões Norte do Paraná e Oeste Paulista para a região do Cerrado Mineiro.

Na segunda seção é mostrada a rota do café na região do Cerrado Mineiro, utilizando como recorte temporal a partir da década de 1970, quando o café passou a ser plantado em grande escala nessa região; expõe-se como foi necessário que a região se preparasse para receber o café, principalmente no que tange à introdução tecnológica necessária para tornar os solos da região viáveis para a cafeicultura. Já na década de 1990, a desregulação que o Governo brasileiro na época promoveu teve efeito direto na cafeicultura do Cerrado Mineiro, que se fortaleceu, com a criação de diversas entidades representativas, passando pela criação do CACCER (Conselho das Associações do Café do Cerrado Mineiro), que, posteriormente se tornou a Federação do Café. Esses foram passos decisivos para a busca da Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro e, posteriormente, a Denominação de Origem, que reforçou o café da região reconhecido nacional e internacionalmente, em decorrência da qualidade do grão produzido.

### **1.1 Introdução e expansão da cafeicultura nacional**

A chegada da variedade *Coffea Arábica* no Brasil é datada do ano de 1727, como um “presente” vindo da Guiana Francesa e entregue ao então Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta. A semente passou a ser plantada no Pará, primeiramente, depois se espalhou para o Maranhão e, conseqüentemente, pela região Nordeste, chegando ao Rio de Janeiro na década de 1770. Inicialmente, foi produzido em pequenas lavouras, sem a pretensão primária de tornar-se um produto para comercialização e exportação (MARTINS, 2008).



O café ganhou importância entre os produtores fluminenses quando eles perceberam as dificuldades que teriam no mercado exportador de açúcar, em consequência da concorrência com o açúcar das Antilhas e, como o Haiti, maior exportador de café, enfrentava sua guerra de independência, aproveitou-se a possibilidade de crescimento no mercado de café.

A produção cafeeira foi tão bem-sucedida, que, já na década de 1830, assumiu a liderança entre as exportações brasileiras, aproveitando a infraestrutura já instalada para a cana-de-açúcar na região do Vale do Paraíba carioca (MARTINS, 2008). Ortega e Jesus (2012) destacam o forte crescimento que a produção cafeeira teve naquela região, tornando-se o centro da Economia do País, de modo que o porto do Rio de Janeiro se tornou o principal do Brasil. Assim, o café continuou sua marcha, espalhou-se também pela região do Vale do Paraíba paulista, que, juntamente com o carioca, dominou a produção cafeeira de 1830 a 1870, avançando para Minas Gerais, Espírito Santo e Oeste Paulista.

Com a expansão do café, a demanda por mão de obra aumentou na região Sudeste e, com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a imigração de escravos da região Nordeste, saídos das lavouras de cana-de-açúcar, foi uma das soluções utilizadas para continuar alimentando o sistema escravista, mas que também se mostrou muito dispendiosa ao longo do tempo: os valores dos escravos se elevaram de tal modo que as margens de lucro se reduziram e tornaram os “custos antieconômicos” (CANO, 2002, p. 51). Assim, ocorreu a intensificação do trabalho escravo e a especialização da produção, desgastando ainda mais a mão de obra e a necessidade de importação de gêneros alimentícios, que já não eram mais prioridade nessas terras.

O fluxo de escravos vindos do Nordeste não era suficiente para atender ao acelerado aumento da demanda e dos custos, apesar de o café ainda se expandir por Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, ainda contando com a presença da mão de obra escrava. Entretanto, mesmo com o uso de mão de obra escrava, essas novas regiões, com destaque para o Oeste Paulista, passaram a utilizar a imigração de mão de obra estrangeira europeia assalariada, sobretudo italiana. E para colaborar com a nova condição do trabalhador no País, ainda em 1850, foi aprovada a Lei de Terras, que dificultou o acesso dos negros libertos e dos europeus recém-chegados à terra, pois para ter o direito de posse, o interessado deveria, necessariamente, tê-la comprado (MARTINS, 1990).

Até a abolição da escravatura, em 1888, ainda havia escravos negros trabalhando nas lavouras juntamente com os trabalhadores assalariados europeus. A mão de obra escrava se encontrava com maior frequência nas regiões onde a produção cafeeira era mais antiga,

mesmo que em menor proporção, mas ainda se mantinha diferente das regiões mais novas, como no caso do Oeste Paulista, que utilizava a mão de obra assalariada europeia predominantemente, fortalecendo o complexo cafeeiro que surgira na região e constituindo um mercado consumidor mais sólido devido ao trabalho assalariado.

O estado do Rio de Janeiro, que fora o grande produtor de café ao longo do século XIX, mas que com os crescentes custos produtivos e ascensão dos novos estados produtores, perdera sua posição de protagonista nacional, viu toda a sua estrutura de comercialização e escoamento da produção perder importância, como destaca Cano (2002):

Após a Abolição, sobreveio-lhe a crise do encilhamento e, em seguida, a longa crise cafeeira de 1897-1905. Graças às políticas oficiais de valorização do café, a cafeicultura fluminense pôde apenas sobreviver, produzindo, contudo, menos da metade do que produzira no último quartel do século XIX. A construção do Porto de Santos e as melhorias feitas no de Vitória desviaram parte do café mineiro e do capixaba, antes comercializados e exportados pela praça do Rio de Janeiro, para aqueles outros portos (CANO, 2002, p. 55).

Como pode ser observado na Tabela 1, o Estado do Rio de Janeiro perdeu o lugar de protagonista na produção cafeeira brasileira ao longo dos períodos analisados por Cano (2002): saiu de uma participação de 52,2% do café produzido nacionalmente, no período de 1876-1880, para 5,6% no período de 1921-1930 e se tornou o menor produtor entre os estados do sudeste. Em contraponto, o Estado de São Paulo se mostrou mais eficiente e teve um forte crescimento na produção cafeeira, saltando de 24,3% da produção nacional no período de 1876-1880 para 66,5% no período de 1921-1930.

Tabela 1 Produção exportável de café nos principais estados produtores do Brasil (1876-1930)

Média anual do período	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Total	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
<b>1876-1880</b>	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
<b>1881-1890</b>	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
<b>1891-1900</b>	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
<b>1901-1910</b>	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
<b>1911-1920</b>	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
<b>1921-1930</b>	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Fonte: (SP, RJ e MG): A. de E. Taunay, 1943, e C. C. Fraga, 1963 (dados ajustados aos de Taunay); ES: H. C. Rocha e M. P. Cossetti, 1983. (*apud* CANO, 2002, p. 52).

\*Os dados para 1876-1880 são, em sua maioria, os apresentados por Taunay e os de 1880-1899, por Fraga, de quem também, Cano (2002) usou a série 1900-1930. Das séries originais desses autores, o autor fez alguns ajustamentos, para o Espírito Santo, com dados de Rocha e Cassetti. A série de Fraga, para 1880-1899, inclui na produção do Rio de Janeiro, também as de Minas Gerias e do Espírito Santo, que foram, por Cano, estimadas e deduzidas a partir de dados contidos nos mesmos trabalhos citados.

A transição da produção cafeeira para o interior do Brasil se tornou possível, por meio das estradas de ferro, ligando os portos à novas e mais longínquas áreas no território nacional. A Estrada de Ferro Dom Pedro II, que posteriormente, com a Proclamação da República teve o nome alterado para Estrada de Ferro Brasil Central, desempenhou importante papel como a primeira a transpor a barreira da Serra do Mar<sup>4</sup>, dando prosseguimento à forte expansão que o grão teve no País: em 1854, já ocupava o posto de maior produtor cafeeiro do mundo (MARTINS, 2008).

A expansão possibilitada pelas estradas ferro tornou possível o surgimento do Complexo Cafeeiro Paulista, que, ao fim da escravatura, mostrou-se mais forte que as demais regiões, inclusive mais bem estruturado que o complexo produtivo açucareiro, principalmente por ter sido o estado a introduzir de forma mais efetiva com o trabalho assalariado. Formou-se toda uma cadeia de produção e de comercialização, como, também, de investimentos em pesquisa<sup>5</sup> sobre o produto, aproveitando o forte crescimento que a mercadoria teve ao longo do século XIX. “A produção de café, ao longo do século XIX, salta de 300 mil sacas em média, na década de 1820, para 7,2 milhões de sacas na década de 1890” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 35).

<sup>4</sup> A Serra do Mar se estende por, aproximadamente, 1500 km, ocupando território litorâneo do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

<sup>5</sup> Ênfase para o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que se destacava como grande responsável pela pesquisa agrícola cafeeira no Brasil.

No estado de São Paulo, o café se originou do Vale do Paraíba fluminense, aproveitando a proximidade entre as regiões que constituíam o mesmo tipo de terras, com destaque inicial para a cidade de Bananal, que de acordo com Martins (1990, p. 37), tornou-se a maior produtora de café do Brasil, em 1854. O café teve forte expansão na região sudeste, utilizando como grande motor as estradas de ferro; a primeira foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, inaugurada em 1858, que passou a operar em 1859, para escoamento da produção do Vale do Paraíba e, posteriormente, estendeu-se para o Norte de São Paulo e Sudeste de Minas Gerais (SILVA, 1980, p. 56).

Cano (2002, p. 64) enfatiza as vantagens produtivas do estado de São Paulo, que seria a nova região a ser explorada para a produção cafeeira com maior sucesso em termos de terras cultiváveis, tecnologia de produção, reduzindo seus custos produtivos em relação às outras regiões, principalmente o Rio de Janeiro. São Paulo possuía terras com melhor fertilidade, cafezais mais novos, que tornavam o estado mais propício à produção com custos decrescentes, utilizando de técnicas produtivas mais efetivas que os outros estados concorrentes.

A Tabela 2 mostra a imigração para o Brasil, de 1850 a 1889. Nela se pode perceber como o estado de São Paulo, nos últimos anos analisados, com as vantagens que apresentava, ganhou muita importância como destino para os imigrantes que vinham em busca de trabalho nas lavouras. Na década de 1880, São Paulo foi o destino de 40,1% dos imigrantes para o Brasil, italianos em sua maioria; isso mostra como conseguiu desenvolver de maneira mais eficiente o seu complexo cafeeiro, baseado no trabalho assalariado, constituindo um mercado de trabalho no meio rural e urbano, e um mercado consumidor mais concreto, com maior desencadeamento de capital do café para a Economia da região como um todo.

Tabela 2 Imigração para o Brasil – 1850-1889

<b>Decênios</b>	<b>Imigrantes entrados no Brasil</b>	<b>Imigrantes entrados em São Paulo</b>	<b>Porcentagem de São Paulo sobre o Brasil</b>
<b>1850-1859</b>	108.045	6.310	5,8%
<b>1860-1869</b>	106.187	1.681	1,6%
<b>1870-1879</b>	203.961	11.730	5,7%
<b>1880-1889</b>	453.788	183.349	40,1%
<b>Total</b>	871.981	203.070	

Fonte: Lima (1976, p. 241).

Essa mudança no eixo produtivo do café tornou São Paulo o centro da Economia nacional, graças à maior aderência ao trabalho assalariado e uma, ainda que incipiente, mecanização de parte do processo produtivo, beneficiado por um sistema bancário mais avançado em relação às outras regiões.

O transporte ferroviário foi de suma importância para a expansão cafeeira, facilitou e barateou o transporte do café e, inclusive, tornou viável a produção em locais onde, por transporte de mulas, seria impraticável o escoamento<sup>6</sup>. A ferrovia Santos-São Paulo por exemplo, construída na década de 1860, está entre as importantes construídas na época, financiadas pelos grandes cafeicultores. Merecem destaque as companhias ferroviárias administradas por esses grandes produtores, como a Companhia Paulista, a Sorocabana e a Mogiana, que constituíram uma infraestrutura que em nenhuma outra parte do País havia, e tornaram o desenvolvimento do capitalismo em São Paulo mais forte em relação ao resto do País. Assim, o café mudou de vez a paisagem no Estado de São Paulo, como é destacado por Martins (2008):

Para confirmar o surgimento massivo de cidades no rastro do café, é preciso avançar pela República, e mais para o oeste. No período entre 1890 e 1929, e por conta dos cafezais surgem 127 municípios novos, com 10 estações transformadas em cidades no Noroeste do Brasil, sendo Penápolis a primeira delas. Na Alta Paulista, são 5 cidades, começando por Piratininga (1913); na Alto Sorocabana, 10 cidades, além do Salto Grande, sendo a primeira Platina (1915); na Araraquarense, registram-se 15 cidades, em torno de Rio Preto. Entre 1886 e 1934, o número de municípios mais que dobrou. Das 140 novas unidades criadas naquele período, 118 foram no planalto ocidental (MARTINS, 2008, p. 174).

O capital cafeeiro surgiu de uma classe da burguesia produtora que não limitava a sua atividade à produção e comercialização do café. Esses cafeicultores passaram a emprestar para produtores em situação de dificuldade, exercendo funções de um banco de financiamento. Somam-se a isso as casas de exportação, que centralizavam a compra de toda a produção, e eram administradas pelos grandes fazendeiros, que aumentavam cada vez mais o alcance de sua influência, aplicando o seu capital em diversas esferas de valorização que não mais de limitava ao capital comercial (SILVA, 1980).

O desenvolvimento que houve do capital cafeeiro transformou toda uma rede de relações econômicas que modificaram o aspecto da Economia brasileira, sobretudo no Estado de São Paulo, que, a partir de uma burguesia cafeeira, atuava em todo o conjunto da Economia. O desenvolvimento das relações da Economia cafeeira criou os primeiros bancos

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre as diferenças de custos do transporte sobre mulas e ferroviário, consultar Silva (1980, p. 57).

brasileiros que estavam diretamente ligados às casas de exportação. Isso aumentou o poder desses burgueses que comandavam essa estrutura, centralizou os capitais cada vez mais, atuou em outros ramos que facilitariam o progresso do café, como as estradas de ferro, juntamente com o grande poder de influenciar na política local. A esse respeito, Silva (1980, p. 60) destaca que o capital cafeeiro tinha um grande poder de influência e exibia “[...] ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial”.

De acordo com Cano (2002), o café era o principal propulsor da Economia brasileira, entretanto, da última década do século XIX até meados da década de 1930, a produção cafeeira enfrentou constantes crises ligadas à superprodução que, motivadas por flutuações para cima nos preços internacionais do café, estimulavam a expansão de novos cafezais, mas que no momento de baixa dos preços evidenciavam como aquela estrutura produtiva poderia ser frágil. Visto isso, o Governo, em diversas ocasiões, teve de agir de maneira a preservar a estrutura cafeeira, por meio de políticas de defesa de preços e contenção da expansão produtiva para novas terras.

Para conter esses momentos de instabilidade do mercado cafeeiro, o Governo agia diretamente sobre o setor, como, por exemplo, por meio do Convênio de Taubaté<sup>7</sup> (1906), adotado de maneira imediata pelo Estado de São Paulo, que assim como os outros estados, ganhou maior autonomia com a Constituição de 1889, aproveitando da possibilidade de adoção de impostos sobre exportação e contratação de empréstimos externos; também a criação do Instituto Paulista de defesa do café (1924), por exemplo, para manter o preço do produto, para que as perdas dos produtores não fossem maiores, comprando o excedente da produção, mantendo estoques reguladores, até mesmo com a queima do produto.

Mesmo com a ação governamental para conter essas flutuações do setor cafeeiro, não foi possível evitar a maior crise em 1929, que teve consequências drásticas para o setor, mas também trouxe mudanças importantes na constituição do complexo cafeeiro. Com a crise, ficou claro que mudanças deveriam ser feitas, como a reestruturação e renovação de parte dos cafezais. Isso levou ao deslocamento de boa parte da produção para o norte do Estado do Paraná, com a adesão de produtores paulistas que se deslocaram para essa nova região em busca de novas terras para o cultivo (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 38).

---

<sup>7</sup> O Convênio de Taubaté foi uma política de defesa do café que se embasava em: com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; o financiamento dessas compras se faria por empréstimos estrangeiros; o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (FURTADO, 2003, p. 187).

Ortega e Jesus (2012) destacam ainda que, mesmo com a mudança de Governo em 1930, com a entrada de Getúlio Vargas, as políticas para o café continuaram semelhantes às adotadas anteriormente. Foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), que não teve longevidade e também, o Departamento Nacional do Café. Entretanto, essas medidas adotadas pelo Governo não se mostravam eficientes no longo prazo, e o País perdeu grande parte da sua participação no mercado mundial de café, pois também começava a enfrentar a concorrência de novos países produtores do grão, culminando numa maior diversificação da pauta produtiva e exportadora brasileira, buscando depender menos do café.

Já em seu segundo período na presidência, na primeira metade da década de 1950, Vargas tinha como um dos principais pontos a ser destacado o desenvolvimento capitalista do campo e tinha como objetivos a industrialização do campo, por meio do desenvolvimento da agricultura com maior produtividade e integração da estrutura produtiva e mão de obra, do meio rural e urbano. Mas alcançar esses objetivos não era fácil, devido às dificuldades que o sistema agrícola brasileiro enfrentava, considerando o nível e a forma como desenvolvimento desse setor se deu até àquela época.

Acreditava-se que o desenvolvimento da agricultura nacional tivesse como obstáculos a falta de aplicação de técnicas modernas; a inexistência de um sistema de crédito adequado; o uso imoderado do solo, levando a dilapidação das terras até as zonas novas e de fronteiras; a ausência de organizações associativas que mobilizem as classes rurais (DRAIBE, 1985, p. 181).

A industrialização projetada por Getúlio Vargas no início dos anos 1950 tinha como meta a modernização da Economia nacional, por meio da internalização da fabricação dos meios de produção e maquinários ( $D_1$ ), fungicidas e fertilizantes, diretamente ligados à capacidade de produção agropecuária, que viria a ser constituída na década seguinte, ressaltam Draibe (1985) e Graziano da Silva (1996). Draibe (1985, p. 197) ainda destaca que: “As metas da industrialização pesada constituíam as bases sobre as quais se assentariam as políticas sociais e o projeto de desenvolvimento para a agricultura”.

Apesar de Vargas não ter alcançado os objetivos inicialmente traçados, ele conseguiu avanços do ponto de vista institucional, como a implantação da Comissão Nacional de Política Agrária, em 1951, e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), instituições que tinham como objetivo a melhoria da atuação do Estado frente ao setor rural. O mercado cafeeiro sempre esteve submetido às flutuações internacionais de preços e sofria ainda mais, devido às instabilidades pelas quais o mundo passava na primeira metade do século XX. Assim, era de suma importância que a política agrícola brasileira se tornasse mais

eficiente, diversificasse sua pauta produtiva para atender à demanda interna por alimentos e melhorasse a eficiência na produção do café.

Mesmo com essa preocupação com a diversificação e intensificação da produção agrícola brasileira, em fins da década de 1950 houve mais uma crise de produção, em que o Governo novamente teve que queimar milhões de sacas de café, assim como feito na década de 1920, pois era necessário segurar a oferta e elevar seus preços no mercado internacional (MARTINS, 2008).

Sobre algumas dessas políticas, Ortega e Jesus (2012) destacam a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), subordinado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC); tinha como objetivo a erradicação de cafezais que apresentavam baixa produtividade, e também em regiões de elevados riscos de geadas e consequente maior possibilidade de perda de safra, como o norte do Paraná e oeste de São Paulo, tradicionais regiões da cafeicultura no Brasil.

O crescimento acentuado que se viu da agricultura a partir de década de 1960 teve como principal fator a política de crédito, mais bem estruturada e institucionalizada a partir de 1965, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essa política creditícia se refletiu na maior integração de capitais e na participação cada vez mais destacada de grandes grupos financeiros e empresariais, que se tornam grandes proprietários de terras e transformam a propriedade fundiária em um ativo especulativo (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As mudanças no Brasil não ocorreram somente no âmbito da produção agrícola, mas também na modernização da Economia como um todo. Para que a Economia brasileira alcançasse o avanço desejado, o Estado teve papel fundamental, tanto no planejamento quanto na execução das políticas estratégicas, como também em um contexto institucional que era necessário para que mudanças fossem realizadas. Assim, institucionalmente as políticas agrícolas estavam embasadas em um conjunto de quatro grandes sistemas, composto por: o SNPA (Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário; SNCR; o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, composto por EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e empresas estaduais; e o Sistema Nacional de Extensão Rural, composto por EMBRATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e empresas estaduais, que promoviam a “[...] difusão tecnológica entre os pequenos, médios e grandes produtores” (SANTANA *et al.*, 2014, p. 800).



Todo esse processo de desenvolvimento agrícola, que disseminou o padrão tecnológico da chamada Revolução Verde no Brasil, culminou na transformação do antigo Complexo Rural nos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Esse antigo Complexo Rural conservava maneiras mais atrasadas de produção, possuía inúmeras especificidades que podem ser consideradas como entraves para seu desenvolvimento mais acelerado, como a dependência do trabalho escravo, subordinação ainda grande às condições naturais de produção. Além disso, a dinâmica do Complexo Rural era determinada basicamente pelas flutuações externas:

A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse “bom”, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à recuperação das condições materiais da unidade produtiva (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 7).

Parte do esforço produtivo ia para a produção de bens de capital e bens de consumo utilizados nas próprias fazendas (divisão social do trabalho ainda incipiente). Assim, como resalta Graziano da Silva (1996), o elemento fundamental para a passagem do antigo Complexo Rural para os CAIs era o aumento da divisão social do trabalho, que deu origem ao desenvolvimento interno do mercado no capitalismo, criou sua própria dinâmica regulatória, produtiva, comercial e representativa de interesses, aproximando a produção agrícola com o setor industrial, diminuiu a dependência da produção agrícola, dos fenômenos naturais e aumentou o seu potencial produtivo.

Essa mudança na agricultura brasileira trouxe um novo padrão de produção, com maior integração vertical, tendo como principal objetivo o aumento produtivo por área cultivada e tornou a agricultura mais integrada e dependente do setor industrial. Mesmo considerando as dificuldades que o setor agrícola enfrentava na época e características próprias da atividade desempenhada, como Graziano da Silva (2003, p. 25) salienta, “[...] os processos de produção biológicos são sempre contínuos, não permitem que as partes se tornem independentes do todo”, diferentemente de como ocorre no setor industrial, que funciona em um ambiente com maior possibilidade de controle. Apesar de ser um processo contínuo, é possível reduzir o tempo de trabalho com a introdução de inovações tecnológicas, que vão desde a mecanização da colheita, por exemplo, como o uso de herbicidas que evitam a necessidade da capina pós-plantio.

Graziano da Silva (2003) destaca, como uma importante variável para entender o avanço técnico, o crescente número de tratores na produção agrícola, que acompanha todo o processo de modernização do setor, como exemplo bem ilustrativo de como a mecanização do campo teve papel fundamental no crescimento produtivo. Na Tabela 3, pode-se observar que houve grande evolução no uso de tratores a partir da década de 1950, que ainda eram, em sua maioria, importados. O ritmo de crescimento se manteve acelerado nas décadas posteriores, mas já com a produção nacional de tratores, acompanhando a internalização do  $D_I$ .

Tabela 3 Área média de lavouras por trator (ha)

Ano	Área média de lavouras por trator (ha)
1920	3.893,35
1940	5.572,61
1950	2.280,82
1960	468,04
1970	204,88
1975	130,63
1980	105,88
1985	94,41
1995	62,65
2006	72,92

Fonte: IBGE (Elaboração própria).

Ainda sobre a grande importância que a mecanização tem para o avanço produtivo agrícola, de acordo com estudo<sup>8</sup> realizado por Ortega e Jesus (2011, p.780), esses autores destacam, no caso da região do Cerrado Mineiro, que, em 1990, havia cerca de 80 colheitadeiras mecânicas na região; esse número passou para 300 unidades no início da década de 2000, caminhando para aproximadamente 420 unidades ao fim da década. Isso mostra o forte crescimento da mecanização nessa região, que aumentou a eficiência no plantio e na colheita e tornou o processo mais rápido e barato. Um exemplo é “a derriçadeira”<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Estudo embasado em pesquisa que elaborou questionários semiestruturados que foram realizados com agrônomos das associações de produtores, de empresas de pesquisa e assistência técnica oficial, das próprias empresas prestadoras de serviços e das revendas.

<sup>9</sup> Aparelho mecânico manejado manualmente e acionado por motor lateral ou costal, que faz vibrar as varetas em sua extremidade, promovendo a derriça dos frutos. É chamado de mão mecânica, pela sua aparência semelhante à mão humana e vibra junto aos ramos de café para provocar a derriça do grão na colheita. Substitui a colheita manual em que a mão de obra puxa o ramo para derrubar o grão (BRASIL, 2012, p. 2).

mecânica, que, além de colher os grãos em velocidade até oito vezes maior que a colheita manual, reduz o custo de produção em cerca de 15%, como destacam Oliveira (2004, p. 512), indicando o avanço da tecnologia na cafeicultura nos anos 2000.

Para compreender melhor como se deu a evolução na produção agrícola brasileira, é feito o recorte temporal a partir da década de 1970, tomando por base a introdução do padrão tecnológico hegemônico da Revolução Verde na agricultura da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), causando impactos em todos os setores ligados à atividade rural. Os produtos agrícolas que mais se destacaram nesta região foram, a soja, cana-de-açúcar, milho e o café.

O principal objetivo da introdução tecnológica na agricultura é o aumento produtivo com a redução do tempo de produção, mas, como ressalta Graziano da Silva (2003), deve-se diferenciar o tempo de produção do tempo de trabalho; o tempo de produção é igual ao tempo de trabalho mais o tempo de não trabalho, que corresponde, na agricultura, ao tempo que não pode ser controlado totalmente pelo produtor, como o tempo de maturação do fruto, que tem como principal agente a natureza. Dessa forma, o grande desafio é a redução do tempo de produção aproximando-o ao máximo do tempo de trabalho.

Com isso, é observando que o tempo de não trabalho não pode ser eliminado na agricultura, somente reduzido. A dificuldade na redução do tempo de não trabalho na agricultura está ligada ao caráter “incrustado”<sup>10</sup> dessa atividade, pois as forças da natureza não podem ser ignoradas, de modo que o progresso técnico, muitas vezes, leva ao aumento do tempo de não trabalho, justamente por acelerar processos mecânicos mas não conseguir acelerar, na mesma medida, os processos naturais.

Assim, para reduzir o tempo de não trabalho e tornar o processo produtivo menos dependente dos fatores naturais, o processo de inovações biológicas é essencial para reduzir o tempo de produção da planta, a maturação, a resistência a determinados climas, o aumento da produtividade, a adaptação da planta a certos locais, entre outros. Entretanto, é claro que o tempo de não trabalho não poderá ser totalmente eliminado, apenas reduzido, e ainda que não haja essas inovações biológicas, pode haver o aumento produtivo, mas em uma escala menor do que se poderia, ao combinar os diversos processos de inovação técnica.

As inovações técnicas estão ligadas diretamente à aceleração do processo produtivo; entre essas inovações estão os aspectos físico-químicos e biológicos, que se ligam diretamente

---

<sup>10</sup> Graziano da Silva (1996) definiu o caráter “incrustado” da agricultura, como a dificuldade de difusão generalizada de um padrão tecnológico, visto a impossibilidade de controlar todos os aspectos que a natureza impõe a essa atividade produtiva.

à certificação de origem, que serve como um diferencial do produto e elimina os concorrentes devido às características naturais encontradas em cada região. Assim, diverge da ideia do desenvolvimento tecnológico para a redução dos custos de produção e dos períodos de sazonalidade, reduzindo os obstáculos naturais à produção agrícola, o período de circulação do capital adiantado à produção, na tentativa de aproximação com a atividade produtiva industrial, tratando o produto agrícola como uma *commodity*.

Graziano da Silva (2003) caracterizou as inovações técnicas feitas na agricultura em quatro categorias: as inovações mecânicas, as físico-químicas, as biológicas e as agronômicas. As inovações mecânicas tratam do processo de trabalho em si, agem como um acelerador da produção e tornam os processos de plantio, de manutenção e de colheita mais eficientes e menos dependentes de mão de obra pouco qualificada. As inovações físico-químicas interferem em circunstâncias como, por exemplo, a correção da acidez do solo do cerrado. As inovações biológicas são de suma importância para a adaptação das plantas ao tipo de solo, à quantidade de água e de sol disponíveis ao longo do processo produtivo. Por fim, as inovações agronômicas, que tratam da organização da produção, como a disposição das plantas pelo terreno, que facilita a retenção e o escoamento da água, reduz a perda de nutrientes do solo, possibilita a locomoção das máquinas, entre outras formas de atuar, que tornam os demais processos mais eficazes.

Todavia, a modernização da agricultura não garante a distribuição dessas inovações com equidade para os produtores e a Tabela 4 ilustra bem essa concentração de recursos nas mãos de produtores mais bem estruturados de São Paulo, em comparação com o restante do Brasil. Mesmo notando que, no território nacional, houve uma evolução muito grande em um espaço temporal de três décadas, que englobam a introdução do padrão tecnológico da Revolução Verde, ainda assim, o estado de São Paulo, por ter tomado a frente dos demais estados em fins do século XIX, ainda, na segunda metade do século XX, estava muito à frente do restante do Brasil.

Tabela 4 Indicadores de modernização da agricultura: São Paulo e Brasil, 1960 – 1970 – 1980

Indicadores	São Paulo			Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
<b>Ha explorado por trator</b>	641	277	134	3407	1483	572
<b>Tratores por 1000 pessoas ocupadas</b>	n.d.	43,3	85,5	n.d.	8,9	23,8
<b>Estabelecimentos que usam adubação (%)</b>	26,6	47,5	77,7	13,2	18,6	32,1
<b>Despesas por há explorado (índice: SP / 1970 = 100)</b>	n.d.	100	178	n.d.	28	46
<b>Despesas por pessoa ocupada (índice: SP / 1970 = 100)</b>	n.d.	100	171	n.d.	31	53

Fonte: Graziano da Silva (2003, p. 93).

Tamanha discrepância entre o estado de São Paulo com o restante do Brasil se deve ao fato de que esta região foi a que obteve maior sucesso na implementação do complexo cafeeiro, ainda no século XIX, tendo reflexo por muitos anos ainda, sendo a região que primeiro implementou o trabalho assalariado e foi a grande atrativa para a imigrantes vindos de fora do Brasil com o objetivo de trabalhar nas lavouras, de forma assalariada, para estimular o mercado consumidor e impulsionar a industrialização do estado. Mesmo havendo uma grande diferença entre o estado de São Paulo e o restante do País, fica claro que houve evolução dos outros estados, com uma redução de, aproximadamente, 83% no número de hectares por trator de 1960 a 1980.

Essa nova dinâmica da modernização conservadora reflete o processo de constituição dos CAIs, em que os capitais passaram a se tornar mais integrados e mais fortes e a agregar cada vez mais capitais, como o bancário, o industrial, o comercial, o imobiliário, o financeiro, ampliando a capacidade de controle da cadeia produtiva. Assim, os médios e grandes produtores, já incorporados ao mercado, tornavam-se mais fortes, em detrimento dos pequenos agricultores familiares, que se encontravam alijados do processo de reprodução do capital agrícola.

Juntamente com o processo de modernização conservadora, houve os programas de modernização e ocupação do cerrado, que priorizaram a migração de agricultores que tinham um mínimo de capital acumulado e conhecimento técnico, elevando a concentração de terras na região, como ressalta Garlipp (1999):

[...] uma vez que os pequenos produtores de terras adequadas as comercializavam. Embora proprietários, como já ressaltamos anteriormente, estes não se adéquam às exigências dos programas e acabam adquirindo novas propriedades nas áreas mais acidentadas da região, encontrando-se, hoje, em situação bastante difícil. Muitas vezes são estes mesmos pequenos

proprietários os contratados como trabalhadores temporários da cultura do café nas terras das chapadas que antes lhes pertenciam (GARLIPP, 1999, p. 26 e 27).

Todo esse desenvolvimento técnico possibilitou o avanço da cafeicultura por Minas Gerais, de modo que, já na década de 1970, o estado alcançara o primeiro lugar na produção de café no Brasil. E o Cerrado Mineiro teve importância decisiva na cafeicultura de Minas Gerais e do Brasil, tornando-se, de uma região que anos antes não produzia em grande escala, para uma região com produtividade acima da média nacional.

## **1.2 A chegada do café ao Cerrado Mineiro e o processo de organização representativa dos cafeicultores**

O Cerrado até, aproximadamente, meados da década de 1960, não era visto como uma região com grande potencial para a produção agrícola, principalmente pelas características de seus solos, muito ácidos e com poucos nutrientes. Mas com um olhar mais atento, percebeu-se que essas terras possuíam um grande potencial produtor, que só dependia de novas formas de manejo.

Juntamente com o maior apoio institucional, a região do TMAP (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), por fazer parte da região do Cerrado Brasileiro, ganhou importância com o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) no fim da década de 1960, que levou a cafeicultura para áreas não exploradas anteriormente por esse tipo de cultivo, mas de grande potencial produtivo. Assim, a região do TMAP ganhou mais relevância para a agricultura nacional e usufruiu de políticas federais e estaduais, direcionadas especificamente para o território, aproveitando do pacote tecnológico da Revolução Verde para produzir de forma mais racional e eficiente (ORTEGA; JESUS, 2012).

A modernização produtiva implementada no ecossistema do Cerrado esteve embasada na adoção de inovações mecânicas, físico-químicas, agronômicas e biológicas, que descortinaram um novo horizonte para a agricultura brasileira. Embora não seja a região que mais produz em Minas Gerais, colaborou para que o estado chegasse ao posto de maior produtor cafeeiro do Brasil, já em 1975, aproveitando de fortes geadas que atingiram o estado do Paraná, que reduziram a produção por lá. Vale destacar, que entre inovações técnicas, a técnica da calagem dos solos foi fundamental para tornar o solo do cerrado mais eficiente na cafeicultura: elevou-lhe o pH e reduziu-lhe a acidez, realizou a

[...] aração e a gradagem, na aplicação de calcário, na adubação orgânica e inorgânica com os nutrientes, tais como o fosfato, o nitrogênio e o potássio. Além desses nutrientes, utilizam-se alguns micronutrientes, como o sulfato de zinco e o ácido bórico (ORTEGA; JESUS, 2011)

De igual forma, foram feitos os nivelamentos básicos, corredores e a abertura de sulcos para o coveamento.

Além disso, o Cerrado Mineiro foi extremamente beneficiado por políticas, como o PRRC (Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais), por exemplo, juntamente com a nova infraestrutura de estradas proporcionada pela mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília, na década de 1960, o que tornou a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, privilegiada como uma região de passagem da capital para os pontos mais importantes economicamente do País.

### **1.2.1 As políticas de ocupação do Cerrado**

A partir da década de 1970, a região do cerrado se consolidou de vez com uma das mais importantes regiões do setor agropecuário nacional. A esse respeito, é possível destacar alguns programas governamentais direcionados para ela, como o Programa do Governo Estadual de Minas Gerais, o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), e os de maior destaque, o POLOCENTRO (Programa para o Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado). Esses programas foram de suma importância para a maior integração entre os produtores rurais e os órgãos de assistência técnica, como a EMBRAPA, a EPAMIG (Empresa Agropecuária do Estado de Minas Gerais) e EMATER-MG, por exemplo.

Esses planos de ocupação do Cerrado tiveram como precedente o plano de modernização da cafeicultura brasileira, iniciado no começo da década de 1960, com o objetivo de erradicar cafezais de baixa produtividade; tinha como premissa o “Renovar para Salvar”: selecionava cafezais de maior produtividade e desestimulava aqueles de baixa produtividade. Ortega (2005) ressalta que houve uma diminuição na ordem de 43% no número de cafezais, que foi possível graças à contenção de preços e indenização para a erradicação.

O PADAP foi instituído no ano de 1973 pelo Governo de Minas Gerais; esteve presente somente neste estado e foi considerado o primeiro Programa voltado para atuar na região do cerrado, sobretudo, do Cerrado Mineiro, operando em municípios da região do Alto Paranaíba, com quatro núcleos de colonização, aproveitando a posição estratégica da região para a logística de exportação. Já nessa época, antes mesmo do PRODECER, havia forte

influência nipônica na ocupação do Cerrado Mineiro, em que “[...] a maioria (80%) dos colonos selecionados veio do quadro social da cooperativa e tinha como traços comuns a origem (Sul/Sudeste) e a descendência japonesa. A influência dos japoneses esteve presente também por meio de visitas de técnicos do Governo japonês” (PIRES, 2000, p. 118).

O POLOCENTRO foi um Programa federal focado nas regiões de cerrado do Brasil Central, atuando entre os anos de 1975 a 1984 nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O Programa teve, como principal forma de atuação, o financiamento rural subsidiado ao setor privado, atuando em Minas Gerais, nas regiões oeste e centro-oeste. Entretanto, o Programa não teve sucesso, como Aracri, Amaral e Lourenço (2011) enumeram:

[...] especula-se que seu término se deu principalmente por dois fatores: um ligado às crescentes negociações do Governo brasileiro com o Governo japonês, que deu origem ao PRODECER; e o outro fator diz respeito à intensificação do processo inflacionário pelo qual o Brasil passava (p. 3).

O PRODECER, criado em 1976, também foi um Programa do Governo Federal em parceria com o Governo japonês, visando ao estímulo à produção de alimentos, principalmente grãos dos quais o Japão mais demandava. Vale ressaltar que o PRODECER, assim como o POLOCENTRO, foi um Programa para o desenvolvimento do Cerrado Brasileiro como um todo, que conta com 2.036.448 km<sup>2</sup>, abrange cerca de 22% do território nacional e está presente nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. Por isso, o Programa não se concentrou somente no Cerrado Mineiro, mas foi muito relevante para o desenvolvimento dessa região, onde o Programa começou<sup>11</sup>, nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu.

A Tabela 5 apresenta de maneira sucinta os três programas, com suas diferenças quanto à área de abrangência, público-alvo, recursos utilizados e procedência. Nela se pode observar que o POLOCENTRO foi o maior Programa entre os três, em termos de área e recursos utilizado, apesar de não ser o de maior longevidade. Vale ressaltar, que os três programas não têm a finalidade de desenvolvimento da cafeicultura especificamente, mas sim, do cerrado, e utilizaram, como forma de atuação, a seleção de produtores que percebiam estar mais bem preparados para obter crédito supervisionado para a formação de núcleos agrícolas,

---

<sup>11</sup> O PRODECER teve três etapas: PRODECER I, que foi implantado em 1980 e atuou nos municípios Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu; PRODECER II, implantado em 1985, atuou em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia; PRODECER III, implantado em 1995, atuou no Pará, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Rondônia.



como produtos com capacidade comprovada de obtenção de financiamento, conhecimento técnico prévio, que, de certa forma, era excludente aos pequenos produtores.

Tabela 5 Programa, área abrangida, público-alvo, recursos e procedência

<b>Programa</b>	<b>Área (em ha)</b>	<b>Público alvo</b>	<b>Recursos (US\$)</b>	<b>Procedência</b>
<b>PADAP</b>	60 mil	Colonos associados na CAC*	200 milhões	Governo Estadual
<b>POLOCENTRO</b>	3,7 milhões	Médios e grandes proprietários	868 milhões	Governo Federal
<b>PRODECER</b>	350 mil	Médios proprietários	570 milhões	Governo Federal

Fonte: ARACRI, AMARAL E LOURENÇO (2011, p. 3).

\*Cooperativa Agrícola de Cotia

Apesar de a região do TMAP não ser a região maior produtora de café de Minas Gerais, ela tem importante parcela da produção do estado e representa, aproximadamente, 25%<sup>12</sup> da produção estadual, e os programas de ocupação do cerrado tiveram grande importância no desenvolvimento da cafeicultura na região.

Na Tabela 6, é possível observar como a cafeicultura no estado de Minas Gerais é importante para o Brasil, por concentrar mais de 50% dos estabelecimentos do café arábica e, com uma produtividade maior, o estado alcança, aproximadamente, 65% da produção total nacional do grão, com um valor produzido e pouco mais de 70%; isso demonstra como Minas Gerais, além de ter uma produtividade maior, produz grãos de maior qualidade, por conseguir melhores valores na comercialização.

<sup>12</sup> Dados do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Promoção da Região do Cerrado Mineiro 2015/2020.

Tabela 6 Estabelecimentos com mais de 50 pés de café arábica em grão (verde) e café canephora (conilon, robusta) existentes em 31/12/2006

Localidade	Estabelecimentos	Quantidade		Valor	Colheita		Efetivos em 31.12		Dados Gerais		
		Produzida	Produção (1.000 R\$)	Pés colhidos (1.000 pés)	Área colhida (há)	Área Plantada (há)	Pés existentes (1.000 pés)	Pés plantados em 2006 (1.000 pés)	Área plantada há/estabelecimentos	Quantidade produzida/Área colhida (t/ha)	Sacos/há
Cafê arábica em grão (verde)											
Brasil	200.859	1.889.719	7.356.140	3.040.301	1.292.290	1.547.085	3.628.880	316.491	7,70	1,46	24,37
Minas Gerais	104.939	1.227.815	5.223.848	2.033.589	791.194	927.243	2.400.086	199.591	8,84	1,55	25,86
Municípios do Cacer	4.879	247.257	1.168.958	404.693	122.037	143.701	472.356	43.614	29,45	2,03	33,77
Cafê Canephora (Conilon, Robusta)											
Brasil	85.984	471.037	1.210.159	614.315	395.56	477.088	734.722	62.201	5,5	0,99	16,46
Minas Gerais	8.488	43.964	141.200	65.431	31.703	37.497	78.962	4.265	4,42	1,17	19,54
Municípios do Cacer	193	7.154	26.601	7.916	3.724	3.722	12.704	703	19,28	1,92	32,04

Fonte: Ortega e Jesus (2012, p. 51).

Mesmo tendo todos esses programas direcionados ao Cerrado, não houve neles a preocupação com a atividade agrícola familiar, que foi, de certa forma, alijada desses programas, pois eles buscavam produtores que já contassem com uma estrutura de conhecimento técnico e capacidade de financiamento, algo de que os pequenos agricultores não dispunham. Os agricultores familiares, somente na década de 1990 tiveram, de fato, o reconhecimento como tais, não mais como pequenos produtores, agricultores de subsistência, e outras denominações que não o reconheciam como uma classe de agricultores que não estavam na terra somente para subsistir, mas que tinham ambições e capacidade produtiva para gerar renda e emprego, ampliar as possibilidades de ocupação do meio rural, sem, necessariamente, vender sua mão de obra por baixos salários e que contribuíam para evitar o êxodo rural.

Assim como nos três programas apresentados acima, a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde não se deu de maneira uniforme e inclusiva, pois exigia uma utilização mínima de capital e conhecimento técnico de que a maior parte dos agricultores familiares não dispunha para se adequarem às mudanças necessárias, de modo que os maiores beneficiários foram agricultores vindos de outras regiões, que já possuíam um maior grau de conhecimento sobre o processo produtivo e os grandes proprietários locais que se

modernizaram. Apesar de não participarem diretamente do avanço produtivo dos grandes produtores, principalmente vindos da região sul atraídos pelas novas condições produtivas, os agricultores familiares findaram por se beneficiar pela incorporação, ainda que atrasada, dos métodos produtivos mais eficientes, e os produtores que continuaram em suas terras também aproveitavam da valorização que elas tiveram com o tempo.

Houve também, entretanto, pequenos agricultores que identificaram uma oportunidade de negócio e venderam suas terras para os produtores recém-chegados ao Cerrado Mineiro, para comprarem terras em áreas que depois se mostraram piores para o plantio e isso dificultou a sua fixação nas terras com a renda da própria produção, levando à necessidade de venda da mão de obra para os novos médio e grandes produtores, ou o êxodo rural. Dessa forma, fica claro o caráter excludente das transformações pelas quais a agricultura do País e da região do Cerrado Mineiro passou, em que os médios e grandes produtores, por estarem mais preparados para as mudanças, tanto em termos de conhecimento tecnológico, institucional, quanto pela capacidade de financiamento da produção, tomaram a frente no processo de avanço tecnológico agrícola.

### **1.2.2 A organização representativa dos cafeicultores do Cerrado Mineiro**

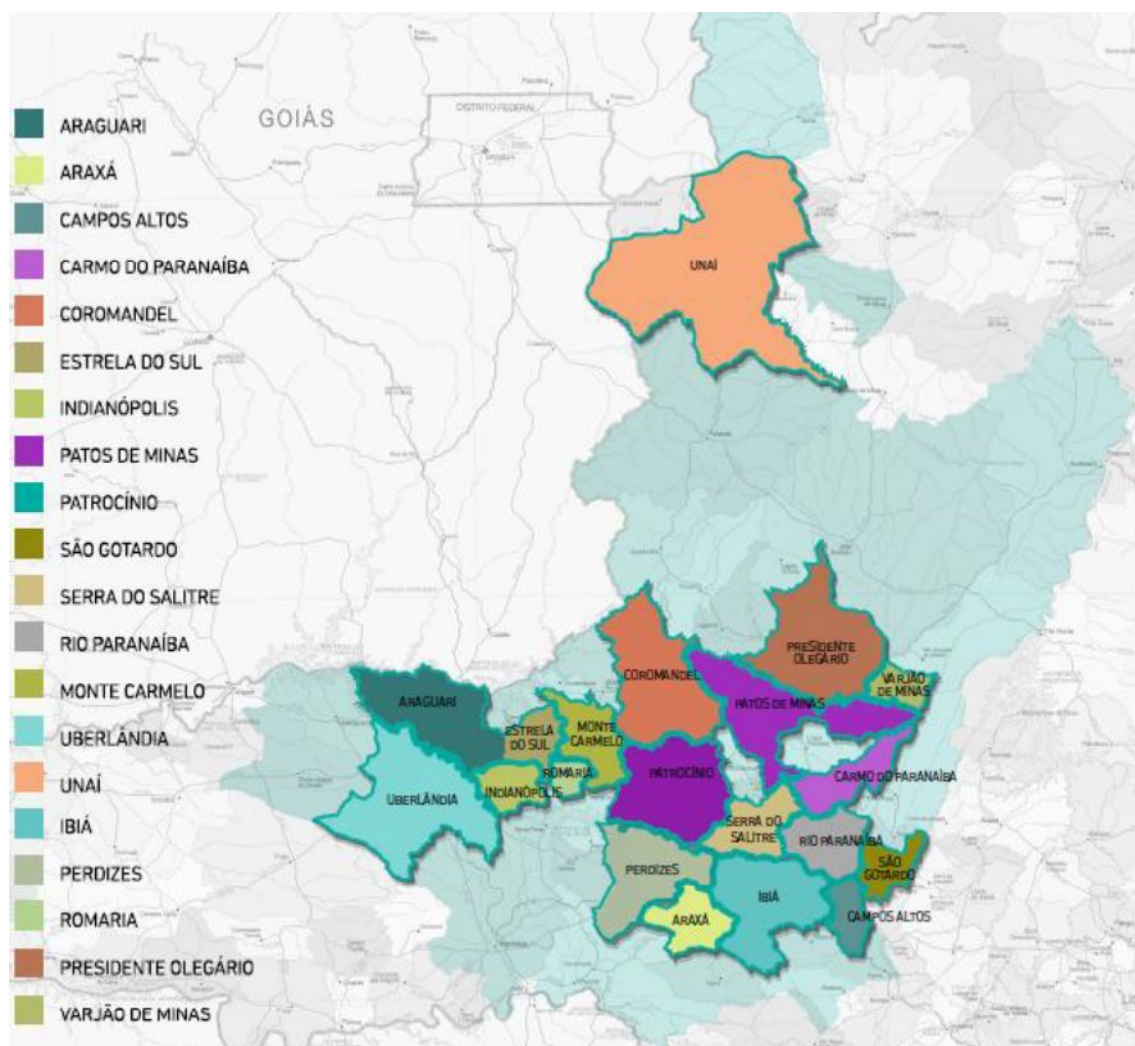
A região do Cerrado Mineiro reunia condições muito favoráveis ao cultivo do café, por suas vantagens físico-climáticas sobre outras regiões, como o oeste paulista e o norte do Paraná<sup>13</sup>, o que favorecia a qualidade do grão aqui produzido. Aproveitando a grande visibilidade alcançada pela região, após a implantação dos programas governamentais, a produção cafeeira focalizou a região constituída por 55 municípios<sup>14</sup> que hoje constituem a área de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, como pode ser observada no MAPA 1.

---

<sup>13</sup> O oeste de São Paulo e o norte do Paraná são regiões que sofrem com altas possibilidades de geadas.

<sup>14</sup> No Anexo C se encontra a lista com todos os 55 municípios da região do Cerrado Mineiro

Mapa 1 Mapa Representativo da Região do Café do Cerrado Mineiro



**Fonte:** Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Promoção da Região do Cerrado Mineiro 2015/2020.

Entretanto, já na segunda metade da década de 1980, houve uma diminuição muito grande do nível de crédito oferecido à agricultura, da ordem de cinco vezes menor ao registrado no exercício anterior, uma vez que, então, o Governo brasileiro voltara suas atenções para outras áreas.

A partir de então, o financiamento dos diversos encadeamentos passou a reunir um conjunto de instrumentos nem sempre ligados diretamente à administração do crédito, mas a agências governamentais paralelas, às vezes exclusivas, com recursos vinculados [...] A máquina de Governo se reestruturou e as arenas decisórias passaram a ser outras, muitas delas fora dos limites do Estado brasileiro. No que se refere ao crédito, as condições de financiamento tornaram-se mais difíceis dada a escassez de recursos e a retirada dos subsídios de crédito (BELIK; PAULILLO 2009, p. 98).

Com essa escassez de financiamentos públicos, os setores que estavam mais bem estruturados, como os sindicatos patronais, tornaram-se os mais beneficiados pela nova lógica

de crédito privado, não mais dependendo tão fortemente da regulação do Estado brasileiro, como era o caso das organizações representativas especializadas. Tanto o Governo Federal quanto o estadual retiraram diversos incentivos à produção cafeeira, a exemplo do rompimento de acordos internacionais, como o Acordo Internacional do Café (AIC), a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), juntamente com a desregulação desse mercado (ORTEGA; JESUS, 2012).

As bases sobre as quais os grandes produtores ligados a sindicatos patronais estavam ligados na dinâmica representativa vieram a ser estabelecidas, tomando como marco inicial, a Constituição de 1891 e a Lei 173/1893, que organizaram a criação e funcionamento das associações, não havendo a obrigação de filiação, tendo efeito todo desencadeamento que viesse depois nas estruturas das organizações representativas. Destacam-se como importantes organizações voltadas aos interesses rurais, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que foram marcos nessa primeira etapa do associativismo brasileiro.

Na segunda fase, datada de 1930 a 1964, houve maior verticalização da estrutura sob a égide do corporativismo no Estado Novo, reflexo da governança de Vargas, que fortaleceu as estruturas preexistentes. Já no ano de 1964, com o Governo Militar, houve mudanças na legislação sindical agrária, entre as quais se destaca a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), fruto da aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Os pequenos produtores, parceiros e arrendatários não seriam mais filiados à Confederação Rural Brasileira (CRB), que ao final foi substituída pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), fortalecendo essa base social.

A década de 1970 foi muito importante para as organizações representativas de interesses agrários, reforçou a articulação de grupos com demandas em comum, que se fortaleciam com o avanço dos complexos agroindustriais que atuavam em setores de produção mais especializada, o que deu origem às organizações representativas interprofissionais que atuavam na defesa de cadeias agroindustriais e representativas por produto, salvaguardando interesses específicos de classes de produtores, como é o caso das associações em defesa dos cafeicultores da região do Cerrado Mineiro. As organizações representativas de interesses por produto e interprofissionais podem ser complementares e fortalecerem a estrutura de governança de uma região frente as dificuldades que se apresentam perante a instabilidade econômica e política.

Na década de 1990, o contexto era de dificuldade e de falta de apoio estatal, de queda de barreiras à importação, abertura da Economia e de mudança nas formas de financiamento

impostas por grupos industriais e financeiros não ligados diretamente ao setor agrário. Isso levou à perda de importância dos grupos de representação dos interesses do campo e a uma relação de dependência dos produtores para com o setor agroindustrial. O resultado foi a mudança na dinâmica da representação de interesses, que antes era setorial, para um lógica em que a fragmentação da organização setorial levou ao que Belik e Paulillo (2009) destacam como uma lógica de subsistema:

O subsistema do café do Cerrado Mineiro é o melhor exemplo, já que a implementação de um novo instrumento para financiamento da produção se deve à gestão empreendida pelo Conselho das Associações do Café do Cerrado Mineiro (CACCCER) com o Banco do Brasil e as autoridades governamentais. Por meio da Célula do Produtor Rural (CPR) o produtor vende o café a futuro, recebendo à vista e entregando o produto na safra (p. 107).

Para além disso, os produtores na região do café do Cerrado Mineiro se mobilizaram para enfrentar as adversidades, por meio da criação de entidades representativas que pudessem defender as suas demandas. O resultado disso foi criação do então CACCER em 1992, que começou a ser gestado ainda em 1991, durante o I Seminário Sobre a Cafeicultura na Região dos Cerrados, em Patrocínio, como uma forma de congregar o elevado número de associações de cafeicultores na região.

A criação do CACCER, hoje Federação dos Cafeicultores do Cerrado, criou a possibilidade de reivindicação da Certificação de Origem junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com a característica de buscar a produção de um café de qualidade diferenciada, aproveitando as características que a região possui, instituindo um padrão próprio, identificando o café à região geográfica de origem. Outro importante passo para a cafeicultura na região foi dado em 1993, com a compra de um armazém em Patrocínio, onde os agricultores comparavam quotas-partes, em um limite de dez por produtor, visando garantir o direito dos médios e pequenos cafeicultores.

Assim, em 1993, a COOCACER Patrocínio (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado – Patrocínio Ltda) foi criada para administrar o armazém comprado no mesmo ano em regime de condomínio. Em 1995 foi criada a EXPOCACCER (Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado), com as funções de armazenar e representar política e institucionalmente as regiões produtores de café do TMAP, funcionando na mesma sede da COOCACER Patrocínio. Foi então que, em 1999, buscando o melhor atendimento dos seus cooperados e clientes, a COOCACER incorporou a EXPOCACCER e tornou-se a EXPOCACCER Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda.

Essa nova forma de inserção dos cafeicultores da região do Cerrado Mineiro no mercado teve como principal objetivo a diferenciação do produto, que é considerado uma *commodity* e alcança preços mais elevados, novos mercados consumidores, por meio da Certificação de Origem. Para tanto, a construção da marca Café do Cerrado conquistou, em 2005, a Indicação de Procedência da Região do Cerrado Mineiro e, em 2011, houve a mudança da marca, antes Café do Cerrado, para a marca com a Indicação Geográfica Região do Cerrado Mineiro. Isso teve suma importância para a posição estratégica do produto nos mercados nacional e internacional, pois identificou o produto com a região, atestou os critérios que fazem com que esse café tenha um padrão de qualidade reconhecido no mundo todo por órgãos especializados do Brasil e do mundo e alcançou, em 2014, a Denominação de Origem da Região do Cerrado Mineiro.

Todavia, para entender melhor a cafeicultura no Cerrado Mineiro, é fundamental conhecer a sua estrutura fundiária da região, pois, como é possível ver na Tabela 7, temos o perfil das propriedades dos cafeicultores no Cerrado Mineiro e se pode observar que as propriedades consideradas grandes são pouco menos de 50% dos produtores da região, ocupando 95,30% da área, mostrando uma alta concentração de terras, ainda mais se considerarmos o estrato de produtores que possuem acima de 500 ha, com 66,23% das terras pesquisadas; são apenas 8,09% dos produtores. Essas características encontradas na região têm um reflexo direto no grande destaque que o agronegócio possui na região.

Tabela 7 Caracterização das propriedades dos cafeicultores no Cerrado Mineiro

		Estrutura da(s) propriedade(s)			
Categoria		% de produtores	Distribuição da área total (%)	Tamanho médio	% da área ocupada com café
<b>Grandes</b>	Acima de 500 há	8,09	66,23	1.702,97	27,65
	De 200 a 499,9 há	11,03	15,21	286,82	38,76
	De 100 a 199,9 há	10,66	7,08	138,05	55,11
	De 50 a 99,9 há	19,49	6,78	72,32	62,10
<b>Médias</b>	De 20 a 49,9 há	20,22	3,07	31,53	55,79
<b>Pequenas</b>	De 10 a 19,9 há	19,49	1,30	13,91	67,12
<b>Mini</b>	De 0,1 a 9,9 há	11,03	0,34	6,39	85,08
<b>Total</b>	–	100,00	100,00	207,97	35,19

Fonte: Ortega e Jesus (2012, p. 65).

Na Tabela 8 é mostrada a relação dos municípios onde foi feita a pesquisa de campo de Ortega e Jesus (2012); evidencia-se que, na maior parte dos municípios onde houve a pesquisa, o módulo fiscal é constituído por 40 hectares, apenas em Campos Altos o módulo fiscal não é de 40 ha. A Tabela 8 serve como um ponto de referencial para a caracterização da agricultura familiar na região, a partir do critério do tamanho do estabelecimento rural; esse critério não é absoluto para caracterizar uma propriedade gerenciada aos moldes da agricultura familiar, pois há diferenças entre os tipos de culturas plantadas, como é o caso do café, que produz maior valor agregado em menores porções de terra que o milho e cana de açúcar, por exemplo.

Tabela 8 Tamanho do módulo fiscal por município

Município	Módulos Fiscais (ha)
Arapuá	40
Campos Altos	35
Carmo do Paranaíba	40
Coromandel	40
Cruzeiro da Fortaleza	40
Guimarânia	40
Monte Carmelo	40
Patrocínio	40
Romaria	40
Serra do Salitre	40

Fonte: Elaboração do autor.

Entretanto, embora essa região possua uma estrutura fundiária muito concentrada, a agricultura familiar ainda ocupa importante espaço — mais da metade dos estabelecimentos rurais da região. Alguns dos critérios básicos para a definição da agricultura familiar como tal, são: que a gestão da propriedade seja compartilhada pela família e a atividade agropecuária seja a principal fonte geradora de renda, apresentando áreas de até quatro módulos fiscais.



Assim, a agricultura familiar chega a atingir até o segundo estrato das propriedades consideradas grandes, representando mais de 70% das propriedades da região, ocupando menos de 20% da área total. Mas a agricultura familiar, em sua maior parte está ligada às faixas de médias, pequenas e minipropriedades, como será mais bem caracterizado nos próximos capítulos.

## **CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO E A CERTIFICAÇÃO**

Por estrutura de governança, Reis (2007, p. 13) define: “[...] o conjunto de mecanismos que usam diferentes formas de coordenação das ações individuais e mobilizam várias estruturas sociais: o mercado, o Estado, a comunidade, as associações de interesse, as redes, as empresas e as hierarquias empresariais”. Assim, esta seção se dedica a tratar da estrutura de governança: parte da cadeia produtiva da cafeicultura do Cerrado Mineiro, passa pela importância das filiações às entidades representativas da região, juntamente com a importância das certificações e a singularização do produto, que formam todo um arcabouço institucional para o devido funcionamento da cafeicultura nessa região.

A estrutura de governança na cafeicultura do Cerrado Mineiro depende da eficiência na organização e coordenação entre os produtores, entidades representativas, o mercado e a sociedade local. No município de Patrocínio essa estrutura de governança se encontra de maneira integrada, integrando os cafeicultores com o mercado, por meio das associações e cooperativas, como a APPCER e ACARPA (Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio), que estão ligadas à EXPOCACCER, responsável, dentre várias atividades desempenhadas, por armazenar, rebeneficiar, consultoria técnica e canal para a exportação do grão, sendo representadas pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado, que controla e promove a marca território Região do Cerrado Mineiro.

Para que a estrutura de governança na cafeicultura do Cerrado Mineiro tivesse se tornado o que é hoje e continue se fortalecendo, é de suma importância a manutenção do capital social formado na região, como foi definido por Bourdieu (1998, p. 67):

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

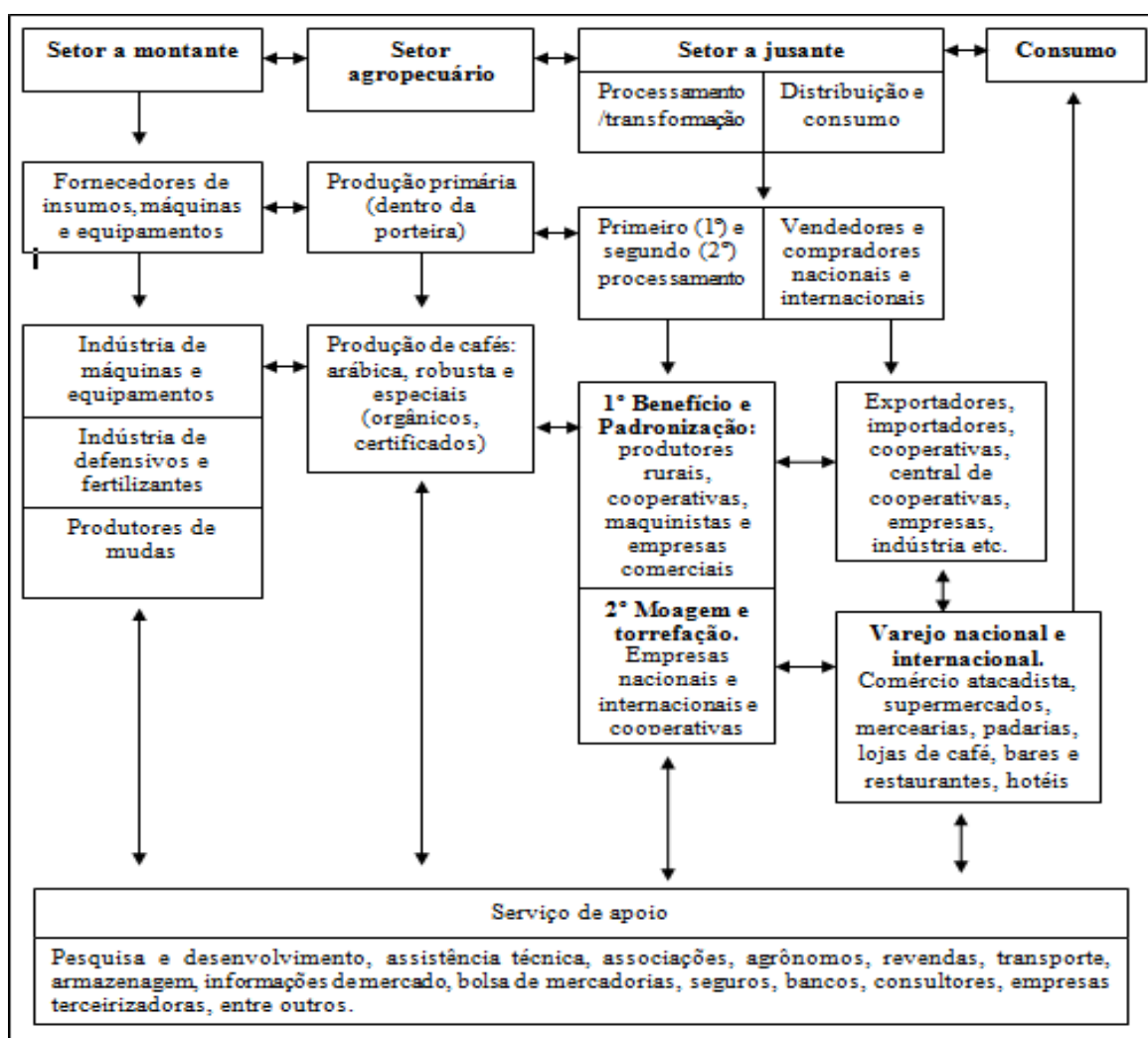
A relação entre os cafeicultores não se dá somente de maneira comercial, mas também por laços de parentesco, amizade, troca mútua de favores, que fortalecem a integração no meio social, tanto para dentro, como para fora daquele grupo de agricultores, que também se relacionam com instituições e o mercado.

## **2.1 A cadeia produtiva da cafeicultura da Região Cerrado Mineiro**

A cadeia produtiva da cafeicultura do Cerrado Mineiro é um reflexo direto da ação particular dos agricultores mobilizados para tornar a cafeicultura na região do Cerrado Mineiro forte e reconhecida por produzir grãos de qualidade única. A criação do CACCER, em 1992, foi um marco para a constituição da cafeicultura de qualidade certificada na região, pois, a partir dele, as entidades representativas passaram a constituir uma comunidade com interesses em comum, mas que tinham suas particularidades respeitadas.

O Café da Região do Cerrado Mineiro possui uma estrutura produtiva muito bem constituída, que vai desde os insumos básicos para a produção do café até o consumidor final. Essa estrutura produtiva foi dividida, conforme Ortega e Jesus (2012), em quatro grandes setores: setor a montante; setor agropecuário; setor a jusante; consumo. Conforme pode ser visto na Figura 1:

Figura 1 Cadeia produtiva no território café da região do Cerrado Mineiro



Fonte: Ortega e Jesus (2012, p. 160).

### 2.1.1 O setor a montante

Reúne os procedimentos iniciais para a produção cafeeira, reunindo desde grandes empresas oligopolistas até a produção mais simples em viveiros de mudas. Assim, é destacado o setor de bens de capital, responsável pelos implementos agrícolas em geral, máquinas e outros equipamentos, sendo composto por grandes empresas nacionais e internacionais que atuam como oligopólios por ser um setor que exige alto grau de tecnificação e capital investido. Nesse seguimento, são encontradas fábricas nos municípios de Araguari, Monte Carmelo, Patrocínio e outros municípios da região, assim como concessionárias e revendedoras, e oficinas mecânicas para a manutenção e reforma desses equipamentos que precisam estar próximas ao consumidor final para que os processos mecanizados na produção não fiquem parados por muito tempo.

A produção e comercialização dos insumos, como, defensivos, calcários, fertilizantes, combustíveis, lubrificantes e outros, também conta com grandes empresas oligopolistas e até mesmo monopolistas, nacionais e multinacionais, desde a produção até a comercialização ao cliente final, assim como grupos comerciais locais que atuam principalmente na venda de combustíveis e lubrificantes. Quanto aos defensivos e fertilizantes, são comercializados por grandes empresas que, além da venda, também prestam o serviço de assistência técnica para boa parte dos agricultores. A produção de fertilizantes e calcários está dispersa por toda a região, com destaque para Uberaba como polo produtor de fertilizantes químicos, em especial o fosfato, que são extraídos em outros municípios da região, como Araxá e Patos de Minas, encontrando ainda, municípios de destaque na extração de calcário, como são os casos de Coromandel, Lagamar e Paracatu.

Há também, a produção de adubos orgânicos, nas propriedades produtoras ou vizinhas, que estejam mais próximas do agricultor. Mais próxima aos agricultores também está a produção de mudas, em viveiros, sobretudo nos municípios de Araguari, Monte Carmelo e Patrocínio, por serem cidades de destaque a produção cafeeira e abastecerem os municípios do Cerrado Mineiro, e também, outras regiões no cerrado.

### **2.1.2 Setor agropecuário**

Esse setor da cadeia produtiva está para dentro da porteira, ou seja, é o processo de produção primária que depende das características específicas para que o café seja certificado com a Indicação Geográfica do Café da Região do Cerrado Mineiro, como estar de acordo com os atributos, edafoclimáticos da propriedade, estando entre os 55 municípios do Cerrado Mineiro.

### **2.1.3 Setor a jusante**

Esse setor foi dividido em duas áreas, com pode ser visto na Figura 2. A primeira é o processamento/transformação, onde há o benefício e a padronização do produto, e a moagem e torrefação. O benefício consiste na separação da casca do café, que pode ser reaproveitada “[...] como fertilizante nas próprias lavouras e em alguns casos, como matéria-prima para bebida (casca melosa)” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 164). A padronização é a atividade de separar e classificar os grãos o café de acordo com a qualidade e a partir daí, o café já é comercializado em muitos casos. Na etapa da moagem e torrefação, observa-se que o controle da produção diminui, visto que esse processo não é feito mais todo dentro do Cerrado

Mineiro, mas é uma etapa cada vez mais internalizada, para que haja maior controle de qualidade e aumento do valor agregado.

A segunda fase é a distribuição e consumo; a distribuição fica por conta de vendedores e compradores no mercado nacional e internacional, tendo uma cadeia de atuação que vai desde cooperativas, empresas, indústrias nacionais e internacionais que não precisam estar concentradas na região onde houve a produção. É nesta fase que o café chega aos canais de distribuição, como supermercados, cafeterias, restaurantes e onde mais o café puder ser servido.

#### **2.1.4 Consumo**

A fase do consumo final ocorre nos mais diversos locais, desde grandes supermercados, mercearias de bairro, restaurantes, na sala de espera de uma clínica médica, padarias e cafeterias. Não há um lugar onde não haja um cafezinho e, nos últimos tempos, no Brasil, tem ocorrido o aumento no número de lojas de café, e esse movimento vem de uma demanda cada vez maior por um café de qualidade reconhecida, mudando a forma pela qual as pessoas consomem o café, não mais como uma bebida para deixar alguém acordado ou meramente acompanhar um pão de queijo, por exemplo: hoje o café também é consumido como uma bebida a ser apreciada como o principal integrante do cardápio.

O serviço de apoio está inserido no contexto da cafeicultura do Cerrado Mineiro em todos os seus segmentos, envolvendo assistência técnica, setor privado e público, revendas, negociadores, entidades representativas etc. O serviço de apoio representa todo o aparato sobre o qual a cafeicultura do Cerrado Mineiro se alicerça.

## **2.2 A importância das filiações às entidades representativas**

O associativismo no meio agrário pode ser dificultado pelas características estruturais do meio rural, que pode conter uma heterogeneidade entre os estabelecimentos, tanto quanto à diferença de tamanhos, como pela constituição dos arranjos produtivos, e distância entre propriedades. Mas o caso contrário também ocorre, quando se observa uma homogeneidade entre os produtores de uma dada região, que facilita o processo de associativismo. No Brasil, geralmente ocorre em regiões com histórico campestre, como é o caso de várias regiões do sul do País, pois já estão inseridas em uma mecânica organizacional própria, conhecimentos dos seus pares que já há algumas gerações que estão ocupando a região e nela produzem, pois eles, como responsáveis diretos pelas terras e pela produção, não sofreram tanto com o

processo de êxodo rural e precarização do trabalho, fortalecendo o grupo de agricultores familiares ali estabelecidos.

Assim sendo, as entidades representativas possuem papel vital na atividade agrícola brasileira, e na região do Cerrado Mineiro não é diferente. Essa região começou o cultivo do café em grande escala apenas na década de 1960, o que pode ser considerado muito tarde, visto que o histórico do café é antigo no Brasil. Mas essa foi uma alternativa às regiões tradicionalmente cafeeiras, como o Norte do Paraná e o Oeste Paulista, mas que, por serem regiões com maior propensão a sofrerem geadas, tiveram o cultivo do café desestimulado. Dessa forma, os planos para a ocupação do cerrado estimularam a vinda de colonos do sul e sudeste, já com experiência na cafeicultura, mas que não estavam nessa terra antes, o que contribuiu para essa heterogeneidade entre os produtores estabelecidos na região.

A vinda desses colonos também foi importante para o desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro, pois beneficiava os produtores que já estavam estabelecidos na região, mas que, em muitos casos, estavam voltados para a atividade de pecuária extensiva e produção de outros grãos. Assim, os migrantes colaboravam por meio da troca de conhecimentos que já tinham sobre a cafeicultura, juntamente com as entidades de assistência técnica, como a EMBRAPA, EMATER-MG e EPAMIG, que desenvolveram variedades da planta próprias para o cultivo na região, respeitando as suas características edafoclimáticas.

O associativismo pela representação de interesses por produto não tem o mesmo tipo de mecânica de funcionamento do modelo sindical que engloba os sindicatos formais legais que dispõem da contribuição compulsória, herança ainda da época do Estado Novo, quando foi instituído. Esse novo associativismo tem que buscar formas diferentes das tradicionais para se financiar, saindo dos moldes, por vezes ultrapassados, do modelo de representação unitária, como ressalta Ortega (2005):

O associativismo na cafeicultura do cerrado brasileiro, assim como todas as entidades de representação especializada na agricultura brasileira, emergiu paralelamente ao modelo sindical, que, como vimos, foi criado no Estado Novo e instituiu a contribuição sindical obrigatória, por meio do decreto-lei 1.402, de 1939 – regulamentado posteriormente pelo decreto-lei 2.377, de 1940 (ORTEGA, 2005, p. 172).

Apesar de a contribuição não ser obrigatória, como nos sindicatos formais legais, é essencial que as associações sejam ativas na representação de interesses dos cafeicultores filiados, e sirvam como um estímulo ao pagamento das contribuições, reduzindo a

possibilidade de aparecimento dos *free-riders*<sup>15</sup>. A atuação das entidades representativas de interesses por produto deve ser incisiva sobre os associados e sobre o mercado, principalmente nas de agricultores familiares, pois esses não detêm o volume de capital de que os médios e grandes produtores dispõem, não reduzindo a capacidade deles de trabalhar com prazos mais longos, de modo que, o sucesso dessas associações depende diretamente de como os cafeicultores percebem a sua atuação.

A diferenciação entre os produtores é essencial para a troca de experiências e a manutenção da unidade de um Conselho com uma base tão heterogênea, com agricultores que produzem em lotes de um hectare, e outros que produzem em mais de 500 hectares. Mas entre eles há em comum a busca pela diferenciação do seu produto e valorização da marca Café da Região do Cerrado Mineiro.

Nesse sentido, o associativismo era importante, mas não o que já havia aqui, com os sindicatos já consolidados e nos moldes do modelo sindical do Estado Novo. Assim, as entidades representativas tiveram atuação ativa no processo de organização da cafeicultura no Cerrado Mineiro, sempre tendo como premissa da preservação da qualidade reconhecida do café produzido na região. [...] as entidades representativas, além de defenderem os interesses dos associados, proporcionam assistência técnica, política de marketing, comercialização e uma ação que podemos chamar de autofiscalização, a fim melhorar a qualidade do produto – um claro exemplo de regulação privada (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 97).

A estrutura de governança que tem sido criada no Cerrado Mineiro, principalmente a partir da década de 1990, com a redução da participação do Estado brasileiro, desregulando o mercado e se retirando de acordos internacionais de comércio do café, foi de suma importância para que essa região se fortalecesse. As iniciativas associativistas consolidaram a representação de interesses da cafeicultura do Cerrado Mineiro. O associativismo é importante na cafeicultura do Cerrado Mineiro, representando os produtores dos mais diversos perfis, compreendidos em uma região que produz cafés de qualidade certificada, com a produtividade maior que a média do estado de Minas Gerais e do Brasil. As associações e cooperativas assumem o papel de representantes dos cafeicultores perante o mercado, buscam o reconhecimento da qualidade do café produzido e a identificação do produto com a região do Cerrado Mineiro; fortalecem a marca de modo a tornar o produto reconhecidamente como o único que preserva as características com as quais ele se propõe a entregar o produto para os consumidores nacional e estrangeiro.

---

<sup>15</sup> O termo *free rider* designa o sujeito que é conhecido também como o “carona”, que não colabora com as ações coletivas necessárias ao alcance de bens públicos, mas é beneficiado juntamente com o conjunto de colaboradores.



Um exemplo das entidades representativas dos cafeicultores do Cerrado Mineiro é a EXPOCACCER Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda., criada em 1999 e que hoje é o canal de exportação do Sistema Café do Cerrado, oferecendo uma grande gama de serviços aos produtores filiados, como: armazéns certificados; unidades de rebeneficiamento, departamento de compra de insumos e de defensivos agrícolas; profissionais em seus diversos departamentos e inúmeras modalidades de negócios destinadas à gestão de risco de preços.

Para ser um filiado à EXPOCACCER, conforme dados fornecidos no site da EXPOCACCER, o produtor paga hoje uma taxa de filiação que varia de acordo com tamanho de sua propriedade: até 100 hectares de área total, o valor é R\$100,00; de 101 a 500 hectares de área total, o valor é R\$200,00; acima de 501 hectares de área total, o valor é R\$500,00. Na EXPOCACCER há oito selos de certificação diferentes que são comercializados: Região do Cerrado Mineiro; *Utz Certified*; *Rainforest Alliance*; *4C*; *Fair Trade*; Nespresso, *Café Practice* e Inmetro<sup>16</sup>.

Sendo filiada à EXPOCACCER, a APPCER (Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado), é uma das mais importantes entidades representativas dos agricultores familiares no Café da Região do Cerrado Mineiro, contando com 85 filiados. A APPCER desempenha papel de destaque entre as entidades representativas da região, principalmente por ter sido a primeira associação do Cerrado Mineiro a conquistar o selo de certificação *Fair Trade*. Esse selo garante que o café dos agricultores da associação seja exportado para países desenvolvidos associados ao *Fair Trade*, trazendo como benefício para os produtores, maiores valores na comercialização do produto, a preocupação com a organização e práticas sustentáveis para a produção cafeeira. Hoje, para o agricultor familiar ser filiado à APPCER há um custo de adesão de R\$240,00 mais R\$10,00 por hectare cultivado com o café, não havendo mais custos financeiros para adquirir a certificação do Comércio Justo, apenas os custos que incorrerem em adequações na propriedade, de acordo com dados fornecidos pelo Engenheiro Agrônomo da APPCER em entrevista não estruturada.

Englobando essas entidades representativas, está a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, que é a entidade gestora da marca território Região do Cerrado Mineiro, tendo como papel controlar, promover e representar os produtores e a Região. A Federação é responsável por representar uma região com 4.500 produtores; produz em uma área de pelo menos 210.000 hectares, em um total de cinco milhões de sacas, estendendo-se por 55 municípios. Em 2015, teve uma produtividade média de 26,31 sacas por hectare e, em 2016, produziu

---

<sup>16</sup> De acordo com o site <http://www.expocaccer.com.br>.

33,33 sacas por hectare, visto que 2015 foi um ano péssimo para a produção, mas 2016 foi um ano ótimo para os cafeicultores, de acordo com dados fornecidos pela Coordenadora da Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado em entrevista não estruturada, via teleconferência.

Atualmente, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado conta com 833 filiados, que, hoje pagam uma anuidade de R\$100,00 e, desses 833 filiados, 150 possuem o selo de Denominação de Origem, que lhes gera um custo de R\$2,05 por saca de café lacrada. Dos cafés produzidos com selo de Denominação de Origem, aproximadamente, 95% é exportado, tendo como principais destinos em 2016, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha, a Austrália, a França, a Espanha, a Coreia do Sul, o Canadá e a Grécia<sup>17</sup>, de acordo com dados obtidos em entrevista informal com a Coordenadora da Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

### **2.3 A importância da certificação do café para o produtor**

A Indicação Geográfica é um registro concedido a serviços ou produtos de um determinado local de origem, que o distingue de outros produtos ou serviços similares no mercado, devido ao valor intrínseco e identidade própria que lhes são atribuídos, respeitando a qualidade única encontrada de acordo com as características naturais e o modo pelo qual é produzido. Assim, a Indicação Geográfica é uma forma de agregar maior valor, credibilidade e proteção ao produto, serviço e ao território reconhecido, por meio de diversas certificações e convenções nacionais e internacionais, coibindo possíveis falsificações, servindo como garantia de que o consumidor está consumindo um produto ou serviço especial e diferenciado (MIRANDA et al., 2016)

No Brasil, de acordo com o IBGE, há 49 áreas certificadas com a Indicação Geográfica<sup>18</sup>, que estão espalhadas por todas as regiões do País. O INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) é o órgão responsável por conceder o selo de Indicação Geográfica, seguindo os critérios estabelecidos pela Lei de Propriedade Industrial nº 9.279 de 1996, que pode assumir dois modelos: Indicação de Procedência (IP) – artigo 177, e Denominação de Origem (DO) – artigo 178.

---

<sup>17</sup> No Anexo G se encontra uma lista com as 15 principais cidades de destino do café com o Selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro.

<sup>18</sup> No Anexo F se encontra a lista com as Áreas de Indicações Geográficas brasileiras reconhecidas.

- Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de País, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
- Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de País, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
- Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de País, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica. ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm))

Quando a Indicação Geográfica é estabelecida em um determinado local, não há previsão de quando essa I.G. perderá a sua validade, pois é uma característica que se julga ser única naquela localidade para a produção de um determinado produto, de modo que as características de uma região não são mutáveis com facilidade. Garantir a I.G. é essencial para assegurar a proteção do nome geográfico que traz a singularidade do produto ou serviço, evitando o uso indevido da marca que foi estabelecida e que só poderá ser utilizada pelos produtores ou prestadores de serviço daquela região. O registro de I.G. poderá expirar, se transformar na simples designação genérica de um sistema de fabrico ou de um tipo determinado de produto.

De acordo com INPI, o pedido de D.O. ou I.G., poderá ser recusado, caso: (a) seja requerido por pessoa sem qualidade para o adquirir; (b) não se enquadre na definição de denominação de origem e de indicação geográfica; (c) seja suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente sobre a natureza, a qualidade e a proveniência geográfica do respectivo produto; (d) constitua imitação de um direito prioritário ou favoreça atos de concorrência desleal; seja ofensiva da lei, da ordem pública ou dos bons costumes.

A bebida do café contém inúmeras nuances, sabores, efeitos, de acordo com o grão usado, com a forma de secagem do grão, com a torrefação do grão, até mesmo com o tipo de filtro que é usado para preparar a última etapa da bebida. Por ser essa bebida tão manipulável, o café preparado em casa pode não ter nada a ver com o café preparado em uma cafeteria; isso ocorre, principalmente, pela maneira de preparação do café, devido aos instrumentos que uma cafeteria usa, e de que não dispomos com tanta facilidade em nossas residências. Mas o grão é o que dará as características finais da bebida, como é explicado na Tabela 9, que mostra a classificação oficial brasileira da bebida do café, de acordo com as variedades Arábica e Conilon.

Tabela 9 Classificação oficial brasileira da bebida do café

<b>Bebida</b>	<b>Grupo I – Arábica</b>
<b>Estritamente Mole</b>	Café que apresenta, em conjunto, todos os requisitos de aroma e sabor “mole”, porém mais acentuado
<b>Mole</b>	Café que apresenta aroma e sabor agradável, brando e adocicado
<b>Apenas mole</b>	Café que apresenta sabor levemente doce e suave, mas sem adstringência ou aspereza de paladar
<b>Duro</b>	Café que apresenta sabor acre, adstringente e áspero, porém não apresenta paladares estranhos
<b>Bebidas Fenicadas do Grupo I – Arábica</b>	
<b>Riado</b>	Café que apresenta leve sabor, típico de iodofórmio
<b>Rio</b>	Café que apresenta sabor típico e acentuado de iodofórmio
<b>Rio Zona</b>	Café que apresenta aroma e sabor muito acentuado, assemelhado ao iodofórmio ou ao ácido fênico, sendo repugnante ao paladar
<b>Grupo II – Robusta/Conilon</b>	
<b>Excelente</b>	Café que apresenta sabor neutro e acidez mediana
<b>Boa</b>	Café que apresenta sabor neutro e ligeira acidez
<b>Regular</b>	Café que apresenta sabor típico de robusta sem acidez
<b>Anormal</b>	Café que apresenta sabor não característico ao produto

Fonte: Brasil (2003).

De acordo com essas particularidades, os cafés no Brasil são classificados e, de acordo com essa identificação, podem ser certificados, como no caso da Denominação de Origem, que, por ser uma Indicação Geográfica, tem a finalidade de identificar o produto, no caso o café, com a região onde ele é produzido. Dessa forma, na Tabela 10 temos as principais categorias de café especiais certificados, onde cada selo é identificado com uma categoria diferente.

Tabela 10 As principais categorias de cafés especiais

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
<b>Café de origem certificada</b>	Está relacionado às regiões de origem dos plantios, pois alguns dos atributos de qualidade do produto são inerentes à região onde a planta é cultivada.
<b>Café gourmet</b>	Grãos de café arábica, com peneira maior que 16 e de alta qualidade. É produto diferenciado, quase isento de defeitos.
<b>Café orgânico</b>	É produzido sob as regras da agricultura orgânica. O café deve ser cultivado exclusivamente com fertilizantes orgânicos e o controle de pragas e doenças deve ser feito biologicamente. Apesar de ter maior valor comercial, para ser considerado como pertencente à classe dos cafés especiais, o café orgânico deve possuir especificações qualitativas que agreguem valor e o fortaleçam no mercado.
<b>Café Fair Trade</b>	É aquele consumido em países desenvolvidos por consumidores preocupados com as condições socioambientais sob as quais o café é cultivado. Nesse caso, o consumidor paga mais pelo café produzido por pequenos agricultores ou sistemas de produção sombreados, onde a cultura é associada à floresta. É muito empregado na produção de cafés especiais, pois favorece a manutenção de espécies vegetais e animais nativos.

Fonte: Brazilian Specialty Coffee Association (Elaboração própria).

As certificações possuem um caráter objetivo muito importante, pois é indispensável que os consumidores percebam a qualidade que o produto tem a oferecer, pois é isso que eles demandam de acordo com cada categoria de certificação. No caso dos cafés orgânicos e *Fair Trade*, a principal característica buscada pelos consumidores é a forma como ocorre o processo produtivo, preservando, sobretudo, normas socioambientais. Já com os cafés de origem certificada e *gourmet*, o que os consumidores mais demandam são características ligadas à qualidade da bebida em si, lembrando que um café estar enquadrado em uma categoria não o impede de ter os outros tipos de selos, sendo possível até mesmo ter selos nessas quatro categorias ao mesmo tempo.

Não quer dizer que os certificadores dos selos de café orgânico e comércio justo não levem em consideração a origem do produto, em termos de indicação geográfica, mas essa informação pode perder-se ao longo do processo de comercialização, pois o que importa como princípio para eles é a forma pela qual o produto foi produzido.

A Tabela 11 mostra, conforme pesquisa de Ortega e Jesus (2012), quantas propriedades foram certificadas na região do Cerrado Mineiro, e apenas 15,81% possuíam algum tipo de certificação. Dos produtores que se certificaram, 65,12% deles o fizeram pela agregação de valor, enquanto 51,16% indicaram a organização da propriedade, 18,60% a busca por melhores mercados, 16,28% por convite de instituições, 11,63% pela tendência do mercado e 9,30% pela busca de melhor qualidade. Como pode ser observado, as alternativas não são excludentes, relacionando melhores condições de comercialização, expectativas e tendências que o mercado de cafés certificados indicavam e davam de retorno a eles.

Tabela 11 Certificação entre os cafeicultores na região do Cerrado Mineiro

A produção é Certificada?		Se sim, Por que certificou?	
Sim	15,81%	Agregação de valor	65,12%
		Organização da propriedade	51,16%
Não	84,19%	Buscar novos mercados	18,60%
		Convite de instituições	16,28%
Total	100%	Tendência de mercado	11,63%
		Buscar melhor qualidade	9,30%

Fonte: Ortega; Jesus (2012, p. 226).

Esse dado do número de propriedades certificadas mostra como o processo de certificação é excludente por diversas razões, de acordo com a Tabela 12, os produtores indicam a pouca agregação de valor (49,78%), os elevados custos para certificação (35,24%),

falta de informação (13,22%) e dificuldades para cumprir as exigências (12,78%). Pode-se afirmar que os processos de certificação são excludentes devido ao alto número de produtores que pretendem certificar-se (65,07%) em comparação com os 15,81% dos certificados (Tabela 11).

Tabela 12 Informações entre os cafeicultores que não certificaram na região do Cerrado Mineiro

Se não certificou, pretende se certificar?		Por que ainda não certificou?	
Sim	65.07%	Agrega pouco valor	49.78%
Não	31.88%	Elevados custos para certificar	35.24%
Não opinaram	3.06	Falta de informação	13.22%
		Dificuldades para cumprir exigências	12.78%
Total	100%	Outros motivos	0.88%
		Não opinaram	14.98%

Fonte: Ortega; Jesus (2012, p. 227).

Esses dados indicam uma realidade que vai ao encontro das inseguranças dos produtores quanto aos retornos que as certificações trariam em vista dos investimentos e adequações exigidas por cada uma. A baixa adesão dos cafeicultores do Cerrado Mineiro às certificações é um reflexo da maneira pela qual eles vislumbram os possíveis benefícios que podem vir a ter, pois, dependendo da certificação, os retornos são mais rápidos em relação à agregação de valor, como no caso do selo *Fair Trade*, que além de pagar como piso o valor da saca no mercado, paga um prêmio por libra peso, que de certa forma traz um retorno mais garantido aos cafeicultores familiares. Mas os custos também podem ser maiores, incorrendo em elevados riscos, que podem não compensar, visto que, embora o café certificado possa alcançar melhores valores, ele não é totalmente independente do preço referencial do café *commodity*, ditado pelo mercado internacional, que é dinâmico e tem fortes concorrentes, como Vietnã, Colômbia, Indonésia, Etiópia, por exemplo, além das dificuldades que podem vir de anos de safra ruim.

### 2.3.1 A Denominação de Origem

A Denominação de Origem é um modelo de Indicação Geográfica, que, no caso do Café do Cerrado, indica o nome geográfico da região onde o café é produzido, respeitando as

características, qualidades e exclusividades que só podem ser conseguidas na conjunção dos fatores edafoclimáticos dessa região, reconhecidos nacional e internacionalmente.

A região do Cerrado Mineiro foi a primeira produtora de café no Brasil a ser demarcada com a Indicação Geográfica, pelo Governo de Minas Gerais em 1995, por meio do decreto nº 165/95 do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), que delimitou quatro regiões de certificação de origem em Minas: Região Sul de Minas; Região do Cerrado de Minas; Região das Montanhas de Minas; Região do Jequitinhonha de Minas. No ano seguinte, com o Decreto Nº 38.559/96, o Governo estadual estabeleceu as regras para a certificação de origem dos cafés do estado, o CERTICAFÉ (Centro de Comércio de Café do Estado de Minas Gerais).

Mais tarde, em 1998, o CACCER foi credenciado pelo IMA, por meio do Registro Nº 481.05.478 como a primeira entidade certificadora oficial de café em Minas Gerais para ser Certificadora de Origem e Qualidade do Café. Em 2005, o INPI concedeu a Indicação de Procedência da Região do Cerrado Mineiro, pelo número IG990001 em 14/04/2005.

O passo seguinte foi em 2014, com a conquista da Denominação de Origem do Cerrado Mineiro e o lançamento internacional da Denominação de Origem em Seattle, nos Estados Unidos. Para que isso fosse alcançado, foi necessário seguir uma série de normas “para dentro da porteira”, como:

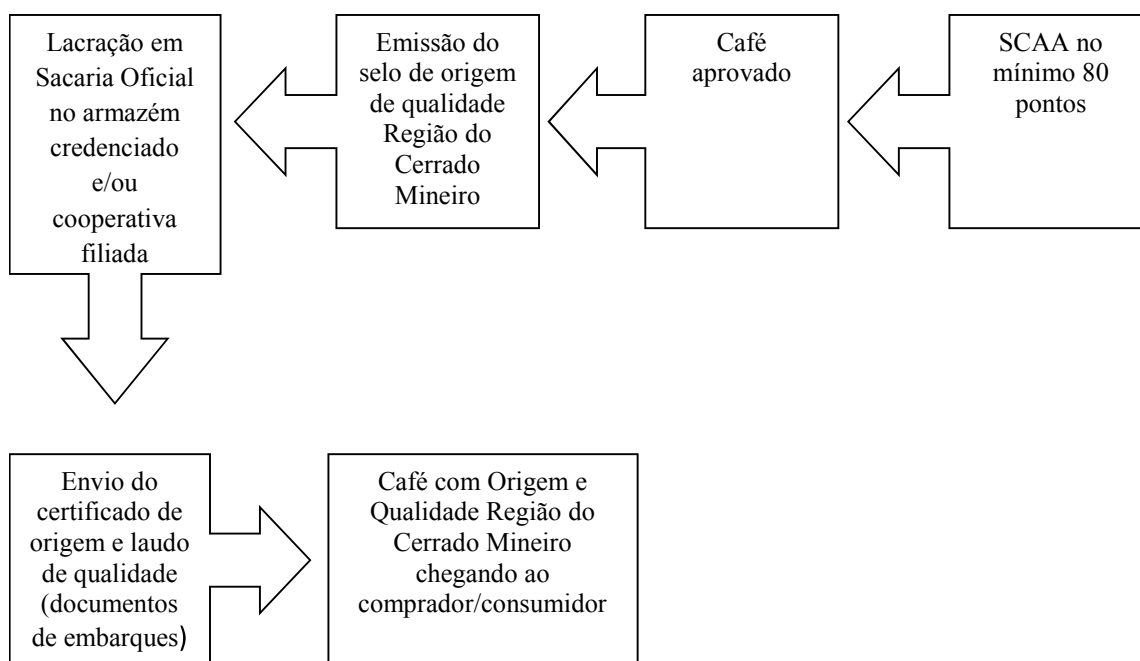
[...] seguir rígidas regras de produção, que proíbem o uso de mão de obra infantil, exige o registro em carteira de funcionários, o respeito às normas ambientais, a manutenção de reservas e matas ciliares, além de cuidados especiais no manuseio de produtos tóxicos, com o uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores durante as pulverizações ou em outros tratamentos culturais (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 216).

Além de seguir os requisitos que identificam o café com a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, de acordo com o site do Café do Cerrado (<http://www.cafedocerrado.org>):

- As propriedades produtoras devem estar dentro da área delimitada do Cerrado Mineiro;
- Altitude mínima de 800 metros;
- *Coffea Arabica* é a espécie oficial;

- O produtor deve ser cooperado ou associado a uma das 8 cooperativas e/ou associações filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado e estar em dia com suas obrigações junto à Federação<sup>19</sup>;
- Lotes com qualidade mínima de 80 pontos, baseado na metodologia da Associação Americana de Cafés Especiais – SCAA;
- Termo de responsabilidade de boas práticas e respeito às leis brasileiras assinado;
- Os lotes devem estar depositados nas cooperativas filiadas ou em armazéns;
- Apenas a sacaria oficial da Região do Cerrado Mineiro, identificada com o Selo de Origem de Qualidade, deve ser usada.

Figura 2 Fluxograma do passo a passo para alcançar a denominação de origem



Fonte: <http://www.cafedocerrado.org/>

Ortega e Jesus (2012) destacaram a dificuldade que os produtores da Região do Cerrado Mineiro tinham na conquista da Certificação de Origem na região, onde, dos 3500 produtores, somente 150 aproximadamente eram certificados. Essa situação se dava, como pode ser visto nas tabelas 11 e 12, pela pouca agregação de valor, elevados custos para a certificação, falta de informações e dificuldades para cumprir as exigências. Mas, embora a

<sup>19</sup> No Anexo E se encontra a lista com as cooperativas e associações filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado



maioria absoluta dos agricultores não tivesse a Certificação de Origem, muitos deles percebiam os benefícios de estarem em uma região de Indicação Geográfica, pois, como os preços dos cafés certificados geralmente alcançam valores mais altos, e os produtores não certificados conseguiriam negociar seus cafés também por valores mais elevados, além da visibilidade que a cafeicultura na região conquistara.

O café da Região do Cerrado Mineiro possui um *terroir*<sup>20</sup> único que o distingue de qualquer outro café, tornando-o um produto singular, que tem as características expostas na Tabela 13.

Tabela 13 Características do café da região do Cerrado Mineiro

Característica	Descrição
Aroma	Intenso, com notas variando de caramelo a nozes
Acidez	Delicadamente cítrica
Corpo	Moderado e encorpado
Sabor	Adocicado com aspecto de chocolate
Finalização	Longa duração

Fonte: <http://www.cafedocerrado.org>

Além de todas essas características únicas que o café com a Denominação de Origem apresenta, a Federação dos Cafeicultores dos Cafeicultores enumera os seguintes benefícios para o produtor certificado, de acordo com o site do Café do Cerrado: (<http://www.cafedocerrado.org>):

- Página de rastreabilidade exclusiva (QR Code)
- Cartão de Identificação exclusivo
- Diferenciação e posicionamento de mercado
- Promoção da Origem e do Produtor
- Participação nas ações de marketing da Federação
- Participação em Projetos (Educampo – Sebrae Minas Gerais)
- Representação política e institucional
- Valorização da sua região
- Uso exclusivo do selo de Denominação de Origem Café da Região do Cerrado Mineiro

<sup>20</sup> *Terroir* é um termo de origem francesa que designa não só a combinação única de solos, clima, relevo e planta, como também, as habilidades humanas com a produção.

A Denominação de Origem é fundamental para construir uma singularidade do grupo ao qual está referenciada essa certificação, como também, sobre o agricultor individual, que tem a possibilidade de ligar o seu produto diretamente ao seu nome, tornando-se um produtor conhecido, com a possibilidade de alcançar valores ainda melhores, visto o nível de investimento que ele realiza.

### 2.3.2 *Fair Trade* (comércio justo)

O *Fair Trade* é uma certificação que objetiva o desenvolvimento sustentável e reduzir a pobreza por meio de um comércio mais justo, de uma comercialização que seja mais recompensadora para os pequenos produtores e trabalhadores no Hemisfério Sul com consumidores de países desenvolvidos. Essa certificação não é concedida a produtores individuais, assim, eles precisam participar de alguma associação ou cooperativa que possua essa certificação. Assim, para que a finalidade do selo *Fair Trade* seja alcançada, é fundamental que uma série de normas seja seguida para a conservação de boas práticas ambientais e sociais aos produtores, de forma a assegurar a garantia da política do preço mínimo e o recebimento do prêmio pago por libra peso (SILVA *et al.*, 2009).

Como o *Fair Trade* tem o objetivo de alcançar os pequenos produtores, é fundamental que a organização a ser certificada conte com mais de 50% do seu quadro de filiados, agricultores familiares, além de serem organizações democráticas, transparente e legalmente constituídas. Também essencial que o comprador *Fair Trade* se interesse pelo produto, pois caso contrário, se não houver o interesse de compradores, os agricultores investiriam para a obtenção do selo, mas não teriam a demanda para atender a sua oferta, gerando um prejuízo desnecessário, e o interesse do comprador se consolida por meio de uma carta de compromisso dele para com a associação, que assegure a demanda pelo produto ofertado.

A APPCER foi a primeira associação da região do Cerrado Mineiro a conquistar o selo *Fair Trade*, ainda no ano de 2010. O café da região do Cerrado Mineiro é um produto de qualidade reconhecida, alcança facilmente os 80 pontos, com base na metodologia da SCAA, que é um dos requisitos necessários para a Denominação de Origem; a APPCER apresentava todos os requisitos necessários para obter do selo de Comércio Justo, por tratar-se de uma associação de agricultores familiares, que dispõe de toda a estrutura de governança proporcionada pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado e oferece um produto de alta qualidade.

As principais características que são buscadas pelo selo *Fair Trade* são: a preocupação socioambiental e a responsabilidade social na produção. Apesar disso, o café produzido pela

APPCER é também reconhecido como de alta qualidade e engloba um conjunto maior de qualidades exigidas para o Comércio Justo, colocando-o de maneira mais bem posicionada no mercado de café, alcançando melhores preços na comercialização.

Para que a certificação do Comércio Justo fosse alcançada, foi necessária toda uma preparação que contou com o apoio do SEBRAE, responsável pelo projeto Educampo, criado em 1997. Esse projeto é encarregado de dar orientação e capacitação, por meio de consultorias gerenciais e tecnológicas para os produtores em suas propriedades, contando com o apoio da COOPA- Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. e EXPOCACCER. Assim, o SEBRAE atuou junto aos associados da APPCER em 2009, elaborando diagnósticos, semeando a cultura do *Fair Trade* entre os agricultores, desde visitas a outras regiões já certificadas, como também, visitas a reconhecidas feiras internacionais de cafés especiais, em Houston, Texas, nos Estados Unidos, promovida pela SCAA, por exemplo, de acordo com o site da Café Point<sup>21</sup>.

Depois da preparação da associação, para conquistar o selo *Fair Trade*, é necessário fazer o contato com a FLO-CERT (empresa de certificação independente do Comércio Justo), gerenciadora do processo de auditoria e de certificação, para garantir o cumprimento dos princípios do Comércio Justo. Após ter-se candidatado para a certificação, uma auditoria inicial será conduzida. A entidade representativa receberá uma permissão para o comércio, se não houver nenhuma desconformidade nos principais requisitos e, em seguida, será certificada por três anos, uma vez que todas as outras desconformidades forem resolvidas. Auditorias de supervisão são realizadas para confirmar que a entidade representativa está em conformidade com os critérios do Comércio Justo.

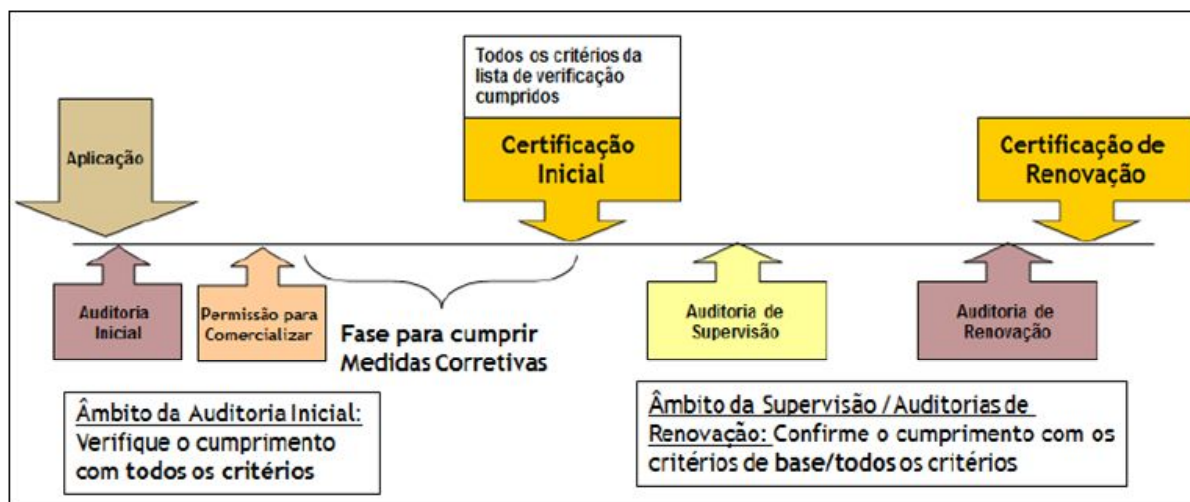
Durante as auditorias e para as decisões de certificação, o órgão de certificação segue a formulação exata do critério do Comércio Justo e seus objetivos. Pontos de controle verificáveis, os chamados “critérios de conformidade”, são usados pelo auditor e esses critérios refletem o conteúdo dos critérios *Fair Trade*. Além disso, a *Fair Trade International* exige que os agricultores sempre respeitem a legislação nacional, caso os critérios da *Fair Trade International* sejam mais altos do que a legislação nacional, os critérios da dela serão aplicados. É importante que sejam seguidos os dois tipos de critérios, que são: Requisitos básicos – refletem os princípios do Comércio Justo. Os agricultores devem cumprir com os requisitos básicos em todos os momentos, levando em conta o cronograma aplicável; Requisitos de desenvolvimento – referem-se às melhorias contínuas que as entidades

---

<sup>21</sup> Site da Café Point (<https://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/appcer-associacao-de-pequenos-produtores-do-cerrado-e-a-primeira-entidade-da-regiao-a-receber-certificacao-fair-trade-77930n.aspx>).

representativas certificadas devem fazer, e os agricultores devem estar em conformidade com uma pontuação média. A Figura 3 mostra o ciclo de certificação.

Figura 3 Ciclo da certificação *Fair Trade*



**Fonte:** Documento explicativo para o critério do comércio justo *Fair Trade* para organizações de pequenos produtores.

Como a certificação tem a premissa de ser um comércio justo, é preciso que alguns princípios sejam seguidos para que os produtores sejam devidamente beneficiados pela forma de certificação que é proposta. Dessa forma,

- Assegurar que os produtores recebam um preço mínimo por seus produtos;
- Fornecer um prêmio adicional que possa ser investido em projetos que promovam o desenvolvimento social, econômico e ambiental;
- Disponibilizar pré-financiamento para os produtores que precisem dele;
- Estimular parcerias de longo prazo entre produtores e torrefadores;
- Estabelecer critérios claros de que todos os produtos com certificado *Fair Trade* são socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis (FLO, 2008).

Vistos os fatores acima, percebe-se como a certificação *Fair Trade* tem uma atuação mais incisiva sobre os agricultores familiares, é mais efetiva no que tange benefícios a partir do curto prazo, como a organização da propriedade, o prêmio dado para cada libra peso comprada, além do pagamento do valor mínimo pela saca do café produzido. Nesse sentido, os agricultores familiares percebem mais facilmente as vantagens com essa certificação, que com a Denominação de Origem, por exemplo.

A estrutura de governança na cafeicultura do Cerrado Mineiro é de suma importância para que os cafeicultores na região possam desempenhar a atividade produtiva, desde a compra das mudas e bens capital, contando com assistência técnica, assim como o beneficiamento, processamento da produção, a distribuição e o consumo final. Dando suporte para todo esse aparato da cadeia produtiva estão as entidades representativas, encabeçadas pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado, responsável por representar e promover a marca Região do Cerrado Mineiro e seus produtores, contando com diversas certificações, com destaque para a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro. Forma a estrutura de governança que faz da região uma das mais importantes regiões cafeeiras do Brasil, representando 25,4% da produção de Minas Gerais e 12,7% da produção nacional, de acordo com dados da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. E os agricultores familiares na região estão inseridos nessa estrutura de maneira mais integrada, principalmente pelo foco produtivo, ligado à busca pela melhor qualidade do grão produzido.

## **CAPÍTULO 3 – A AGRICULTURA FAMILIAR NA CAFEICULTURA DO CERRADO MINEIRO**

Neste Capítulo terceiro, dedica-se a apresentar a relação entre a agricultura familiar e a cafeicultura no município de Patrocínio, juntamente com o exposto nos capítulos anteriores, desde a inserção dessa cultura na região, a formação da estrutura de governança que se encontra hoje, com a representação de interesses e diferenciais que tem o café de qualidade reconhecida. Em todo esse caminho percorrido foi necessário se ter o devido entendimento do arcabouço institucional, produtivo, comercial e logístico, que foi estabelecido, por meio da iniciativa dos cafeicultores da região, e, apesar de ter sido impulsionado pelos médios e grandes produtores, fincou por beneficiar os agricultores familiares inseridos nesse contexto, trazendo a possibilidade de competir em um mercado que busca produtos diferenciados.

A primeira parte do capítulo analisa o PRONAF, principal Programa governamental de financiamento voltado para os agricultores familiares. Em seguida, será estabelecida a relação entre a cafeicultura no Cerrado Mineiro e o processo pelo qual os cafeicultores familiares do município de Patrocínio estão inseridos nesse contexto, a partir do processo de reconhecimento da agricultura familiar como uma modalidade de processo produtivo, que veio a ser realizado no Brasil, há menos de 30 anos. A terceira parte do capítulo é dedicada à análise de dados colhidos, por meio de questionários semiestruturados aplicados a agricultores familiares em pesquisa de campo no município de Patrocínio, esse que é o principal município produtor cafeeiro na região do Cerrado Mineiro.

### **3.1 Programas voltados para a Agricultura Familiar**

Ao encontro da necessidade de valorização do trabalhador, do modo de produção e do produto que vem do campo, o PRONAF é o principal Programa governamental voltado para a agricultura familiar no Brasil, mas mesmo sendo um Programa que trouxe importantes avanços para os seus beneficiários ao longo dos últimos vinte anos, é necessário fazer ressalvas ao seu funcionamento, pois ele, mesmo tendo como premissa o atendimento às famílias mais fragilizadas no âmbito agrícola, em seu início, teve uma distribuição de financiamentos muito concentrada em certas regiões em relação à configuração espacial dos empreendimentos agrícolas familiares brasileiros. A Tabela 14 mostra como era concentrado o crédito do PRONAF em seus anos iniciais de atuação, em que a região Sul concentrava

fortemente a distribuição de contratos e de recursos, comparada com o resto das regiões do País, mesmo sendo a região com menor extensão territorial.

Tabela 14 Distribuição dos contratos e dos recursos do PRONAF por grandes regiões do País (1996-1998)

	1996	1997	1998
<b>Norte</b>			
<b>Contratos</b>	8.872 (3%)	6.337 (1%)	11.489 (2%)
<b>Valor (R\$1000)</b>	65.974,81	23.722,15	27.385,00
<b>Valor Médio (R\$)</b>	7.436,20	3.743,41	2.383,58
<b>Nordeste</b>			
<b>Contratos</b>	44.536 (13%)	81.871 (16%)	174.642 (25%)
<b>Valor (R\$1000)</b>	84.443,80	166.025,57	677.070,00
<b>Valor Médio (R\$)</b>	1.896,10	2.027,89	3.876,90
<b>Sudeste</b>			
<b>Contratos</b>	16.364 (5%)	61.338 (12%)	80.693 (11%)
<b>Valor (R\$1000)</b>	67.842,56	290.386,63	255.204,00
<b>Valor Médio (R\$)</b>	4.145,80	4.734,20	3.162,65
<b>Sul</b>			
<b>Contratos</b>	259.134 (78%)	332.307 (67%)	429.707 (61%)
<b>Valor (R\$1000)</b>	420.282,46	1.048.839,22	787.778,00
<b>Valor Médio (R\$)</b>	1.621,87	3.156,24	1.833,30
<b>Centro-Oeste</b>			
<b>Contratos</b>	3.922 (1%)	14.697 (3%)	13.375 (2%)
<b>Valor (R\$1000)</b>	11.252,28	108.466,59	67.535,00
<b>Valor Médio (R\$)</b>	2.868,90	7.380,15	5.037,38
<b>Total de Contratos</b>	332.828	496.550	709.906

Fonte: (MATTEI, 2005 p.20).

Na Tabela 15 nota-se que a região Nordeste concentra mais da metade do número de estabelecimentos rurais familiares, no Brasil, todavia, de acordo com essa tabela, nos três anos iniciais de atuação do PRONAF, foi considerado um Programa com uma premissa totalmente produtivista. Essa região chegou a obter, no máximo, 25% do número de contratos, mesmo tendo um crescimento de 1996 a 1998. Já a Região Sul, que detém pouco menos de 20% do número de estabelecimentos de agricultura familiar, apresentou no mesmo período citado acima, 78% no ano de implementação do Programa, baixando para 61% em 1999, ainda apresentando uma alta concentração nessa região em comparação com o número de estabelecimentos agrícolas familiares que ela detém. A Tabela 15 mostra o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar, de acordo com a Lei nº 11.326, de 2006.

Tabela 15 Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar (Lei nº 11.326) distribuídos por região

<b>Região</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>	<b>Percentual</b>
<b>Norte</b>	413.101	9,46%
<b>Nordeste</b>	2.187.295	50,08%
<b>Sudeste</b>	699.978	16,02%
<b>Sul</b>	849.997	19,46%
<b>Centro-Oeste</b>	217.531	4,98%
<b>Brasil</b>	4.367.902	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Um dos fatores que têm peso decisivo na disparidade do número de contratos do PRONAF na região Sul, em comparação com as outras regiões do Brasil, advém de uma organização social muito bem estabelecida entre os agricultores familiares, uma assistência técnica estadual forte, colaborando para a elaboração de projetos, juntamente com um número grande de cooperativas de crédito e agências bancárias, e uma grande integração com as agroindústrias da região (NASCIMENTO, 2008).

Essa situação de vulnerabilidade social na qual as populações mais carentes do Brasil se encontram, tem efeito direto na capacidade produtiva que ela possui, pois não possuíam capacidade de financiamento, visto o histórico de programas ligados ao SNCR, por exemplo, voltados ao financiamento agrícola antes da implementação do PRONAF. Mas a capacidade de financiamento vai além da disponibilidade de renda, e muito da forma pela qual esses agricultores estão inseridos no contexto social que lhes permite conhecer as possibilidades que eles possuem, dependendo do nível de organização que os agricultores familiares da região possuem, melhorando o nível reivindicatório por crédito desse grupo, como é o caso da região Sul (MATTEI, 2005).

Contribuindo para o desenvolvimento das políticas voltadas ao melhor desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, ainda no ano de 1999, com a institucionalização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi um importante passo para dar maior importância para a agricultura familiar, e para descentralizar a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim, o MAPA cuidaria do Agronegócio e o MDA seria responsável pela agricultura familiar e por questões agrárias como a democratização do acesso à terra, ampliação da renda, entre outros, tendo em vista a soberania alimentar como foco para alcance do melhor desenvolvimento de diversos territórios pelo Brasil.



O MDA incorporou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em suas responsabilidades, criando uma base mais concreta para as políticas voltadas aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Dentro do MDA, houve a criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que ocupou o lugar da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que fazia parte do MAPA, observa (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A capacidade de organização e a disparidade no número de financiamentos por regiões no Brasil é uma relação direta de causa e efeito com o histórico e a estrutura de governança que cada região apresenta, de modo que não se podem dissociar esses fatores, e, reconhecer essas disparidades é essencial para a superação desses obstáculos produtivos. Dessa forma, o PRONAF, ao longo dos anos, passou por diversas modificações que abarcaram um número cada vez maior de agricultores familiares, o que aumentou o número de linhas de financiamento, diversificou as áreas de atividade, não mais somente na produção e extrativismo e fez com que houvesse a redução da concentração de financiamentos, como pode ser visto na Tabela 16:

Tabela 16 Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por grandes regiões e ano fiscal. Brasil, 1999-2002

	1999	2000	2001	2002
<b>Norte</b>				
<b>Contratos</b>	20.177 (2,5%)	40.439 (4,2%)	20.328 (2,3%)	31.320 (3,3%)
<b>Valor Total (R\$)</b>	57.057.418,71	137.221.638,35	77.311.200,30	155.131.104,45
<b>Nordeste</b>				
<b>Contratos</b>	178.434 (22,2%)	242.633 (25%)	218.851 (24%)	299.349 (31,4%)
<b>Valor Total (R\$)</b>	469.743.811,74	501.640.109,50	317.829.073,92	369.572.660,40
<b>Sudeste</b>				
<b>Contratos</b>	93.542 (11,7%)	111.315 (11,4)	116.208 (12,8%)	113.850 (12%)
<b>Valor Total (R\$)</b>	304.280.748,16	373.702.024,80	340.340.616,83	354.731.383,83
<b>Sul</b>				
<b>Contratos</b>	486.565 (60,6%)	541.170 (55,9%)	523.872 (57,5%)	479.757 (50,3%)
<b>Valor Total (R\$)</b>	896.466.225,15	1.003.394.407,95	1.220.675.740,79	1.336.724.676,48
<b>Centro-Oeste</b>				
<b>Contratos</b>	24.131 (3%)	34.033 (3,5%)	31.205 (3,4)	28.970 (3%)
<b>Valor Total (R\$)</b>	102.183.324,22	172.139.219,08	197.191.602,96	188.685.944,85
<b>NI</b>				
<b>Contratos</b>		137 (0%)	2	1
<b>Valor Total (R\$)</b>		537.603,64	3.024,00	5.000,00

Fonte: (MATTEI, 2005 p.23).

Colaborando ainda para a maior democratização do acesso aos financiamentos do PRONAF, em 1999, foram criadas diferentes categorias de agricultores familiares, divididas em quatro grupos (A, B, C, D) de acordo com o nível de renda que eles tinham. Com essa medida, pode-se perceber, na Tabela 16, como houve maior desconcentração dos financiamentos na região Sul, passando de 60,6% do número de contratos em 1999 para 50,3% em 2002. Já a região Nordeste, em 1999 concentrava 22,2% dos contratos, passando para 31,4% em 2002, representando um crescimento notório em apenas quatro anos. A categorização torna no processo de aquisição de financiamento mais democrático e facilitado para os produtores nas faixas de renda mais baixas, pois não terão de disputar os empréstimos com agricultores mais bem estruturados e experientes.

Ao longo da década de 2000, houve ainda outras diversas ações do MDA no intuito de fortalecer o PRONAF: criaram-se novas categorias de agricultores familiares, beneficiaram-se artesãos, o turismo em regiões de preservação ambiental, por exemplo. Além disso, a partir de 2003, houve um aumento considerável no número de contratos e valores financiados, devido à

mudança na presidência e uma identificação maior com as populações mais fragilizadas. Assim, hoje as categorias de beneficiários do PRONAF estão assim divididas, de acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA):

### **I - Grupo "A"**

Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

### **II - Grupo "B"**

Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

### **III - Grupo "A/C"**

Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que:

- a) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
- b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

### **IV - Agricultores familiares que:**

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de

atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

#### **V – Demais beneficiários**

São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP válida, as pessoas que:

a) atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam:

1 - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

2 - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

3 - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam:

1 - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

2 - integrantes de comunidades quilombolas rurais;

3 - povos indígenas;

4 - demais povos e comunidades tradicionais.

Obs. A Lei 11.326, de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e o seu artigo 3º define quem é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural.

Assim, a partir das categorias listadas, o PRONAF disponibiliza linhas de crédito das mais diversas para os mais diferentes tipos de agricultores familiares, não beneficiando somente o produtivismo, pois há diversas regiões que possuem dificuldade muito grande na produção agropecuária, como é o caso de regiões que passam por duradouras secas ao longo do ano. Nesse sentido, é necessário que o Estado estimule, também, atividades não agrícolas,

como forma de incentivar o desenvolvimento da pluriatividade<sup>22</sup> no campo, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 Linhas de crédito do PRONAF<sup>23</sup>

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Descrição</b>
<b>PRONAF Custeio</b>	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF.
<b>PRONAF Mais Alimentos – Investimento</b>	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
<b>PRONAF Agroindústria</b>	Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
<b>PRONAF Agroecologia</b>	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
<b>PRONAF Eco</b>	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
<b>PRONAF Floresta</b>	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
<b>PRONAF Semiárido</b>	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
<b>PRONAF Mulher</b>	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
<b>PRONAF Jovem</b>	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
<b>PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares</b>	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
<b>PRONAF Cota-Parte</b>	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
<b>Microcrédito Rural</b>	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: Base de Dados do Crédito PRONAF – SAF/MDA.

Não obstante o PRONAF atinja boa parte dos agricultores familiares do Brasil, é importante que o Governo tenha programas auxiliares a ele, que complementem e garantam a

<sup>22</sup> Sobre a pluriatividade, ler Nascimento (2008) – Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia.

<sup>23</sup> No anexo D é encontrado o histórico das condições dos financiamentos para a agricultura familiar.

comercialização da produção desses produtores, pois muitos deles cultivam produtos com prazos de perecibilidade baixos. Assim, programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são relevantes, porque buscam garantir a segurança alimentar nas escolas públicas, assegurar a compra de alimentos produzidos por meio da agricultura familiar, apoiar esses produtores e fortalecer sua fixação no campo.

No caso da agricultura familiar, os programas que se voltaram especificamente para ela apareceram tardiamente no Brasil em comparação com as diversas iniciativas que foram tomadas desde o século XIX, que atendiam basicamente os médios e grandes produtores. Os programas voltados para a agricultura brasileira até a década de 1990 não tinham premissas que excluíssem os agricultores familiares de suas políticas de crédito, mas eram programas que não consideravam a discrepância na capacidade de produção e de financiamento entre as diversas classes de agricultores, alijando aqueles com menor capacidade de endividamento, relegando o papel de “estrutura produtiva de reserva para a obtenção de mais lucro para os capitalistas” (Souza, 2011, p. 238) à agricultura familiar durante o processo de modernização conservadora.

No Brasil, à muito tempo, a influência política andou de mãos dadas com a representação de interesses nos mais diversos campos da política social, econômica e produtiva, e isso é tão evidente na famosa República do Café com Leite, que fora uma aliança política entre os estados de Minas Gerais e São Paulo com o intuito de que a Presidência da república fosse ocupada por políticos de um dos dois estados, que se revezavam no poder, garantindo que as direções políticas que o País viesse a tomar estivessem de acordo com os seus interesses. Essa política do café com leite vigorou no Brasil entre os anos de 1898 a 1930, o que é uma mostra de como o poderio econômico tem influência no poder político, estabelecendo os rumos aos quais toda uma política nacional deveria ser direcionada, para beneficiar um número mínimo de agricultores, mas que possuíam muito poder.

Essa influência política se reflete diretamente na forma pela qual a política agrícola é conduzida até hoje, não de maneira tão explícita, mas com algumas nuances diferentes de décadas atrás; é necessário perceber que, hoje, é imprescindível que se reconheça o papel dos agricultores familiares como importante classe produtiva, geradora de renda e fixadora do homem no campo. Políticas que sejam voltadas para a agricultura familiar também têm o seu reflexo na área urbana, contribuem para a melhoria das relações de trabalho no campo, evitam o êxodo rural e o conseqüente inchaço do meio urbano e os problemas que isso vem a causar,

como aumento da oferta de mão de obra, redução da capacidade de barganha dos trabalhadores, a redução dos salários, de empregos formais e de qualidade do trabalho.

Apesar de todos esses obstáculos que a agricultura familiar enfrenta no Brasil, percebe-se que os agricultores familiares inseridos na cafeicultura do Cerrado Mineiro possuem uma capacidade produtiva e de geração de renda maior que os de outras regiões, como o Sul e Sudoeste de Minas, levando em consideração tanto a região, quanto a atividade produtiva. No que tange ao produto produzido, o café é um produto de grande valor agregado, são necessárias menos terras para a obtenção de uma renda que seja suficiente para a manutenção de uma família no estabelecimento rural. Pelo lado da região, ressalta-se que o café da região do Cerrado Mineiro é um produto de qualidade reconhecida, alcança melhores preços na comercialização, sendo possibilitado pela atuação da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, que dá o suporte necessário a esses agricultores, evita a atuação de atravessadores na região, garante que o produto produzido nela seja respeitado.

Nesse sentido, os cafeicultores familiares da região do Cerrado Mineiro não são tão dependentes de programas governamentais para a garantia da sua sobrevivência no campo, atuam em uma atividade muito bem integrada ao mercado, aproveitam a estrutura de governança criada na região pela iniciativa dos produtores. Percebe-se um movimento cada vez maior para a especialização produtiva na região, com investimentos cada vez maiores na cafeicultura de qualidade, que ainda é um mercado com grande potencial a ser explorado por todas as categorias de produtores.

Para os cafeicultores familiares do Cerrado Mineiro o PRONAF é um Programa relevante incentivando o produtivismo, por ser uma região onde a atividade cafeeira é lucrativa, tendo como principais linhas de crédito o investimento e custeio. O PRONAF nessa região cumpre a finalidade que foi o seu cerne quando criado na década de 1990, financiando a atividade produtiva, mas não é um Programa que se apresenta como alternativa primordial de financiamento para os cafeicultores familiares, pois esses, por atuarem em uma atividade que lhes propicia maior capitalização, têm a possibilidade de também conquistar outras fontes de financiamentos, como o SNCR e o Plano Agrícola e Pecuário. São agricultores familiares em menor situação de fragilidade, mas não estão livres das adversidades tanto climáticas, como do mercado.

De acordo com a base de dados do Banco Central, o município de Patrocínio no ranking geral dos que obtiveram financiamento pelo PRONAF no ano safra 2015/2016 (Anexo J) esteve em 22º lugar, somando 2.178 contratos de custeio, investimento e comercialização, contabilizando R\$616.565.677,54, representando 0,37% do valor total dos

financiamentos. Nos anos anteriores, houve oscilações, mas mantendo o município em uma média, estando em 20º no ano safra 2014/2015 (Anexo I) e 24º no ano safra 2013/2014 (Anexo H).

A Tabela 17 mostra a quantidade e o valor dos contratos de custeio para o café por regiões e estados da federação, mostrando uma ampla vantagem para a região Sudeste, encabeçada por Minas Gerais, que, assim como é o maior produtor de café no País, também é o estado que mais conquista financiamento por meio do PRONAF na categoria custeio, tanto pelo número quanto pelos valores dos contratos, sendo responsável por mais de 62% do total dos valores contratados em todo o território nacional.

Tabela 17 Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio do PRONAF por Produto (café), Região e UF (Janeiro/2013 - Dezembro/2016)

Região	UF	Quantidade	Valor
Sudeste	MG	115.727	1.921.913.160,53
	ES	44.979	808.758.008,08
	SP	6.445	163.556.675,95
	RJ	1.306	17.003.893,38
	<b>Total</b>	168.457	2.911.231.737,94
Sul	PR	5.828	84.866.436,44
	RS	1	10.000,00
	<b>Total</b>	5.829	84.876.436,44
Norte	RO	4.832	37.730.444,03
	AC	12	356.486,00
	<b>Total</b>	4.844	38.086.930,03
Nordeste	BA	1.223	19.636.177,01
	<b>Total</b>	1.223	19.636.177,01
Centro-Oeste	MS	75	953.551,38
	MT	51	637.358,88
	<b>Total</b>	126	1.590.910,26
<b>Total</b>		180.479	3.055.422.191,68

Fonte: Base de dados do Crédito PRONAF – SAF/MDA.

Como pode ser visto na Tabela 18, que mostra os dez municípios de Minas Gerais que mais contratam o financiamento pelo PRONAF na categoria custeio, Patrocínio lidera com o maior valor contratado, mas não com a maior quantidade de contratos. Isso se deve ao fato de que, na média, os contratos têm valores mais elevados. Entretanto, mesmo tendo Patrocínio liderando essa lista, ele é o único município da região do Cerrado Mineiro a estar entre os dez maiores contratantes do PRONAF, sendo na maior parte, municípios do Sul e Sudoeste do estado, que são regiões com maior destaque na agricultura familiar.



Tabela 18 Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio do PRONAF por Produto e Município (Janeiro/2013 - Dezembro/2016)

Município	Cód. CADMU	Quantidade	Valor
Patrocínio	33008	439	20.140.804,13
Cabo Verde	14890	687	17.104.890,67
Poço Fundo	35233	911	16.819.149,17
Manhuaçu	23362	884	16.638.251,06
Nova Resende	21852	657	14.728.967,97
Muzambinho	18470	664	14.440.034,66
Campos Gerais	28233	550	14.275.641,81
Lajinha	32205	674	13.895.320,52
Simonésia	21058	995	13.385.953,54
Itamogi	13657	356	13.383.888,69

**Fonte:** Base de dados do Crédito PRONAF – SAF/MDA.

Na Tabela 19, é possível ter melhor noção da quantidade percentual de cafeicultores que contrataram financiamento pelo PRONAF na região do Cerrado Mineiro; esses representam 34,56% dos cafeicultores na região. Quando o recorte vai para o município de Patrocínio, o número de contratos pelo PRONAF sobe para 45,33%, demonstrando que, apesar de o município ser um grande produtor de café, por meio do agronegócio, ele também é forte na agricultura familiar, como ficou demonstrado na Tabela 18, que tem ele liderando o *ranking* de maiores contratantes do PRONAF no estado.

Tabela 19 Cafeicultores do Cerrado Mineiro que receberam o PRONAF

Cafeicultores que recebem PRONAF na região do Cerrado Mineiro	
Sim	34,56%
Não	65,44%
Cafeicultores de Patrocínio que recebem PRONAF	
Sim	45,33
Não	54,67

**Fonte:** Elaboração do autor utilizando a base de dados da pesquisa de campo realizada por Ortega e Jesus (2012).

Fica clara a importância do município de Patrocínio para a cafeicultura do estado e principalmente da região do Cerrado Mineiro, liderando a produção. Mas ao contrário de Patrocínio, nessa região, a agricultura familiar na cafeicultura não se mostra tão forte assim, como é observado quando se comparam os municípios que mais contratam financiamento pelo PRONAF, tendo destaque para a região Sul de Minas Gerais, que concentra a maior parte dos municípios beneficiados pelo PRONAF na cafeicultura.

### 3.2 A relação da agricultura familiar com a cafeicultura no Cerrado Mineiro

A agricultura familiar está presente no território brasileiro mesmo antes de ser reconhecida como tal no início da década de 1990, dessa forma, não havia programas governamentais voltados diretamente para esse setor, que tinha grande dificuldade em competir por financiamento contra os médio e grandes produtores.

O surgimento deste Programa (o PRONAF) representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 1).

É importante lembrar que os programas direcionados para o Cerrado, a partir da década de 1970, não foram orientados para os pequenos produtores, beneficiando, sobretudo, produtores já bem estabelecidos, com capacidade de financiamento comprovada, com boa carga de conhecimento técnico e experiência no trabalho no setor agrícola. Assim, o PRRC, o PADAP, o POLOCENTRO e o PRODECER incentivaram a migração para o Cerrado, por parte de agricultores vindos das regiões Sul e Sudeste do Brasil e também, de origem nipônica, deixando de lado os pequenos agricultores, que se viram impelidos a negociar suas terras que ficavam em boas localizações para o plantio, para comprar terras de menor qualidade e se tornaram menos competitivos e mais fragilizados.

Era fundamental que houvesse mudanças no sentido da valorização do rural e do fortalecimento dos pequenos produtores e, nesse sentido, vale ressaltar que a Constituição de 1988 foi um importante marco para acesso aos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, por dar as condições para o reconhecimento da agricultura familiar, com ênfase para avanços, como o estabelecimento da aposentadoria mais acessível e adequada aos trabalhadores do campo, reduzindo a idade para o direito ao benefício em relação aos trabalhadores urbanos, como pode ser observado:

[...]idade para elegibilidade do benefício aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (cinco anos a menos do que para os trabalhadores urbanos) e um piso de benefício igual a um salário mínimo (inclusive para pensão), além de na prática universalizar o benefício para toda a população rural. Homens e mulheres tiveram igualdade de acesso. [...] Foi, porém, com a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que essas modificações foram totalmente regulamentadas. [...] em seu artigo 48 assegura a elegibilidade à aposentadoria por idade [...] O estabelecimento do valor do benefício igual ao do salário mínimo foi entendido como prescindindo de legislação específica e aplicado imediatamente, ainda que a Lei 8.213, em seu artigo 33, reiterasse esse direito. (BELTRÃO et al., 2004 p.325-326).

Nos anos 1990, o desenvolvimento da agricultura familiar teve notórios avanços, sobretudo como uma forma de resposta do Governo a várias reivindicações que vinham sendo feitas desde o final da década anterior com as chamadas “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, com a participação de sindicatos de trabalhadores rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). A luta dos agricultores familiares veio em um contexto de crise causada pela menor disponibilidade de crédito, aumento da concorrência de países do Mercosul e luta pela reforma agrária.

Toda essa pressão foi ganhando força, juntamente com as “Jornadas Nacionais de Luta”, que, a partir de 1995 receberam o nome de “Grito da Terra Brasil”. Esse contexto teve efeito direto nas ações que o Estado brasileiro tomou em relação às políticas públicas voltadas ao atendimento de segmentos rurais historicamente marginalizados, como é o caso da criação do PRONAF (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A agricultura familiar tem muito peso na produção de alimentos no Brasil, contribuindo decisivamente para a segurança alimentar dos consumidores e dos produtores, como pode ser visto de acordo com o CENSO Agropecuário de 2006:

[...]participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2006, p. 20).

Em 1995, foi criado o PRONAF, como uma linha de crédito, mas o Programa foi instituído, de fato, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, atendendo à demanda de um setor de atividade econômica que até então pouco se beneficiava da política de crédito rural, tendo em vista a desigualdade que era concorrer com os médios e grandes produtores. O PRONAF é derivado de um Programa criado em 1994, no Governo do ex-Presidente Itamar Franco, denominado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, o PROVAP, que operou basicamente com recursos do BNDES, e acabou não tendo muita relevância no que tange à política de crédito, mas que teve sua importância como passo inicial para uma política mais estruturada que veio a seguir, como destaca Mattei (2005 p.12).

“O Provap seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares”.

Nessa época, ainda não havia uma lei que caracterizasse o universo da agricultura familiar, lei esta, que só veio a ser homologada no ano de 2006. Assim, o Quadro 1 mostra como foi a forma de delimitação do universo familiar no CENSO Agropecuário de 1996.

Figura 5 Metodologia de delimitação do universo familiar

<p><b>Caracterização dos Agricultores Familiares</b>  Direção dos trabalhos do estabelecimento e do produtor  UTF &gt; UTC  Área total do estabelecimento – área máxima regional  <b>Unidade de trabalho familiar (UTF)</b>  Pessoal ocupado da família de 14 anos e mais  +  (Pessoal ocupado da família de menos de 14 anos)  <b>Unidade de trabalho contratado (UTC)*</b>  (Salários + Valor de quota-parte entregue a parceiros empregados + Serviços de empreitada e mão de obra  (Diária estadual x 260)</p>
--

Fonte: Guanzioli *et al.*, (2001, p.52)

\*O número de Unidades de Trabalho Contratado (UTC) foi calculado da seguinte forma:

- 1) Obteve-se o *valor total das despesas com mão de obra contratada*, pela soma de: a) valor das despesas com o pagamento (em dinheiro ou em produtos) da mão de obra assalariada (permanente ou temporária); b) valor das despesas com o pagamento efetuado a parceiros empregados; c) valor das despesas com o pagamento de serviços de empreitada com fornecimento só da mão de obra.
- 2) Calculou-se o *valor do custo médio anual de um empregado no meio rural*, mediante a multiplicação do valor da diária média estadual de um trabalhador rural pelo número de dias úteis trabalhados no ano, calculado em 260.
- 3) Por fim, determinou-se o número de Unidades de Trabalho Contratado (UTC), por estabelecimento/ano, mediante a divisão do valor total das despesas com mão de obra contratada pelo valor do custo médio anual de um empregado no meio rural.

Percebe-se como, na recente década de 1990, ainda era incipiente a classificação dos estabelecimentos caracterizados pela agricultura familiar. A definição de agricultura familiar só veio a ser decretada a partir da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, como o intuito de estabelecer as diretrizes sob as quais as políticas para a agricultura familiar deveriam ser direcionadas. De acordo com essa lei, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a caracterização de uma propriedade nos moldes da agricultura familiar:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda pela Lei nº 11.326/2006, fica decidido que não só produtores agrícolas possam ser caracterizados como agricultores familiares, como também, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes quilombos rurais e povos tradicionais, de acordo com os critérios estabelecidos<sup>24</sup>. Sobre os agricultores não familiares, no Censo Agropecuário de 2006, foi definido o grupo

[...] entre os estabelecimentos que não se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estão também pequenos e médios agricultores, que não se enquadraram na agricultura familiar quer pelo limite de área quer pelo limite de renda, e também as terras públicas (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar se diferencia por desenvolver atividades utilizando do trabalho de membros da família e empregando apenas de forma complementar a mão de obra assalariada.

Então, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326/2006, o Censo Agropecuário de 2006 identificou como estabelecimentos de agricultura familiar 4.367.902, representando 84,4% do total de estabelecimentos brasileiros; essa porcentagem representava 80,25 milhões de hectares, correspondendo a apenas 24,3% da área ocupada do total de estabelecimentos agropecuários. O Censo destaca, ainda, que a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, contra 309,18 hectares dos estabelecimentos não familiares, esses que ocupavam 75,7% da área, representando apenas 15,6% do total de estabelecimentos. Esses dados demonstram como a estrutura fundiária no Brasil ainda é concentrada, apesar de os dados serem de 2006, é provável que eles não se tenham alterado significativamente para o próximo Censo Agropecuário com divulgação prevista para 2018.

Entretanto, de acordo com essa classificação, os agricultores familiares não estão enquadrados somente nos estratos de produtores que possuem pequenas propriedades, já que, de acordo com a Lei 11.326, um dos critérios para que uma propriedade se encaixe na estrutura da agricultura familiar, não pode ser maior que quatro módulos fiscais, levando em consideração que esses módulos fiscais variam de município para município.

Quando se fala da produção de café na região do Cerrado Mineiro, fala-se prioritariamente da variedade *caffea arabica*, que é uma espécie de café natural da Etiópia e é mais conhecido como café arábica. No Brasil, os estados que produzem o café arábica são Minas Gerais com 65% da produção nacional, seguido por São Paulo com 14%, Paraná com 8%, Espírito Santo e Bahia, ambos com 6% cada.

---

<sup>24</sup> Lei nº 11.326/2006 na íntegra: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)

A Tabela 20 mostra como, para a variedade café arábica, a estrutura fundiária é concentrada no Brasil, onde a agricultura familiar tinha, pelo menos, quatro vezes mais estabelecimentos produzindo essa variedade de café em comparação com a agricultura não familiar, mas colhia uma área de 513.681 hectares, representando, aproximadamente, 66% da área não familiar (778.611 hectares). Também é importante apontar que a agricultura familiar, de acordo com dados de 2006, era menos produtiva, rendia, em média, 20,93 sacas por hectare, enquanto os estabelecimentos não familiares produziam uma média de 26,63 sacas por hectare.

Tabela 20 Produção de Café Arábica (Brasil) - Agricultura Familiar e Não Familiar (2006)

<b>Café arábica em grão (verde)</b>		
	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Não Familiar</b>
<b>Estabelecimentos</b>	193.328	48.309
<b>Quantidade produzida (kg)</b>	645.340.928	1.244.377.597
<b>Área Colhida (ha)</b>	513.681	778.611
<b>Valor da produção (R\$)</b>	2.231.728.778	5.124.878.374
<b>Sacas por hectare</b>	20,93	26,63

Fonte: CENSO Agropecuário 2006 (Elaboração própria).

Nos mapas 2 e 3, pode-se ver os dez municípios que mais produziam o café arábica, de acordo com a agricultura não familiar (Mapa 2) e com a agricultura familiar (Mapa 3), conforme o Censo Agropecuário de 2006.

Mapa 2 Principais municípios produtores de café arábica não familiar – 2006



Fonte: A Geografia do café – IBGE (2016).

Pode-se observar que, além de Minas Gerais dominar a produção de café arábica não familiar, tendo os dez municípios que mais produzem do tipo do grão, pode-se destacar como a região do Cerrado Mineiro é bem representada, tendo quatro municípios entre os dez. Para além disso, o município de Patrocínio é o único da região do Cerrado Mineiro que aparece em ambas as modalidades, de agricultura familiar e não familiar.

Mapa 3 Principais municípios produtores de café arábica familiar - 2006



Fonte: A Geografia do café – IBGE (2016).

A agricultura familiar, como pode ser visto no Mapa 3, não possui tanto destaque, se comparada com a região Sul e Sudoeste de Minas Gerais, mas mesmo sendo representada somente pelo município de Patrocínio entre os dez maiores produtores do Brasil, não quer dizer que seja uma região escassa nesse seguimento de cafeicultores.

No caso do município de Patrocínio, uma das associações que representa os interesses dos agricultores familiares é a APPCER (Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado). Essa associação, fundada em 2010, foi a primeira da região a receber a certificação *Fair Trade*, filiada à Federação dos Cafeicultores do Cerrado, conta, inclusive, com membro na Diretoria. Essa associação se mantém forte no seguimento da agricultura familiar tendo como prioridade a produção de café certificado.

Dado o caráter heterogêneo que o campo apresenta, uma das definições para a Agricultura Familiar utilizada por Savoldi e Cunha (2010), trata sobre o caráter da atividade



agrícola voltada para o mercado, que se encaixa melhor na descrição dos cafeicultores familiares filiados à APPCER, como é formulado:

Família Agrícola de Caráter Empresarial, ou o chamado “verdadeiro agricultor”, cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo a satisfação de índices de rentabilidade e de produtividade crescentes: caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos a uma situação patrimonial e social favorável à rentabilização da exploração (SAVOLDI e CUNHA, 2010, p. 27).

Essas características fazem dos associados à APPCER, agricultores familiares com maior disponibilidade de capital, por já estarem inseridos em um mercado de café de qualidade diferenciada, com uma certificação que já lhes rende um retorno financeiro maior no grão produzindo, com alguns membros que também têm o selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, além de outras certificações existentes.

### **3.3 Pesquisa de campo com os agricultores familiares**

#### **3.3.1 Metodologia**

Para a presente pesquisa, foi utilizada a abordagem quali-quantitativa, de forma a abarcar a pesquisa qualitativa e a quantitativa, buscando a melhor compreensão entre a mensuração dos dados coletados e a interpretação deles, sem excluir as nuances que a pesquisa pode ter de acordo com as subjetividades dos participantes.

Na pesquisa quantitativa, é crucial definir o planejamento amostral pretendido para alcançar a representatividade estatística, visto que há uma população a ser estudada, no caso, os cafeicultores familiares de Patrocínio, com a intenção de dar indicativos sobre como a cafeicultura familiar está inserida na região do Cerrado Mineiro. Dessa forma, foi escolhida uma amostra de 20 associados à APPCER, de um total de 85, que representam uma parte dos agricultores familiares já possuidores de pelo menos uma certificação (*Fair Trade*).

Os associados entrevistados foram escolhidos de acordo com a distância e disposição de seus estabelecimentos na zona rural, visando o alcance do maior número possível de associados em dois dias de pesquisa de campo. A maior dificuldade encontrada na pesquisa foi a minha falta de conhecimento do território, agravada pela pouca disponibilidade de tempo e limitações técnicas, como a falta de sinal de GPS (Sistema de Posicionamento Global) na maior parte da zona rural.

Esse grupo foi escolhido, por estar diretamente envolvido na EXPOCACCER e na Federação dos Cafeicultores do Cerrado, com membro no Comitê Institucional da entidade, usufruindo de toda a estrutura de governança na microrregião de Patrocínio, que é a mais representativa do Cerrado Mineiro, tanto para o agronegócio cafeeiro, quanto para a agricultura familiar. A abordagem quantitativa busca mensurar objetivamente as variáveis geradas por meio da pesquisa de campo, respeitando a hipótese central do positivismo como base filosófica da abordagem quantitativa, tendo como teses básicas:

A realidade se constitui essencialmente naquilo que os sentidos humanos podem perceber; as ciências sociais e as ciências naturais compartilham o mesmo fenômeno lógico e metodológico distinguindo-se apenas do objeto de estudo; e existe uma disposição fundamental entre fato e representações, e a ciência deve-se ocupar de fatos (MINAYO e SANCHES, 1993).

A abordagem qualitativa está centrada na compreensão interpretativa da ação social, levando em consideração o comportamento dos atores sociais. Assim, essa abordagem leva em conta a compreensão das ações sociais dos indivíduos, mas dentro de um contexto de um grupo e suas interações sociais. Os pesquisadores que optam pela abordagem qualitativa recusam a ideia que defende um único modelo de pesquisa para todas as ciências, pois cada ciência tem suas especificidades, e assim, cada uma exige uma metodologia própria; “[...] assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (GOLDENBERG, 1997, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31, 32).

Para a investigação avaliativa pelo método qualitativo, foram trabalhadas as crenças, as ações e os comportamento dos atores sociais, pois só assim foi possível compreender as ações e os julgamentos realizados pelos indivíduos, bem como estabelecer uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes. Um exemplo disso, que ficou evidente na pesquisa feita, é como os agricultores familiares percebem as vantagens da Denominação de Origem, de maneira que alguns percebem objetivamente o curto prazo, enquanto outros possuem, também, expectativas quanto ao o que pode ser alcançado em um médio e longo prazo.

Todavia, deve-se estar atento para que a pesquisa não seja influenciada pela subjetividade do pesquisador, pois ele também é um ator social e responsável por analisar os dados colhidos, mas que já tem uma carga de estudos anteriores, que podem trazer consigo

uma visão a priori do objeto pesquisado. Assim, Flick (2009) ressalta alguns pontos para a validação da situação da entrevista:

A principal questão aqui é se os entrevistadores tiveram alguma razão para construir, consciente ou inconsciente, uma versão específica, ou seja, tendenciosa, de suas experiências, que não corresponda a suas visões ou corresponda somente até certo ponto. A situação da entrevista é analisada em busca de qualquer sinal dessas deformações. Isso deve dar uma base para descobrir quais deformações ou enganos sistemáticos no texto são resultado de uma situação de entrevista e até onde e com que precisão elas devem ser consideradas na interpretação. Você pode ampliar mais essas reflexões pelo lado do pesquisador envolvendo o entrevistado (FLICK, 2009, p. 33).

O desafio da abordagem qualiquantitativa está na aproximação da abordagem positivista com a compreensivista, que busca encontrar a melhor metodologia de acordo com o objeto da pesquisa, e não ao contrário. As abordagens qualitativa e quantitativa são opostas, mas não são incomunicáveis entre si, de modo que eles devem ser complementares, enriquecendo ambas.

Assim, para a pesquisa de campo foram utilizados questionários semiestruturados (Anexo B), para caracterizar os cafeicultores familiares do município de Patrocínio, quanto ao perfil da propriedade, processo produtivo, processo de certificação e composição da renda e crédito do produtor.

A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta. (MANZINI, 2012 p. 156).

Além da pesquisa de campo utilizando questionários semiestruturados, foi realizada uma entrevista não estruturada com a Coordenadora de Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Esse método foi utilizado para conhecer melhor o papel da Federação na região, sobretudo no município de Patrocínio, e como ela está inserida naquela Estrutura da Governança, e atualização de dados quanto à quantidade de cafeicultores filiados, quantos possuem a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, quantidades produzidas em 2015 e 2016.

### **3.3.2 Análise de dados da pesquisa de campo com os associados da APPCER**

Para entender melhor quem são os associados à APPCER, é fundamental que haja uma breve descrição dos entrevistados para traçar um panorama geral sobre quais as condições eles se encontram em relação ao nível de escolaridade, tempo de atuação na atividade cafeeira, quais assistências técnicas têm à disposição e contratação de trabalhadores temporários ao longo do ano.

Quanto ao nível médio de escolaridade dos pesquisados, a maior parte dos pesquisados (35%) completou o segundo grau, seguindo por 25% que completaram o ensino superior, e esse último dado, é observável, pela inserção de novos produtores, filhos de cafeeiros, normalmente na condição de arrendatários e comodato, que mostra como a atividade cafeeira vem se tornando cada vez mais atrativa na região. Essa atratividade que fica evidente é um reflexo direto dos rumos que a cafeeira do Cerrado Mineiro tomou desde a década de 1990 em busca da qualidade do grão produzido.

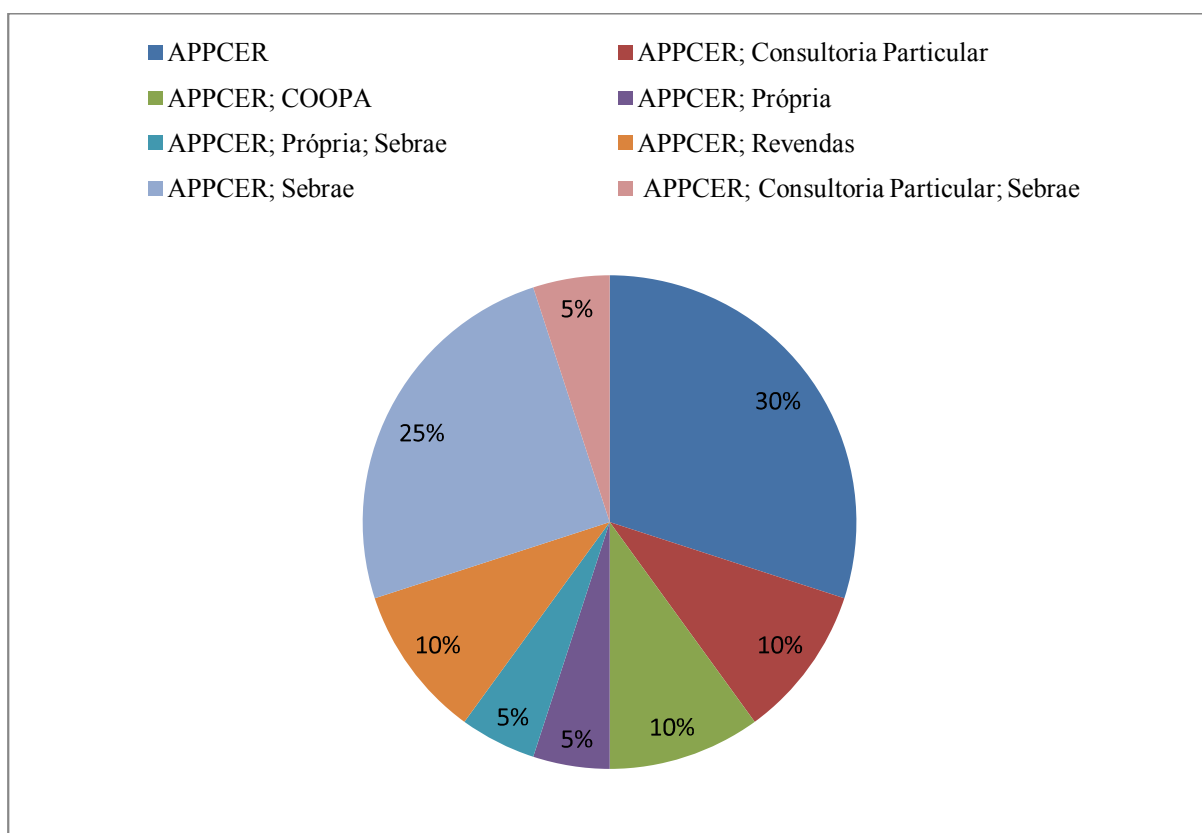
Tabela 21 Breve descrição dos associados à APPCER

Escolaridade	Condição	Tempo atuando na atividade cafeeira? (anos)	Qual assistência técnica recebe?
2º Grau Completo	Proprietário	40	APPCER
Superior Completo	Comodato	10	APPCER; Revendas
2º Grau Completo	Proprietário	40	APPCER
2º Grau Incompleto	Proprietário	30	Consultoria Particular; APPCER; SEBRAE
Superior Completo	Arrendatário	10	APPCER; SEBRAE
2º Grau Completo	Proprietário	26	APPCER; Revendas
Superior Completo	Proprietário	32	APPCER; Própria
2º Grau Incompleto	Proprietário	40	APPCER
2º Grau Completo	Arrendatário	10	APPCER
Superior Completo	Comodato	7	APPCER; SEBRAE
1º Grau Incompleto	Assentado	8	APPCER
2º Grau Completo	Assentado	17	APPCER; COOPA
Superior Completo	Arrendatário	8	APPCER; SEBRAE
1º Grau Incompleto	Proprietário	15	Consultoria Particular; APPCER
2º Grau Completo	Assentado	13	APPCER; SEBRAE
Pós-Graduação	Comodato	8	APPCER; Própria; SEBRAE
1º Grau Completo	Assentado	25	APPCER; SEBRAE
2º Grau Completo	Arrendatário	22	APPCER; Consultoria Particular
1º Grau Incompleto	Assentado	10	APPCER; COOPA
1º Grau Completo	Assentado	10	APPCER

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

A Tabela 21 também mostra há quanto tempo os associados pesquisados atuam na atividade cafeeira, dando uma média de 19,05 anos. Além disso, corroborando para a evolução da atividade cafeeira, todos os entrevistados têm, pelo menos, a assistência técnica do agrônomo da APPCER. O Gráfico 1 mostra a distribuição de maneira mais clara e se pode perceber que os associados dispõem de uma grande variedade de assistência: a disponibilizada pela associação; consultorias particulares contratadas; consultoria própria (no caso, o produtor ou produtora é engenheiro agrônomo); da COOPA; as revendas; e o SEBRAE, com o projeto Educampo.

Gráfico 1 Assistências técnicas utilizadas pelos entrevistados associados à APPCER



**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Quanto ao tamanho das propriedades, o tamanho médio delas é 37,79 hectares, sendo que 65% dos estabelecimentos têm até 20 hectares de área total, o que representa menos que um módulo fiscal no município de Patrocínio (40ha), e 20% têm mais de 90 hectares de área total. Mas é um número muito variado, pois o menor estabelecimento entrevistado tem cinco hectares, já o maior estabelecimento tem 150 hectares, ainda se encaixando no critério do tamanho da propriedade para que seja enquadrado como agricultura familiar de acordo com a Lei ° 11.326 2006. Pode-se observar também que, a quantidade de hectares ocupados com o café, na média, ocupam aproximadamente 40% do tamanho total do estabelecimento.

Tabela 22 Tamanho do estabelecimento e ocupação das terras com o café (ha) dos entrevistados associados à APPCER

	<b>Tamanho total</b>	<b>Ocupado com Café</b>
Média	37,79	14,82
Mediana	12	10
Máximo	150	63
Mínimo	5	3,7

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

A produtividade na região do Cerrado Mineiro é maior que a média nacional e estadual, e isso se deve aos fatores edafoclimáticos que a região apresenta, mas isso não garante que haja uma produtividade constante, pois nos anos de estiagem a média produzida pode oscilar muito, como houve uma diferença bem significativa entre produtividade por hectare nos anos de 2016 e o ano de 2015, e isso se deve ao fraco ano que foi 2015, assim como 2014 na produção cafeeira, e o ótimo ano que foi observado em 2016.

Tabela 23 Produtividade para cada um dos entrevistados associados à APPCER em 2015 e 2016

<b>Qual o volume produzido por hectare em 2015</b>	<b>Qual o volume produzido por hectare em 2016</b>
36	46
25	40
36	46
30	38
36	46
20	60
47	69
30	60
20	55
30	38
10	20
21	48
36	46
25	65
21	49
30	38
24	56
35	73
42	44
15	87

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Em 2015 a produção média entre os associados foi de 28,45 sacas por hectare, já em 2016 a produção média foi 51,2 sacas por hectare, representando quase o dobro da produtividade, entretanto, 60% dos entrevistados produziram menos de 50 sacas por hectare, mas apenas 20% produziu menos de 40 sacas por hectare e 20% produziram acima de 60 sacas por hectare, contrastando com o ano de baixa produtividade, como foi o de 2015.

Tabela 24 Produtividade em 2015 e 2016 (sacas/ha) dos entrevistados associados à APPCER

	2015	2016
Média	28,45	51,2
Mediana	30	47
Máximo	47	87
Mínimo	10	20

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Contrastando com a média produzida na região do Cerrado Mineiro, de acordo com dados fornecidos, em entrevista não estruturada, pela Coordenadora de Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, em 2015 a produtividade média foi de 26,31 sacas por hectare, e em 2016 foi de 33,33 sacas por hectare, e com a safra recorde nacional em 2016, que foi de 25,46 sacas por hectare, de acordo com Informe Estatístico do Café do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Entretanto, para além das diferenças impostas pelo clima de cada ano, é importante observar que a forma pela qual o manejo do café é feito será decisiva para a quantidade produzida por cada estabelecimento agrícola. Essas disparidades observadas entre os agricultores familiares servem para enriquecer a experiência e a troca de informações entre eles, pois o manejo é diferente de propriedade para propriedade, até porque os produtores não dispõem de diferentes assistências técnicas e insumos produtivos.

Há de se observar que a mecanização no campo tem sido um fator significativo para o aumento da eficiência da atividade produtiva, por agilizar os processos, e reduzir os custos com mão de obra. Embora a APPCER seja uma associação de agricultores familiares, foi possível constatar a grande utilização de máquinas no trato do café, tanto no plantio, como na manutenção e colheita.

A Tabela 25 mostra como os agricultores familiares estão integrados ao processo de mecanização da produção; na colheita, todos os entrevistados utilizavam de maquinário, e no plantio e manutenção, apenas um entrevistado não utilizava maquinário. Mas a origem da máquina utilizada é diferente, pois, no campo, considerando os diferentes tamanhos e perfis dos estabelecimentos, há os produtores com maior disponibilidade de capital, que possuem geralmente todo o maquinário necessário ao trato do café, e para os que não têm essa possibilidade, há a terceirização das máquinas, que é uma prática muito comum, como, prefeituras que disponibilizam tratores aos agricultores, e o empréstimo entre produtores, ambos, por meio de pagamento de uma quantia pela hora utilizada ou troca de serviços.

O uso de maquinário próprio ou terceirizado varia de acordo com a etapa da produção a ser desempenha, pois cada uma vai depender da disponibilidade de capital do produtor, do



tamanho da propriedade e da necessidade ao longo do ano. A utilização de maquinários pelos cafeicultores na região do Cerrado Mineiro é intensa e todos os produtores utilizam maquinário em, pelo menos, uma etapa do processo de produção, com destaque maior para a etapa da colheita, em que o uso da colhedora é essencial para o processo, sendo uma máquina mais cara que as dos processos de plantio e manutenção da lavoura, o que se reflete na alta porcentagem de terceirização da utilização, alcançando 70%, ante 0% na manutenção, e menos de 50% no plantio.

Tabela 25 Uso de máquinas na produção de café pelos entrevistados associados à APPCER

<b>Utiliza máquinas no plantio?</b>	
Sim	95%
Não	5%
Própria	52,63%
Terceirizada	36,84%
Própria/Terceirizada	10,52%
<b>Utiliza máquinas na manutenção da cultura?</b>	
Sim	95%
Não	5%
Própria	100%
Terceirizada	0%
<b>Utiliza máquinas na colheita?</b>	
Sim	100%
Não	0%
Própria	30%
Terceirizada	70%

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Mesmo com o crescente aumento do uso de maquinário no trato do café, a contratação de mão de obra ainda é necessária, no caso dos cafeicultores, apenas um agricultor (5%) não contratava mão de obra temporária ao longo do ano, e isso se devia principalmente por ser uma produção muito pequena, mas contava com o auxílio da família na atividade. Já o número de estabelecimentos que contratam funcionários permanentes é mais baixo, sendo apenas 20% mantêm funcionários ao longo de todo o ano, não excedendo o número de familiares ocupados com o empreendimento familiar, e geralmente os produtores que mantêm mão de obra ao longo do ano são mais capitalizados e têm uma produção maior.

Tabela 26 Contratação e mão de obra no estabelecimento rural pelos entrevistados associados à APPCER

<b>O produtor tem trabalhadores permanentes ao longo do ano?</b>	
Sim	20%
Não	80%
<b>Contrata trabalhadores temporários ao longo do ano?</b>	
Sim	95%
Não	5%
<b>Conta com o auxílio da família no café?</b>	
Sim	90%
Não	10%

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Na agricultura familiar, a família do produtor desempenha papel fundamental, sendo o principal pilar de sustentação do empreendimento, que quanto menor for, mais dependente dessa mão de obra será, e apesar de que dos agricultores pesquisados, 90% contarem com o auxílio da família, eles contratam em média cinco funcionários temporários ao longo do ano. O número de trabalhadores temporários, como pode ser visto na Tabela 27, varia de um mínimo de um funcionário, até o máximo de quinze, o que pode ser visto como uma grande variação e mostra que não é um grupo tão homogêneo assim, lembrando que entre os pesquisados, há propriedades de 5 a 150 hectares.

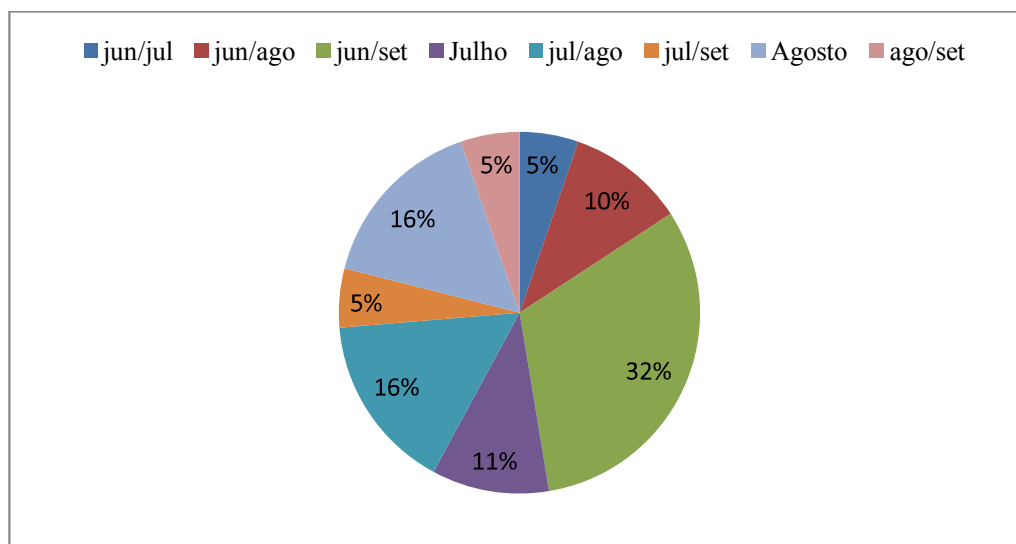
Tabela 27 Número de trabalhadores temporários contratados ao longo do ano pelos entrevistados associados à APPCER

<b>Quantos trabalhadores temporários são contratados ao longo do ano?</b>	
Média	5,16
Mediana	4
Máximo	15
Mínimo	1

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Observa-se que em algumas propriedades pesquisadas não empregam prioritariamente mão de obra familiar, e isso se deve ao fato de que a contratação é de funcionários temporários, e, se dá, basicamente no período da colheita, como foi visto anteriormente, apesar dessa parte do processo produtivo onde todos os agricultores utilizaram maquinário, ser o período em que se emprega a maior parte da mão de obra. Há a variação de estabelecimento para estabelecimento, mas o período está compreendido entre junho e setembro. Como pode ser observado no Gráfico 2 a maior parte dos contratados temporários é admitida ao longo desses quatro meses de colheita.

Gráfico 2 Período de contratação de funcionário temporário pelos entrevistados associados à APPCER



**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

A Tabela 28 mostra que, entre os entrevistados, os filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado não chegam a representar 50% da amostra. Entretanto, o que chama a atenção é que dos nove filiados, apenas um (11,11%) percebeu os benefícios com a filiação, e o resto não percebeu ainda as vantagens de se filiar. Para a maior parte dos associados da APPCER, os benefícios alcançados vêm muito mais por meio da certificação *Fair Trade*, que tem uma atuação mais direta e o valor do prêmio pela libra peso do café, sendo um benefício mais fácil de ser percebido. Entretanto, não se pode deixar de perceber que a Federação dos Cafeicultores do Cerrado tem papel ativo na divulgação da marca Café da Região do Cerrado Mineiro, elevando os cafeicultores que estão inseridos nesse contexto, a patamares de representatividade reconhecida nacional e internacionalmente.

Entretanto, apesar de 88,89% dos filiados à Federação não perceber os benefícios com a filiação, eles ainda consideram que a filiação compensa, pois acham que indiretamente estão sendo beneficiados, mesmo ser ter a certeza sobre essas vantagens, mas sentem que a filiação pode, principalmente em um futuro próximo, mostrar-se benéfica diretamente, e os custos dela não são impeditivos para continuarem vinculados.

Tabela 28 Associados à APPCER filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado

<b>Está filiado à Federação dos Cafeicultores do Cerrado?</b>	
Sim	45%
Não	55%
<b>Se sim, quais os benefícios em se filiar?</b>	
Não percebeu	88,89%
Representatividade; Divulgação; Captação de Recursos	11,11%
<b>Compensa ser filiado?</b>	
Sim	100%
Não	0%

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Todos os filiados à Federação têm a possibilidade de utilizar o selo de Denominação de Origem conquistada em 2014, e também há uma percepção muito parecida entre os produtores em relação à D.O, pois 88,89% deles não perceberam os benefícios com essa certificação ainda, e isso se deve tanto pela recém adesão deles ao selo, que ainda é muito novo, e por já estarem certificados com o *Fair Trade*, que traz benefícios mais diretos, de certa forma ofusca a aquela certificação. Além disso, no conjunto dos associados entrevistados, eles ainda são certificados com mais três certificações: o Certifica Minas (25%); 4C (15%) e Nespresso (5%) – lembrando que as certificações não são excludentes entre si, mas dependendo da percepção que cada cafeicultor tem dos benefícios gerados por cada, eles aderem ou não aos selos.

Tabela 29 A relação dos entrevistados associados à APPCER com a Denominação de Origem

<b>A propriedade é certificada com a Denominação de Origem?</b>	
Sim	45%
Não	55%
<b>Se não, quais as barreiras?</b>	
Informação	100%
<b>Se sim, quais as vantagens?</b>	
Não percebeu	88,89%
Divulgação	11,11%
<b>Possui qual outra certificação?</b>	
Certifica Minas	25%
4C	15%
Nespresso	5%

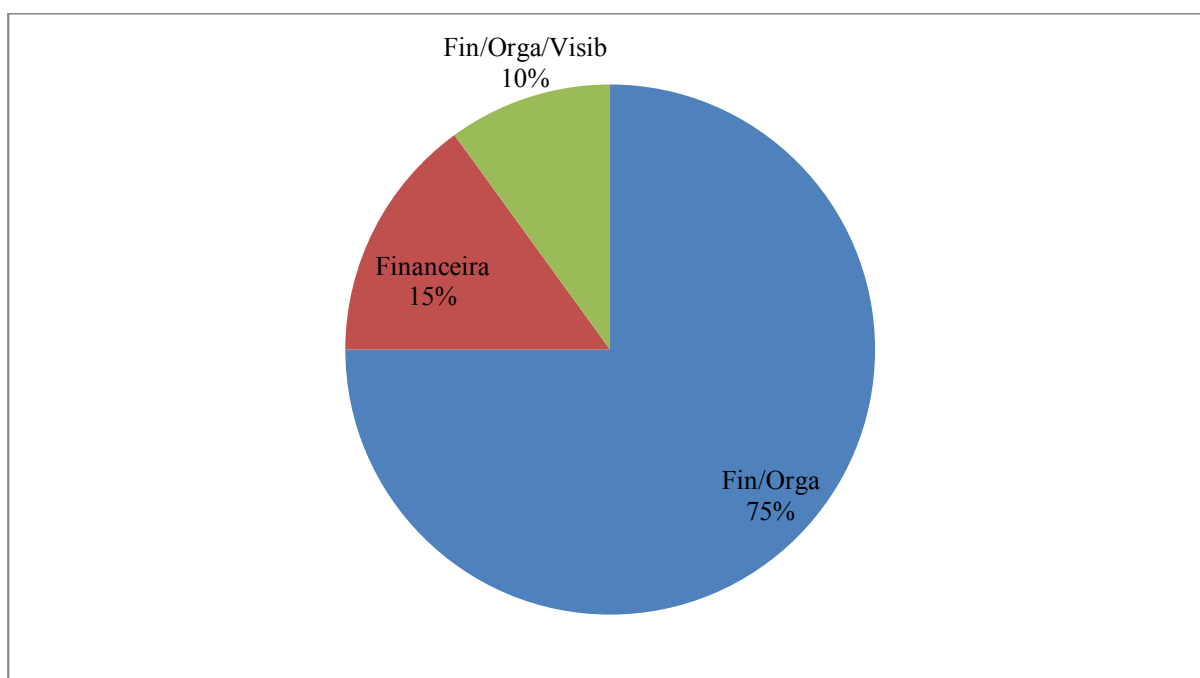
**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Em 2015, pegando o total dos cafeicultores filiados à Federação dos Cafeicultores do Cerrado, foram produzidas 92.700 sacas de café certificado com a Denominação de Origem

Região do Cerrado Mineiro e, em 2016, foram produzidos 68.400 sacas com a D.O., representando uma queda de aproximadamente 26% de um ano para outro, mesmo que no ano de 2016 tenha ocorrido uma melhoria produtiva de acordo com dados fornecidos pela Coordenadora de Certificação e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado em entrevista não estruturada. O esperado nesse caso seria o aumento da produção de café com o selo de Denominação de Origem, já que houve aumento da produção cafeeira, mas não isso observado, e essa contradição pode se dever a essa falta de percepção sobre as vantagens que os cafeicultores têm com essa Certificação de Origem, até por que, ainda é um selo que está a pouco tempo (desde o início 2014) no mercado.

Quanto à certificação *Fair Trade*, 15% perceberam benefício financeiro, para 75%, além de financeiro, também há o benefício com a organização da propriedade, e para 10% dos entrevistados, além dos benefícios citados anteriormente, há também o benefício com a divulgação do café. Vendo esses números, fica claro que financeiramente a certificação é vantajosa, mas há de se destacar a organização com a propriedade, pois o selo de Comércio Justo é muito rígido com a maneira pela qual os produtores organizam o trato do café, mas, além disso, como os agricultores e suas famílias estão inseridas nesse contexto, buscando a melhoria na qualidade de vida destas pessoas, como o cuidado com destino de embalagens dos produtos químicos utilizados no cultivo, construção de fossas sépticas para evitar possíveis contaminações e melhoria do saneamento básico.

Gráfico 3 Quais as vantagens com a certificação *Fair Trade* percebidas pelos entrevistados associados à APPCER?



**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

A Tabela 30 mostra o perfil dos associados quanto a financiamento; nela se pode observar que 55% dos associados possuem algum financiamento em aberto, e desses financiamentos em aberto, aproximadamente 63% são de financiamentos pelo PRONAF. O número total de financiamentos não é um número grande, podendo indicar que há um baixo número de produtores buscando financiamento ou que os que buscam não os têm conquistado em sua totalidade, mas o que pôde ser percebido com a entrevista foi que os cafeicultores que não tinham processo de financiamento em aberto, até gostariam de ter aberto um financiamento para investimento principalmente, mas tinham uma certa insegurança quanto ao futuro, tendo em vista a crise que o País sofre no momento e, para manutenção da lavoura, o financiamento não era imprescindível.

Tabela 30 Número de entrevistados associados à APPCER com financiamento em aberto

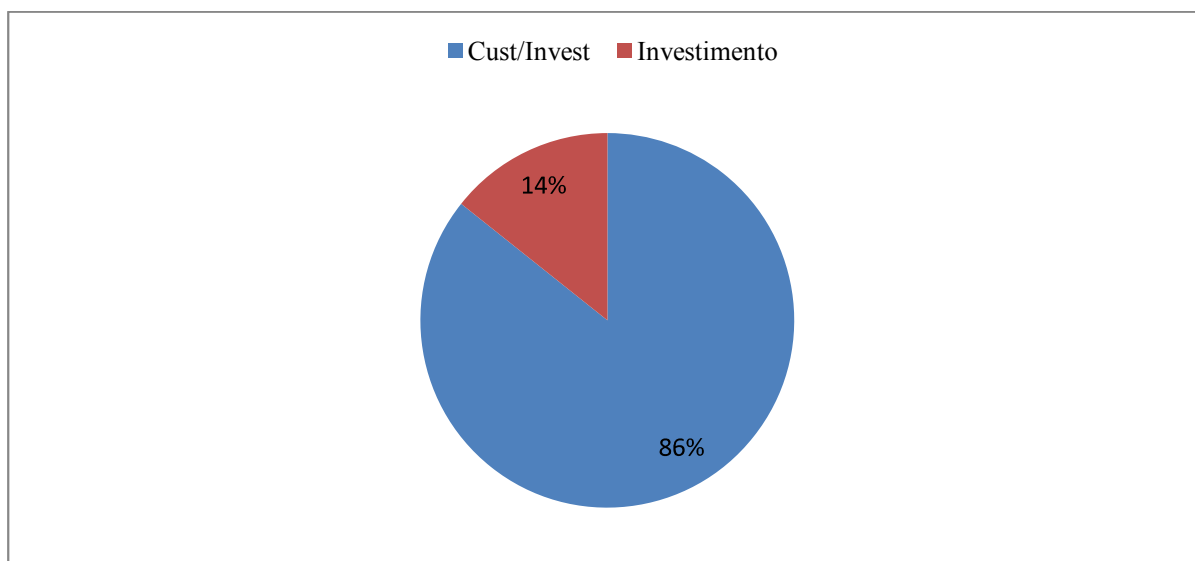
Quantos produtores possuem financiamento em aberto?	
Total	55%
Quantos são PRONAF	63,63%

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Outro ponto importante para ser observado é que do total dos financiamentos em aberto, aproximadamente 63% deles eram pelo PRONAF; 14% financiaram investimento, e 86% financiaram custeio e investimento, o que pode indicar uma relativa independência do

Programa de fomento da agricultura familiar, tanto que, aproximadamente 36% dos entrevistados adquiriram financiamento diretamente com bancos privados ou com cooperativas de crédito. Um dos indicativos para que isso ocorra é o elevado valor agregado que atividade cafeeira tem na região, principalmente para esses agricultores que já possuem um valor maior na negociação devido ao selo *Fair Trade*.

Gráfico 4 Categoria de financiamento no PRONAF contratada pelos entrevistados associados à APPCER



**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

Na Tabela 31, temos a constituição da renda dos produtores entrevistados e nota-se que a atividade cafeeira é a principal atividade em que eles atuam, mas não é a única, pois, para 15% dos entrevistados, sua renda não vem somente da atividade agropecuária no estabelecimento; desses, dois terços têm renda vinda de arrendamento de terras, e um terço tem renda vinda de consultoria na área agrícola. Como pode ser visto ao se comparar o tamanho total dos estabelecimentos, o café ocupa, aproximadamente, 40% da área e o restante pode ser ocupado com outras atividades, como é o caso de 25% dos entrevistados, que produzem leite (40%) e hortifrutigranjeiros (60%), mas fica ressaltando que o café representa sempre a maior parte da renda do produtor, representa, para 60% dos entrevistados, 100% da renda, podendo ser considerada uma alta porcentagem, por se tratar de agricultores familiares. Além disso, apenas 10% dos estabelecimentos têm participação de renda com trabalhos fora da propriedade, mas não são rendas determinantes para o desenvolvimento da propriedade.

Tabela 31 Composição da renda dos entrevistados associados à APPCER

<b>O café é a principal atividade que atua?</b>	
Sim	100%
Não	0%
<b>A renda do produtor é somente da produção agropecuária?</b>	
Sim	85%
Não	15%
<b>Se não, quais outras fontes?</b>	
Arrendamento	66,66%
Consultoria	33,33%
<b>Existem outras atividades produtivas para o mercado?</b>	
Sim	25%
Não	75%
<b>Se sim, quais outras atividades produtivas?</b>	
Leite	40%
Hortifrúti	60%
<b>Qual a participação do café na renda do produtor?</b>	
100%	60%
De 75% a 100%	30%
De 50% a 75%	10%
De 25% a 50%	0%
Se 0% a 25%	0%
<b>Os membros da família têm participação na composição da renda da propriedade?</b>	
Sim	10%
Não	90%

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados primários obtidos em pesquisa de campo.

A pesquisa foi realizada com 20 associados de uma entidade representativa que conta com 85, representando 23,53%, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do total de associados, que são cafeicultores familiares no município de Patrocínio, o principal na cafeicultura do Cerrado Mineiro. Apesar de ser uma amostra com viés, pois a região do Cerrado Mineiro não é homogênea, nem na cafeicultura, nem se tratando dos agricultores familiares, pois, por compreender 55 municípios, o Cerrado Mineiro, mesmo sendo uma região de certificação de origem, possui diferentes nuances, mas mesmo não sendo um diagnóstico preciso, a pesquisa de campo realizada serve como um indicativo, e até mesmo, uma mostra de como a integração dos cafeicultores familiares com a estrutura de governança colabora para o desenvolvimento e capitalização dos produtores.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como intenção apresentar a cafeicultura na região do Cerrado Mineiro, e como a agricultura familiar está inserida nesse no contexto dela. Para isso, foi feito um breve histórico do café no Brasil, até a sua inserção na região do Cerrado Mineiro. Essa contextualização é necessária para entender de que forma o café se tornou um produto tão importante para região, e como os fatos históricos, sobretudo, a partir da década de 1990 colaboraram para a conformação da estrutura de governança da região.

Assim, a partir da década de 1990, os cafeicultores na região do Cerrado Mineiro passaram a se organizar em associações, cooperativas, buscando maior independência de políticas estatais, com vistas ao reconhecimento da qualidade do café da região, tornando-a uma região de indicação geográfica. Mas para esse reconhecimento, a organização dos cafeicultores foi fundamental para que a estrutura de governança na região fosse estabelecida solidamente e pudesse propiciar o arranjo institucional necessário ao reconhecimento da região como uma região de certificação de origem.

Em 1992, a criação do CACCER foi um passo fundamental para unir as associações e cooperativas da região, criando a marca Café do Cerrado, que posteriormente mudou para Região do Cerrado Mineiro. A estrutura de governança que foi constituída na região, aproximando os produtores do mercado, por meio das entidades representativas, a garantia da qualidade do grão produzido, só foi possível pela iniciativa individual dos produtores, independentemente de ações e políticas estatais. E a Federação dos Cafeicultores do Cerrado tem papel decisivo em representar, controlar e promover a região e seus produtores, integrando os cafeicultores ao mercado fornecedor de insumos e o mercado consumidor do grão produzido.

Nesse sentido, a agricultura familiar, que só passou a ser reconhecida como tal a partir da década de 1990, mesmo não sendo protagonista do processo de reconhecimento do café da região do Cerrado Mineiro, esteve inserida no contexto geral e pôde aproveitar os benefícios que foram gerados pela organização da estrutura de governança. Como a agricultura familiar na região está inserida em uma região de Denominação de Origem, reconhecida em 2014. Ela se beneficia direta e indiretamente. Diretamente, para os agricultores familiares que possuem a Denominação de Origem, e indiretamente, por estar em uma região certificada com café de qualidade reconhecida. Entretanto, esses cafeicultores só serão beneficiados, se o seu grão produzido tiver a qualidade atestada, produzindo café seco naturalmente com a casca, atribuindo características essenciais para a qualidade do produto.

O processo de certificação envolve diversos custos, como custos de adequação produtiva, organização de documentos, entre outros, que geram despesas e de oportunidade, que não são todos os produtores da região que têm capacidade para arcar. A APPCER é uma associação de agricultores familiares, criada em 2010, e foi a primeira associação do Cerrado Mineiro a conquistar o selo *Fair Trade*, que busca associar a produção a práticas socialmente responsáveis e procura remunerar os produtores pagando valores acima do mercado.

A APPCER foi escolhida para a pesquisa de campo deste trabalho, devido a ser uma associação de agricultores familiares e trabalhar com a certificação *Fair Trade*, usufruindo da estrutura de governança composta no Cerrado Mineiro; seus associados têm o café como a atividade principal, buscando cada vez mais a especialização produtiva com qualidade. Os associados da APPCER são um exemplo de Família Agrícola de Caráter Empresarial, com a produção voltada para o mercado, buscando maior produtividade e rentabilidade, se apoiando em uma estrutura de governança bem constituída.

Entretanto, apesar de todos os associados terem o selo *Fair Trade*, não são todos que têm a Denominação de Origem, que se mostra um processo de certa forma excludente. A hipótese de que o processo de certificação do café do Cerrado Mineiro seja excludente devido aos custos incorridos nas adequações necessárias faz sentido, mas, não é o principal ponto, pois, como Ortega e Jesus (2012) apontaram, como pôde ser visto na Tabela 12, que havia a pouca agregação de valor (48,78%) como primeiro fator à não certificação, seguindo pelos elevados custos (35,24%), 13,22% apontaram a falta de informação e 12,78% a dificuldade em cumprir as exigências. Já na pesquisa de campo feita para o presente trabalho, 100% dos entrevistados indicaram a falta de informação sobre o processo (Tabela 29), principalmente quanto à agregação de valor, não sendo os custos financeiros da certificação uma barreira à entrada para estes cafeicultores, contrariando a hipótese inicial desta dissertação.

Um dos reflexos que podem ser apontados para esse pouco interesse dos agricultores familiares pelo selo de Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro pode ser a queda na produção total do café certificado, de acordo com dados fornecidos pela Coordenadora da Certificação de Origem e Qualidade da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, houve uma queda significativa de 92.700 sacas em 2015, para 68.400 sacas em 2016, ano esse, que, foram colhidos 33,33 sacas por hectares, contra 26,31 sacas por hectare em 2015. Mas, além disso, é importante observar que os cafeicultores filiados à APPCER tiveram uma produtividade média maior que o restante dos produtores em todo o território Cerrado Mineiro, como mostra na Tabela 24: os associados produziram em média, 28,45 sacas por hectare em 2015 e, 51,2 sacas por hectare em 2016.

Analisando os dados coletados via revisão bibliográfica, Censo Agropecuário e pesquisa de campo, é possível concluir que a região do Cerrado Mineiro ganhou muita importância na cafeicultura nacional e principalmente internacional a partir da década de 1990. Fora do Brasil, o movimento buscando o consumo de um café de qualidade já ocorre a mais tempo que aqui no País, tendo esse mercado um potencial de expansão muito grande ainda, tendo em vista as diversas certificações existentes e a qualidade do grão produzido na região, que, no geral, alcança sem maiores dificuldades no trato do café, 80 pontos na metodologia SCAA.

Além disso, pelo fato de os associados à APPCER já possuírem a certificação *Fair Trade*, as exigências a serem cumpridas para a conquista da Denominação de Origem já foram atingidas em sua maioria, principalmente pela exigência que esse selo tem em relação a normas ambientais e a controle de qualidade da produção. A falta de informação pode ocorrer pela recente conquista do selo de Denominação de Origem, em 2014, pois mesmo para os associados que têm esse selo, sua maioria absoluta não percebeu ainda as vantagens dessa certificação (Tabela 29).

A agricultura familiar na região do Cerrado Mineiro não é tão representativa em números, quanto na região Sul do estado, mas mesmo assim, ela ocupa importante papel, principalmente no município de Patrocínio, o município mineiro mais bem colocado no *ranking* de financiamentos contratados para a cafeicultura pelo PRONAF, mas não tem o maior número de contratos, concluindo que os contratos também possuem em média maior valor individual. Isso mostra como a agricultura familiar no município é forte em comparação com o restante do estado e da própria região do Cerrado Mineiro, pois não há mais nenhum município dessa região no ranking, que mostra também, que apesar de ser uma região de certificação de origem, o Cerrado Mineiro não é uma região homogênea.

Os associados à APPCER formam um grupo de agricultores familiares que estão muito bem inseridos em uma estrutura de governança que possibilita uma maior integração desses produtores com o mercado consumidor alvo, já que eles competem pela qualidade do produto, não pela quantidade produzida, que, na cultura do café, há essas duas possibilidades, já que o grão, geralmente é comercializado como uma *commodity*, e o mercado que busca café de qualidade certificada ainda é pequeno no Brasil. O mercado de cafés certificados no Brasil ainda apresenta um potencial muito grande, já que representa apenas 5% do destino dos cafés produzidos com a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, de acordo com a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, representando um potencial também para os associados à APPCER, podendo ser um indicativo para os cafeicultores familiares da região

do Cerrado Mineiro, mostrando como é importante estar inserido nessa estrutura de governança, buscando certificações que diferenciam o grão produzido pela sua qualidade.

Apesar das limitações que a pesquisa de campo desta dissertação teve, sobretudo pelo alcance limitado em uma região com 55 municípios e não homogênea, o objetivo de identificar e caracterizar os agricultores familiares do município de Patrocínio teve a intenção de dar indicativos de como os agricultores familiares estão inseridos na estrutura de governança em toda a região do Cerrado Mineiro, buscando compreender o que esperam da certificação de origem. A generalização de um quadro é muito complicada, e não é essa a proposta desta dissertação, mas pode-se concluir que em uma região onde há 4.500 produtores, haver 833 filiados à Federação e apenas 150 produtores com o selo de Denominação de Origem, tem-se um processo de certificação excludente, no caso, para os associados à APPCER, a falta de informação sobre o processo é a barreira à entrada, mas para agricultores familiares de outras regiões essas barreiras podem variar, principalmente pela relação entre a capitalização dos produtores e a inserção na estrutura de governança.

## REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724, de 17.03.2011**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.

ARACRI, L. A. S.; AMARAL, G. M. de O. ; LOURENÇO, T. C. M. A expansão do cultivo da soja e as transformações do espaço agrário no Cerrado Mineiro. **Revista de Geografia**, v. 2, p. 1-9, 2011. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2011/12/Revista\\_G-1.pdf](http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2011/12/Revista_G-1.pdf)> Acesso em 10 jan 2017.

BELIK, W; PAULILLO, L. F. O. O financiamento da produção agrícola na década de 1990: Ajustamento e crise. In: Sérgio Leite. (Org.). **Políticas públicas e Agricultura: Estado e desenvolvimento rural no Brasil do final do século XX**. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, v. 1, p. 97-122.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S.; PEYNEAU, F. P. L.; MENDONÇA, J. L. O. de . **A Constituição de 1988 e o acesso da população rural brasileira a seguridade social**. In: Ana Amélia Camarano. (Org.). Os Novos idosos brasileiros: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004, v., p. 321-352. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_18\\_Cap\\_10.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_18_Cap_10.pdf)> Acesso em 20 Mar 2017.

BOURDIEU, P. **O Capital social – notas promissórias**. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Relatório de avaliação dos impactos das tecnologias geradas pela Embrapa**. Fevereiro de 2013. Seção 1. 20p. Disponível em: <[http://bs.sede.embrapa.br/2012/relatorios/instumentacao\\_2012\\_derricadeiracafe.pdf](http://bs.sede.embrapa.br/2012/relatorios/instumentacao_2012_derricadeiracafe.pdf)> Acesso em jul.2016

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº8, de 11 de Junho de 2003. Regulamento técnico de identidade e de qualidade para a classificação do café beneficiado grão cru. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jun. 2003. Seção 1. 12p. Disponível em: <[http://www.abic.com.br/publique/media/CONS\\_leg\\_instnormativa08-03.pdf](http://www.abic.com.br/publique/media/CONS_leg_instnormativa08-03.pdf)> Acesso em 29 abr 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Censo Agropecuário 2006**.

CAMPO. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/>> Acesso em 20 Out 2016.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

CERRADO MINEIRO. Disponível em: <<http://www.cafedocerrado.org/>> Acesso em 10 Mai 2016.

DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 1.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARLIPP, A. A. B. P. D. **Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG)**. 1999. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. 1999.

GERHARDT, T. E. (Org.) ; SILVEIRA, D. T. (Org.) . **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. 118 p. Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 10 Mar 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE-Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_ **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre/RS: UFRGS, v. 1.,1999.

GUANZIROLI, C. E. ; BUAINAIN, A. M. ; ROMEIRO, A. R. ; SABATTO, A. D. ; BITTENCOURT, G. A. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. v. 1. 288p .

LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial do Brasil**. vol. 347 da coleção “Brasiliana, São Paulo: Nacional, 1976.

MANZINI, E. J. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação**. Revista Percurso (Online) , v. 4. 149-171, 2012.

MARTINS, A. L. **Império do Café: a grande lavoura no Brasil - 1850 a 1890**. 3. ed. São Paulo: História em Documentos, 1990.

\_\_\_\_\_ **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores / Lauro Mattei**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>> Acesso em 21 Jan 2017.

MINAYO, M. C. de S ; SOUZA, E. R. ; CONSTANTINO, P. ; SANTOS, N. C. dos . Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: Maria Cecília de Souza Minayo; Simone Gonçalves de Assis; Edinilsa Ramos de Souza. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, v. , p. 71-103.

MINAYO, M. C. S.; SANCHEZ, O. . **Quantitativo & qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. IX, n.3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, D. P. S. L.; SANTOS, A. C. ; SANTANA, D.O. ; RUSSO, S. L. . **Indicação geográfica em pauta: correlação entre os pedidos indicações de procedência e denominação de origem**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: <http://www.api.org.br/conferences/index.php/ISTI2016/ISTI2016/paper/viewFile/99/48> Acesso em Jun 2017.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 282p.

OLIVEIRA, J. T. **História do café no Brasil & no mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004.

ORTEGA, A. C. **Agronegócio e representação de interesses rurais no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2005.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 49, p. 771-800, 2011.

\_\_\_\_\_. **Café e Território. A cafeicultura do Cerrado Mineiro**. Campinas: Alínea, 2012. v. 1. .

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. Sociedade e cultura. **Revista de ciências sociais**. Vol. 3, n. 1 e 2. Goiânia: FCHF-UFG, 2000, p.111-131. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/703/70312129007.pdf>> Acesso em 10 jan 2017.

REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

SANTANA, C. A. M. ; BUAINAIN, A. M. ; PRINCE, F. ; GARCIA, J. R. ; LOYOLA, P. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: Antônio Márcio Buainain;Eliseu Alves;José Maria da Silveira;Zander Navarro. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014, v. 1, p. 795-826.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F. ; MACHADO, C. J. ; CARVALHO, J. A. M. . Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba: o marco inicial do processo de ocupação do Cerrado Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 8, p. 1-23, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoocultura/article/view/117/161>> Acesso em 11 jan 2017.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. G. . **Uma abordagem sobre agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970**. Revista geografar (UFPR), v. 5, p. 25-45, 2010.

SCHNEIDER, S. ; CAZELLA, A. ; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, v. , p. 21-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> Acesso em 22 Jan 2017.

SILVA, E. C.; CASGRO JUNIOR, L. G.; ANDRADE, F. T.; CHAGAS, I. S. P.; CONSENTINE, T. F. . **Fair Trade: Um estudo exploratório de suas origens, características e relação entre seus principais agentes**. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: os agronegócios no contexto da integração das nações. Brasília: SOBER, 2009. v. 1. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1345.pdf>> Acesso em 28 Mar 2017.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

SOUZA, L. R. S.. **A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira, Agricultura Familiar, Agroecologia e Pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro**. Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 08, p. 231-249, 2011.

SOUZA, M. C. M. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários**. 2006. 192 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/tese/tese-04.pdf>> Acesso em 28 Fev 2017.

### **Outros sites pesquisados**

APPCER. Disponível em: <<http://appcer.com.br/site/historia>> Acesso em 11 Mai 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa Nº 8, de 11 de Junho de 2003**. Disponível em: <[http://www.abic.com.br/publique/media/CONS\\_leg\\_instnormativa08-03.pdf](http://www.abic.com.br/publique/media/CONS_leg_instnormativa08-03.pdf)> Acesso em Nov 2016.

BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em Set 2016.

BRASIL. **O bioma cerrado**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>> Acesso em Nov 2016.

BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acesso em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-Programa>> Acesso em 5 Fev 2017.

CAFÉ DO CERRADO. **Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Promoção da Região do Cerrado Mineiro 2015/2020**. Disponível em: <[http://www.cafedocerrado.org/include/\\_Plano\\_RCM\\_2015\\_2020.pdf](http://www.cafedocerrado.org/include/_Plano_RCM_2015_2020.pdf)> Acesso em 21 Fev 2017.

CAFÉ POINT. **Appcer: Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado é a primeira entidade da região a receber certificação Fair Trade**. Disponível em: <<https://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/appcer-associao-de-pequenos-produtores-do-cerrado-e-a-primeira-entidade-da-regiao-a-receber-certificacao-fair-trade-77930n.aspx>> Acesso em Jan 2017.

CAMPO. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/>> Acesso em 20 Out 2016.

CERRADO MINEIRO. Disponível em: <<http://www.cafedocerrado.org/>> Acesso em 10 Mai 2016.



EMBRAPA. **Área de reserva legal – Módulo Fiscal**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em Fev 2017.

EXPOCACER. Disponível em: <<https://www.expocaccer.com.br/expo/#pagina/20/1>> Acesso em Mai 2016.

FARMING. Café: produtividade atingiu recorde histórico de 26,33 sacas por hectare. Disponível em: <<http://sfagro.uol.com.br/cafe-produtividade-atingiu-recorde-historico-de-2633-sacas-por-hectare/>> Acesso em 30 Mar 2017.

FARMING. Café: produtividade atingiu recorde histórico de 26,33 sacas por hectare. Disponível em: <<http://sfagro.uol.com.br/cafe-produtividade-atingiu-recorde-historico-de-2633-sacas-por-hectare/>> Acesso em 30 Mar 2017.

SEBRAE. Conheça as categorias de certificação do café. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-categorias-de-certificacao-do-cafe,611b9e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em Nov 2016.

THE COFFEE TRAVELER. Disponível em: <<http://www.thecoffeetraveler.net/new-blog-5/2015/10/5/pontos-ora-pontos-mas-no-to-simplesmente-pontos>> Acesso em Nov 2016.

ANEXOS

ANEXO A Planilha de avaliação sensorial do café

PLANILHA DE AVALIAÇÃO SENSORIAL DE CAFÉ – METODOLOGIA SCAA



SCAA - Formulário de Avaliação Sensorial de Café  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_

Escala de Qualidade					
6.00 - Bom	7.00 - Muito Bom	8.00 - Excelente	9.00 - Excepcional		
6.25	7.25	8.25	9.25		
6.50	7.50	8.50	9.50		
6.75	7.75	8.75	9.75		

Amostra # \_\_\_\_\_

Fragrância/Aroma Pontos: _____ Secco Qualidades Coresca	Sabor Pontos: _____ Finalizado	Acidez Pontos: _____ Intensidade Alta Baixa	Corpo Pontos: _____ Intensidade Muito Pouco	Uniformidade Pontos: _____ Balance	Xicara Limpas Pontos: _____ Decora	Geral Pontos: _____ Defeitos Leve=2 Forte=4	Total qtd tipo =
---	--------------------------------------	---	---	--	--	---	---------------------

Obs: \_\_\_\_\_

Total Final \_\_\_\_\_

Amostra No	Fragrância Aroma	Uniformidade	Ausência Defeitos	Doçura	Sabor	Acidez	Corpo	Finalização	Equilíbrio	Final	Total
	Secco Quebra	2 pontos-xicara	2 pontos-xicara	2 pontos-xicara	10 9 8 7 6	10 9 8 7 6	10 9 8 7 6	10 9 8 7 6	10 9 8 7 6	10 9 8 7 6	Defeitos (subtraír) Leve=2 Forte=4 Qtd Intensid X = = Pontuação Final
Ponto de Torra	Notas:										

Fonte: SCAA – Specialty Coffee Association of America.

<b>ANEXO B Questionário do produtor de café</b>	
<b>1) IDENTIFICAÇÃO GERAL</b>	
a)	Nome do Proprietário: _____
b)	Município/Distrito onde está localizada a propriedade: _____
c)	Nível de escolaridade: _____
<b>2) PERFIL DO PRODUTOR</b>	
a)	Condição do produtor: ( ) Proprietário ( ) Assentado ( ) Arrendatário ( ) Posseiro ( ) Meeiro ( ) Outra: _____
b)	É beneficiário do PRONAF? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, de qual grupo do PRONAF? _____
c)	É beneficiário de algum outro Programa do Governo? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, qual Programa? _____
d)	A quanto tempo atua na atividade cafeeira? _____
e)	O café é a principal atividade em que atua? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se não, qual é a principal? _____
f)	Participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa? ( ) Sim ( ) Não
I.	Qual? _____
g)	Está filiado à Federação do Café? ( ) Sim ( ) Não
I.	Quais são os benefícios em se filiar? _____
I.	Quais são os custos? _____
I.	Compensa? ( ) Sim ( ) Não
h)	O produtor possui algum tipo de assistência técnica? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, qual assistência? _____
<b>i) PERFIL DA PROPRIEDADE</b>	
a)	Qual o tamanho da(s) propriedade(s)? (ha) _____
b)	Quantos hectares são ocupados com o café? _____
<b>j) PROCESSO PRODUTIVO</b>	
a)	Utiliza máquinas no plantio? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, ( ) Própria ( ) Terceirizada
I.	Qual é a proporção de trabalho mecanizado no plantio? ( ) De 75% a 100% mecanizado ( ) De 50% a 75% mecanizado ( ) De 25% a 50% mecanizado ( ) De 0% a 25% mecanizado
b)	Utiliza máquinas na manutenção? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, ( ) Própria ( ) Terceirizada
I.	Qual é a proporção de trabalho mecanizado na manutenção? ( ) De 75% a 100% mecanizado ( ) De 50% a 75% mecanizado ( ) De 25% a 50% mecanizado ( ) De 0% a 25% mecanizado
c)	Utiliza máquinas na colheita? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, ( ) Própria ( ) Terceirizada
I.	Qual é a proporção de trabalho mecanizado na colheita? ( ) De 75% a 100% mecanizado ( ) De 50% a 75% mecanizado ( ) De 25% a 50% mecanizado ( ) De 0% a 25% mecanizado
d)	Existem outras atividades produtivas na propriedade para o mercado? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, quais? _____
e)	O produtor mantém trabalhadores permanentes da propriedade ao longo do ano? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, quantos? _____
f)	O produtor contrata trabalhadores temporários ao longo do ano? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, quantos? _____
I.	Em que período? _____
g)	O produtor conta com o auxílio da família? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se sim, em quais atividades? _____
h)	Qual foi o volume produzido em 2016? _____
i)	Qual foi o volume produzido em 2015? _____
<b>k) CERTIFICAÇÃO</b>	
a)	A propriedade é certificada com a Denominação de Origem? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se não, quais são as barreiras para a obtenção da certificação? _____
I.	Se sim, quais são as vantagens percebidas com essa certificação? _____
I.	Se sim, quais são os custos de implantar essa certificação? _____
b)	A propriedade é certificada com o selo <i>Fair Trade</i> ? ( ) Sim ( ) Não
I.	Se não, quais são as barreiras para a obtenção da certificação? _____

	_____
I.	Se sim, quais são as vantagens percebidas com essa certificação?
	_____
I.	Se sim, quais são os custos de implantar essa certificação?
	_____
c)	A propriedade possui outra certificação? ( )Sim ( )Não
I.	Se sim, qual? _____
I)	<b>COMPOSIÇÃO DA RENDA E CRÉDITO DO PRODUTOR</b>
a)	O produtor possui algum processo de financiamento em andamento? ( )Sim ( )Não
I.	Se sim, qual é a situação?
	_____
d)	A renda do produtor é somente da produção agropecuária? ( )Sim ( )Não
I.	Se não, quais outras fontes de renda possui?
	_____
e)	Qual é a participação do café da renda do produtor? ( )100% ( )De 75% a 100% ( )De 50% a 75% ( )De 25% a 50% ( )De 0% a 25%
f)	Os membros da família têm participação na composição da renda da propriedade? ( )Sim ( )Não
I.	Se sim, quais atividades?
	_____
a)	<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>
	_____

## ANEXO C Lista dos municípios da região demarcada do Cerrado Mineiro

---

1. Abadia dos Dourados	20. Guarda-Mór	39. Presidente Olegário
2. Araguari	21. Guimarães	40. Rio Paranaíba
3. Arapuá	22. Ibiá	41. Romaria
4. Araxá	23. Indianópolis	42. Sacramento
5. Bambuí	24. Irai de Minas	43. Santa Juliana
6. Bonfinópolis de Minas	25. João Pinheiro	44. Santa Rosa da Serra
7. Buritis	26. Lagamar	45. São Gonçalo do Abaeté
8. Buritizeiro	27. Lagoa Formosa	46. São Gotardo
9. Campos Altos	28. Matutina	47. Serra do Salitre
10. Canápolis	29. Medeiros	48. Tapira
11. Carmo do Paranaíba	30. Monte Alegre de Minas	49. Tiros
12. Cascalho Rico	31. Monte Carmelo	50. Tupaciguara
13. Conquista	32. Nova Ponte	51. Uberaba
14. Coromandel	33. Paracatu	52. Uberlândia
15. Córrego D'Anta	34. Patos de Minas	53. Unai
16. Cruzeiro da Fortaleza	35. Patrocínio	54. Varjão de Minas
17. Douradoquara	36. Pedrinópolis	55. Vazante
18. Estrela do Sul	37. Perdizes	
19. Grupiara	38. Pratinha	

---

**Fonte:** Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Promoção da Região do Cerrado Mineiro 2015/2020.

## ANEXO D Condições dos financiamentos para a agricultura familiar – histórico

SAFRA	RENDA POR GRUPO				CUSTEIO		INVESTIMENTO		LINHAS ESPECIAIS
	B	C	D	E	LIMITE	JUROS	LIMITE	JUROS	
94/95	PROVAPE				Só custeio, até 5 ha, valor pelo VBC, encargos = equivalência-produto				
95/96	Critérios do Provape				5 mil	16% a.a	10 mil	16% a.a	
96/97					5 mil	9% a.a	15 mil		
97/98	8.000				5 mil	5,75%a.a	15 mil	(TJLP+6%) 2	Agroindústria com limite - 600 mil
98/99									
99/00	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	5,75%a.a	15 mil	1% aa até (TJLP+6%) 2	Criação dos grupos Abertura do MCR 10 Agregar - 600 mil
00/01	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	5,75%a.a	15 mil	1% aa até (TJLP+6%) 2	
01/02	1.500	8.000	27.500	-	5 mil	4%aa	15 mil	1 a 3% aa	
02/03	1.500	10.000	30.000	-	5 mil	4%aa	15 mil	1 a 3% aa	Floresta
03/04	2.000	14.000	40.000	-	6 mil	2 a 4%aa	27 mil	1 a 3% aa	Semiárido
04/05	2.000	14.000	40.000	60.000	28 mil	2 a 4%aa	54 mil	1 a 7,25%	Agroecologia, Cota-Parte, Mulher, Custeio Agroindústria, Jovem
05/06	2.000	14.000	40.000	60.000	28 mil	2 a 4%aa	54 mil	1 a 7,25%	
06/07	3.000	16.000	45.000	80.000	28 mil	2 a 4%aa	54 mil	1 a 7,25%	
07/08	4.000	18.000	60.000	110.000	28 mil	1,5 a 3%	54 mil	1 a 6,25%	Eco, PGPAF
08/09	5.000	110.000			30 mil	1,5-5,5%	100 mil	0,5 a 5%	Mais Alimentos, Recuperação dívidas com Coop. Crédito, Recuperação por catástrofe (SC)
09/10	6.000	110.000			40 mil	1,5-5,5%	100 mil	0,5 a 2%	
10/11	6.000	110.000			50 mil	1,5-4,5%	130 mil	0,5 a 2%	
11/12	6.000	110.000			50 mil	1,5 a 4,5%	130 mil	0,5 a 2%	
12/13	10.000	160.000			80 mil	1,5 a 4,0%	130 mil	0,5 a 2%	
13/14	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	1,5 a 4,0%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 2%	
14/15	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	1,5 a 4,0%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 2%	Pronaf Produtivo Orientado
15/16	20.000	360.000 (Sem os rebates)			100 mil	2,0 a 5,5%	150 mil (300 mil para avicultura, suinocultura e fruticultura)	0,5 a 5,5%	
16/17	20.000	360.000 (Sem os rebates)			250 mil	2,5 a 5,5%	165 mil (330 mil para avicultura, suinocultura, aquicultura, camicultura e fruticultura)	0,5 a 5,5%	

Fonte: Base de Dados do Crédito PRONAF – SAF/MDA.

## ANEXO E Lista de cooperativas e associações filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado

<b>COOPERATIVAS</b>		
<b>Sigla</b>	<b>Nome Fantasia</b>	<b>Atividade</b>
CAPAL	Cooperativa Agropecuária de Arará	Cafê e Leite
CARPEC	Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba	Cafê, Pecuária e Grãos
Coagril	Cooperativa Agrícola de Unai	Cafê e Grãos
COCACER Araguari	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari	Cafê
COOCACER Carmo do Paranaíba	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Carmo do Paranaíba	Cafê
COOPA	Cooperativa Agropecuária de Patrocínio	Cafê e Leite
EXPOCACER	Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado	Cafê
MONTECCER	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo	Cafê
<b>ASSOCIAÇÕES</b>		
<b>Sigla</b>	<b>Nome Fantasia</b>	<b>Atividade</b>
ACA	Associação dos Cafeicultores de Araguari	Cafê
ACANOR	Associação dos Cafeicultores do Noroeste Mineiro	Cafê
ACARPA	Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio	Cafê
APPCER	Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado	Cafê
AMOCA	Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo	Cafê
ASSOCAFÉ	Associação dos Cafeicultores da Região de Carmo do Paranaíba	Cafê
ASSOGOTARDO	Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo	Cafê, Grãos, Hortifrutis e Pecuária
ASSOPATOS	Associação dos Cafeicultores de Patos de Minas e Região	Cafê

**Fonte:** Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

## ANEXO F Áreas de indicações geográficas nacionais reconhecidas

	Nome Geográfico	UF	Produto/Serviço	Espécie	Concessão	Símbolo Distintivo
01	Vale dos Vinhedos	RS	Vinhos tintos, brancos e espumantes	Indicação de Procedência	19/11/2002	
02	Região do Cerrado Mineiro	MG	Cafê	Indicação de Procedência	14/04/2005	
03	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	RS	Carne bovina e seus derivados	Indicação de Procedência	12/12/2006	
04	Paraty	RJ	Aguardentes, tipo cachaça e aguardente composta azulada	Indicação de Procedência	10/07/2007	
05	Vale do Sinos	RS	Couro acabado	Indicação de Procedência	19/05/2009	
06	Vale do Submédio São Francisco	PE	Uvas de mesa e manga	Indicação de Procedência	07/07/2009	
07	Pinto Bandeira	RS	Vinhos tintos, brancos e espumantes	Indicação de Procedência	13/07/2010	
08	Litoral Norte Gaúcho	RS	Arroz	Denominação de Origem	24/08/2010	
09	Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais	MG	Cafê	Indicação de Procedência	31/05/2011	
10	Costa Negra	CE	Camarões	Denominação de Origem	16/08/2011	
11	Região do Jalapão do Estado do Tocantins	TO	Artesanato em capim dourado	Indicação de Procedência	30/08/2011	
12	Pelotas	RS	Doces finos tradicionais e de confeitaria	Indicação de Procedência	30/08/2011	



13	<i>Goiabeiras</i>	ES	<i>Panels de barro</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	04/10/2011	
14	<i>Serro</i>	MG	<i>Queijo</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	13/12/2011	
15	<i>São João Del Rei</i>	MG	<i>Peças artesanais em estanho</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	07/02/2012	
16	<i>Franca</i>	SP	<i>Calçados</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	07/02/2012	
17	<i>Vales da Uva Goethe</i>	SC	<i>Vinho de uva goethe</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	14/02/2012	<i>Vales da Uva Goethe</i>
18	<i>Canastra</i>	MG	<i>Queijo</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	13/03/2012	<i>Canastra</i>
19	<i>Pedro II</i>	PI	<i>Opalas preciosas de Pedro II e jóias artesanais de opalas de Pedro II</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	03/04/2012	
20	<i>Região Pedra Carijó Rio de Janeiro</i>	RJ	<i>Pedra carijó</i>	<i>Denominação de Origem</i>	22/05/2012	
21	<i>Região Pedra Madeira Rio de Janeiro</i>	RJ	<i>Pedra madeira</i>	<i>Denominação de Origem</i>	22/05/2012	
22	<i>Região Pedra Cinza Rio de Janeiro</i>	RJ	<i>Pedra cinza</i>	<i>Denominação de Origem</i>	22/05/2012	
23	<i>Cachoeiro de Itapemirim</i>	RJ	<i>Mármore</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	29/05/2012	
24	<i>Norte Pioneiro do Paraná</i>	PR	<i>Café verde em grão e industrializado torrado em grão e/ou moído</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	29/05/2012	
25	<i>Manguezais de Alagoas</i>	AL	<i>Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha</i>	<i>Denominação de Origem</i>	17/07/2012	

26	<i>Linhares</i>	ES	<i>Cacau em amêndoas</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	31/07/2012	
27	<i>Vale dos Vinhedos</i>	RS	<i>Vinhos tintos, brancos e espumantes</i>	<i>Denominação de Origem</i>	25/09/2012	
28	<i>Paraíba</i>	PB	<i>Têxteis em algodão colorido</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	16/10/2012	
29	<i>Região de Salinas</i>	MG	<i>Aguardente de cana tipo cachaça</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	16/10/2012	
30	<i>Porto Digital</i>	PE	<i>Serviços de Tecnologia da Informação TI</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	11/12/2012	
31	<i>Altos Montes</i>	RS	<i>Vinhos e espumantes</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	11/12/2012	
32	<i>Divina Pastora</i>	SE	<i>Renda de agulha em Jacê</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	26/12/2012	
33	<i>São Tiago</i>	MG	<i>Biscoitos</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	05/02/2013	
34	<i>Alta Mogiana</i>	SP	<i>Cafê</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	17/09/2013	
35	<i>Mossoró</i>	RN	<i>Melão</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	17/09/2013	
36	<i>Cariri Paraibano</i>	PB	<i>Renda renascença</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	24/09/2013	
37	<i>Monte Belo</i>	RS	<i>Vinhos</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	01/10/2013	
38	<i>Região do Cerrado Mineiro</i>	MG	<i>Cafê</i>	<i>Denominação de Origem</i>	31/12/2013	
39	<i>Piauí</i>	PI	<i>Cajuína</i>	<i>Indicação de Procedência</i>	26/08/2014	

40	Rio Negro	AM	Peixes ornamentais	Indicação de Procedência	09/09/2014	
41	Microregião de Abaira	BA	Aguardente de cana do tipo cachaça	Indicação de Procedência	14/10/2014	
42	Pantanal	MS/MT	Mel	Indicação de Procedência	10/03/2015	
43	Farroupilha	RS	Vinho Fino Branco Moscatel, Vinho Moscatel Espumante, Vinho Frisante Moscatel, Vinho Licoroso Moscatel, Mistela Simples Moscatel, Brandy de Vinho Moscatel.	Indicação de Procedência	10/07/2015	
44	Ortigueira	PR	Mel de Abelha	Denominação de Origem	01/09/2015	
45	Maracaju	MS	Linguiça	Indicação de Procedência	24/11/2015	
46	Região de Mara Rosa	GO	Açafrão	Indicação de Procedência	02/02/2016	
47	Região das Lagoas Mundau-Manguaba	AL	Bordado filé	Indicação de Procedência	19/04/2016	
48	Carlópolis	PR	Goiaba	Indicação de Procedência	17/05/2016	
49	Região de Pinhal	SP	Café verde, torrado e moído	Indicação de Procedência	19/07/2016	

Fonte: IBGE.

**ANEXO G Principais cidades destino do café com o selo de denominação de origem  
região do Cerrado Mineiro**

New York, New York - United States
Oakland, California - United States
Norfolk, Virginia - United States
Port Everglades, Florida - United States
London, England - Reino Unido
Le Havre, Haute-Normandie – France
Piraeus, Athens – Greece
Barcelona, Barcelona – Spain
Patrocinio, Minas Gerais – Brazil
Sidney, New South Wales – Austrália
Barcelona, Catalonia – Spain
Hamburg, Hamburg – Germany
La Guardia, Pontevedra – Spain
Seoul, Seoul – Korea
Toronto, Colúmbia Britânica – Canadá

**Fonte:** Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

## ANEXO H Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2013/2014

Município	UF	Finalidade						Total		
		Qtd. Custei	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Qtd. Comer	Vlr. Comerc.	Quantidade	Valor	% Valor
01. SÃO PAULO	SP	21	518,290,384.28	140	12,941,375.15	8,673	2,289,889,780.54	8,834	2,821,121,539.97	1.82
02. RIO VERDE	GO	2,427	819,212,408.76	1,080	233,265,844.94	68	725,492,556.00	3,575	1,777,970,809.70	1.15
03. ITAJAÍ	SC	171	1,710,789,377.15	36	3,411,963.90	2	4,300,000.00	209	1,718,501,341.05	1.11
04. CAMPO	PR	1,049	1,197,320,158.50	220	323,720,798.03	195	72,392,152.14	1,464	1,593,433,108.67	1.03
05. CHAPECÓ	SC	706	915,808,693.60	577	198,852,711.75	27	67,772,601.59	1,310	1,182,434,006.94	0.76
06. MARINGÁ	PR	483	505,222,156.74	128	300,625,013.20	533	198,676,275.07	1,144	1,004,523,445.01	0.65
07. LONDRINA	PR	851	407,588,572.43	346	125,495,677.29	373	443,688,379.17	1,570	976,772,628.89	0.63
08. SÃO DESIDÉRIO	BA	790	573,262,869.62	435	165,424,720.43	154	215,294,632.01	1,379	953,982,222.06	0.62
09. PALOTINA	PR	1,254	642,615,139.72	461	226,433,210.91	279	78,756,697.96	1,994	947,805,048.59	0.61
10. CASCAVEL	PR	2,662	423,104,219.58	874	225,908,472.83	204	205,864,275.08	3,740	854,876,967.49	0.55
11. SORRISO	MT	818	460,577,340.98	520	249,415,552.40	69	46,410,218.11	1,407	756,403,111.49	0.49
12. BEBEDOURO	SP	504	621,681,379.77	144	118,221,207.22	5	15,848,909.20	653	755,751,496.19	0.49
13. GUARAPUAVA	PR	1,478	376,869,879.51	468	306,811,115.04	14	56,377,624.50	1,960	740,058,619.05	0.48
14. GUAXUPÉ	MG	208	341,643,963.43	53	63,896,592.28	73	329,102,465.66	334	734,643,021.37	0.47
15. CURITIBA	PR	75	448,872,678.48	38	16,597,750.65	103	235,377,472.99	216	700,847,902.12	0.45
16. MEDIANEIRA	PR	1,105	454,733,997.74	315	121,017,569.30	62	116,293,137.16	1,482	692,044,704.20	0.45
17. CAFELÂNDIA	PR	646	430,142,241.20	222	192,936,050.09	106	64,864,474.86	974	687,942,766.15	0.44
18. JATAÍ	GO	1,357	437,131,895.68	700	159,270,351.82	44	28,218,845.21	2,101	624,621,092.71	0.40
19. UNAÍ	MG	955	371,880,051.54	962	152,636,227.15	38	55,223,035.93	1,955	579,739,314.62	0.37
20. BARREIRAS	BA	503	417,531,527.51	750	107,533,743.62	44	53,249,344.20	1,297	578,314,615.33	0.37
21. CASTRO	PR	1,396	365,300,911.29	628	157,160,599.26	6	54,991,160.00	2,030	577,452,670.55	0.37
22. UBERLÂNDIA	MG	665	186,907,094.80	484	149,642,512.66	89	235,787,220.30	1,238	572,336,827.76	0.37
23. RIBEIRÃO	SP	226	173,582,616.07	285	32,720,100.69	1,224	350,164,659.33	1,735	556,467,376.09	0.36
24. PATROCÍNIO	MG	1,639	288,176,782.61	1,017	102,483,809.06	161	165,023,033.17	2,817	555,683,624.84	0.36
25. SERTÃOZINHO	SP	205	459,547,890.81	60	50,953,855.52	4	24,537,445.79	269	535,039,192.12	0.35

Fonte: Banco Central

## ANEXO I Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2014/2015

Município	UF	Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Qtd. Comerc.	Vlr. Comerc.	Quantidade	Valor	% Valor
01. RIO VERDE	GO	2,113	659,242,284.58	982	331,217,383.82	78	853,454,409.27	3,173	1,843,914,077.67	1.18
02. SÃO PAULO	SP	11	161,467,832.16	27	72,986,402.10	5,397	1,354,855,285.68	5,435	1,589,309,519.94	1.02
03. CHAPECÓ	SC	724	1,157,222,318.51	406	296,796,973.68	22	66,522,031.00	1,152	1,520,541,323.19	0.97
04. CAMPO MOURÃO	PR	914	1,217,411,265.66	191	147,743,886.57	92	50,397,706.48	1,197	1,415,552,858.71	0.91
05. ITAJAÍ	SC	109	955,862,091.01	29	1,510,938.72	7	406,950,000.00	145	1,364,323,029.73	0.87
06. MEDIANEIRA	PR	1,048	542,933,338.80	347	346,790,711.47	33	273,356,950.61	1,428	1,163,081,000.88	0.75
07. MARINGÁ	PR	415	594,545,147.00	117	237,473,518.16	173	273,260,330.63	705	1,105,278,995.79	0.71
08. BEBEDOURO	SP	531	864,647,021.94	139	81,866,722.44	26	91,451,800.00	696	1,037,965,544.38	0.66
09. GUAXUPÉ	MG	222	397,594,606.15	74	56,692,975.46	68	577,137,619.22	364	1,031,425,200.83	0.66
10. PALOTINA	PR	1,239	591,596,909.61	379	163,233,582.82	229	59,572,377.48	1,847	814,402,869.91	0.52
11. SÃO DESIDÉRIO	BA	521	568,702,143.73	351	136,799,202.45	54	98,866,795.59	926	804,368,141.77	0.52
12. LONDRINA	PR	760	340,378,129.53	244	99,168,580.42	168	358,520,620.36	1,172	798,067,330.31	0.51
13. SORRISO	MT	779	391,767,793.41	508	289,476,635.23	107	97,605,026.20	1,394	778,849,454.84	0.50
14. CURITIBA	PR	57	418,964,821.32	11	63,304,188.29	90	253,492,975.51	158	735,761,985.12	0.47
15. CAFELÂNDIA	PR	561	412,217,368.16	222	107,070,329.82	105	197,945,670.89	888	717,233,368.87	0.46
16. CASCAVEL	PR	2,420	351,544,343.61	823	254,817,650.26	91	109,239,101.79	3,334	715,601,095.66	0.46
17. CASTRO	PR	1,306	394,888,133.55	565	212,468,243.64	12	88,048,595.02	1,883	695,404,972.21	0.45
18. SERTÃOZINHO	SP	232	571,507,828.71	43	66,173,334.08	6	44,400,205.25	281	682,081,368.04	0.44
19. GUARAPUAVA	PR	1,113	316,323,002.02	448	295,641,955.50	30	54,626,460.97	1,591	666,591,418.49	0.43
20. PATROCÍNIO	MG	1,362	291,857,007.67	917	107,987,075.86	102	194,878,311.69	2,381	594,722,395.22	0.38
21. FORMOSA DO RIO PRETO	BA	579	406,406,354.65	470	156,385,335.56	50	27,669,598.00	1,099	590,461,288.21	0.38
22. NOVA MUTUM	MT	535	313,335,785.21	315	199,110,616.67	56	71,366,907.05	906	583,813,308.93	0.37
23. ALEGRETE	RS	1,832	229,785,388.85	1,151	104,617,682.20	250	216,701,296.63	3,233	551,104,367.68	0.35
24. JATAÍ	GO	1,105	304,850,191.73	664	205,416,905.22	46	38,577,053.09	1,815	548,844,150.04	0.35
25. BARREIRAS	BA	423	396,136,235.33	704	88,056,807.47	47	48,739,456.14	1,174	532,932,498.94	0.34

Fonte: Banco Central

## ANEXO J Ranking de Municípios no Ano Agrícola 2015/2016

Município	UF	Finalidade					Total			
		Qtd. Custei	Vlr. Custeio	Qtd. Invest	Vlr. Invest.	Qtd. Comer	Vlr. Comerc.	Quantidade	Valor	% Valor
01. SÃO PAULO	SP	14	653,429,941.84	45	58,496,704.53	4,949	4,141,418,315.73	5,008	4,853,344,962.10	2.93
02. ITAJAÍ	SC	65	275,336,536.69	6	1,226,270.00	18	2,014,895,000.00	89	2,291,457,806.69	1.38
03. RIO VERDE	GO	2,435	1,067,721,223.43	511	159,962,840.98	52	939,472,703.77	2,998	2,167,156,768.18	1.31
04. CAMPO	PR	745	1,815,080,113.78	107	98,163,882.44	42	19,685,442.49	894	1,932,929,438.71	1.17
05. BEBEDOURO	SP	681	1,190,295,127.97	84	81,245,272.05	38	68,473,418.00	803	1,340,013,818.02	0.81
06. PALOTINA	PR	1,410	1,159,808,863.37	198	98,392,518.95	61	79,129,403.95	1,669	1,337,330,786.27	0.81
07. MARINGÁ	PR	480	917,325,654.72	58	25,978,921.69	210	324,099,866.61	748	1,267,404,443.02	0.76
08. SÃO DESIDÉRIO	BA	716	839,609,716.96	236	125,971,984.18	42	56,875,479.61	994	1,022,457,180.75	0.62
09. GUAXUPÉ	MG	230	390,412,090.28	30	52,385,298.37	58	558,965,861.94	318	1,001,763,250.59	0.60
10. CAFELÂNDIA	PR	637	654,200,090.56	125	95,879,324.09	56	235,849,245.33	818	985,928,659.98	0.59
11. CHAPECÓ	SC	641	892,650,355.26	176	45,139,679.76	9	15,446,392.12	826	953,236,427.14	0.57
12. SORRISO	MT	1,032	735,055,331.77	326	177,131,300.11	27	23,958,251.73	1,385	936,144,883.61	0.56
13. MEDIANEIRA	PR	921	729,057,556.12	153	101,135,687.15	13	94,642,124.50	1,087	924,835,367.77	0.56
14. PIRACICABA	SP	344	845,738,551.00	96	44,638,039.27	14	27,861,911.47	454	918,238,501.74	0.55
15. LONDRINA	PR	823	447,637,081.65	151	56,881,638.66	136	272,446,585.71	1,110	776,965,306.02	0.47
16. CASTRO	PR	1,491	565,629,252.87	304	109,570,791.98	9	92,440,000.00	1,804	767,640,044.85	0.46
17. SERTÃOZINHO	SP	192	633,320,215.86	53	39,925,221.47	4	20,570,123.50	249	693,815,560.83	0.42
18. JATAÍ	GO	1,302	519,920,279.20	384	94,551,513.42	37	38,150,851.70	1,723	652,622,644.32	0.39
19. CASCAVEL	PR	2,490	436,903,728.89	488	108,129,819.59	59	94,073,527.43	3,037	639,107,075.91	0.39
20. FORMOSA DO RIO PRETO	BA	755	549,281,585.43	272	63,248,689.85	18	16,658,906.05	1,045	629,189,181.33	0.38
21. ALEGRETE	RS	2,059	321,942,192.50	845	96,702,358.28	325	204,343,717.75	3,229	622,988,268.53	0.38
22. PATROCÍNIO	MG	1,605	366,343,344.04	496	60,907,556.98	77	189,314,766.52	2,178	616,565,667.54	0.37
23. SUZANO	SP	22	1,975,751.90	28	2,662,317.92	1	600,000,000.00	51	604,638,069.82	0.36
24. UBIRATÁ	PR	1,452	271,791,827.13	238	298,793,207.70	69	31,391,260.86	1,759	601,976,295.69	0.36
25. PATOS DE	MG	892	289,083,362.37	475	131,252,693.42	47	175,701,134.75	1,414	596,037,190.54	0.36

Fonte: Banco Central